



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Departamento de Ciências Econômicas

Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT



**GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA COMO FATOR DE
INCLUSÃO SOCIAL - CONFECÇÕES NO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA (2000 A 2006)**

GOIANIA - GO

2008



SORAYA PEDROSO

**GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA COMO FATOR DE
INCLUSÃO SOCIAL - CONFECÇÕES NO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA (2000 A 2006)**

Dissertação apresentada como exigência do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. José Paulo Pietrafesa

GOIÂNIA
2008

P372g

Pedroso, Soraya.

Geração de emprego e renda como fator de inclusão social : confecções no município de Goiânia (2000-2006) / Soraya Pedroso. – 2007.
135 f. : il.

Dissertação (mestrado)–Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, 2007.

“Orientação: Prof. Dr. José Pietrafesa”.

1. Confecção – setor – trabalho formal e informal – Goiânia (GO). 2. Economia do trabalho – setor de confecções – Goiânia (GO) – 2000/2006. 3. Emprego – geração – Goiânia (GO). 4. Renda – geração – Goiânia (GO). 5. Inclusão social – Goiânia (GO). I. Título.

CDU: 331.101.26(817.3Goiânia)(043)

308:331(817.3Goiânia)(043)

316:334.3(Goiânia)(043)

**GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA COMO FATOR DE
INCLUSÃO SOCIAL - CONFEÇÕES NO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA (2000 A 2006)**

SORAYA PEDROSO

Dissertação defendida e aprovada aos _____ de
_____ de 2008, pela Banca

Examinadora composta pelos professores:

Professor Dr. José Paulo Pietrafesa
Presidente da Banca (orientador)

Professora Dra. Genilda D'arc Bernardes
Avaliadora Externa

Professor Dr. Sérgio Duarte de Castro
Avaliador Interno

Professora Dra. Eliane Romeiro Costa
Suplente

Dedico este trabalho.....

A DEUS, pela força oferecida nos momentos mais difíceis.

A minha mãe Zilda e meu irmão Markos Vinícius, pelo incentivo de seguir lutando nessa caminhada, sem medo e com muita vontade de vencer.

Ao meu espôso Marcelo e minha princesinha Beatriz, pelo apoio dispensado, que me ajudaram a derrubar as barreiras e concluir este mestrado.

Aos trabalhadores das confecções de Goiânia, esperando contribuir na luta de valorização e inclusão social de todos.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes para a realização deste trabalho. Neste particular cumpre-me destacar os seguintes colaboradores, aos quais dirijo meus agradecimentos:

A Deus, nosso protetor, que sem a sua vontade nada seria possível.

Ao Professor: Dr. José Paulo Pietrafesa, agradeço a participação e o esforço durante a realização do trabalho e que através de seu apoio e suas intervenções generosas, transmitiu-me segurança para avançar fazendo-me acreditar que tal empreitada seria possível.

Ao professor Dr. Sérgio Duarte de Castro, por sua contribuição valiosa na qualificação, com incentivos e dados que muito contribuíram no andamento da pesquisa.

A professora Dra. Genilda D'arc Bernardes, pela presença na banca de defesa da dissertação.

À todos os professores que compõem o Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pelos conhecimentos transmitidos.

À todas as pessoas que participaram do processo de pesquisa, através do preenchimento dos questionários, e às pessoas que me cederam entrevistas, em especial, ao professor Dr. Sérgio Duarte de Castro e ao Sr. Frederico Evangelista Martins (Presidente da AGICON).

Aos meus familiares que me apoiaram durante a árdua caminhada, reconhecendo com carinho as minhas ausências em virtude da pesquisa, em especial ao meu companheiro Marcelo e minha pequenina princesa Beatriz, que apesar da pouca idade me transmitiu muita força através de seu sorriso.

Para levar a termo a pesquisa, contei com uma bolsa concedida pela SEPLAM/ FMDU, elemento fundamental para minha permanência no Programa de Mestrado.

Àquelas pessoas que me auxiliaram, direta ou indiretamente, e àquelas que porventura não tenham sido citadas.

A todos, muito obrigada.

Goiânia/GO, 2.008.

RESUMO

O mundo do trabalho vem passando por diversas mudanças estruturais no que diz respeito às relações de trabalho e relações no trabalho. Após a década de 1980. As grandes mudanças tecnológicas interferiram seriamente nessas relações. A cidade de Goiânia, como não podia deixar de ser, não ficou de fora desse contexto. Enfrentando graves problemas de desemprego e fragilização nas relações de trabalho, as pessoas buscaram caminhos alternativos para garantir a sua sobrevivência e de suas famílias. Usando formas de associação, entre conhecidos ou pessoas da mesma família, foram se formando grupos produtivos, inicialmente em fundos de quintais, os quais foram crescendo e criando corpo de grandes empresas. Em Goiânia, o setor que se destacou nesse processo foi o de confecções, atraindo para a cidade uma grande legião de consumidores – sacoleiros, que desembarcam aqui de ônibus de turismo de diversas partes da América Latina, em busca de roupas bonitas e baratas. Este estudo foi desenvolvido no sentido de analisar a grande contribuição que este setor econômico traz para a cidade, bem como de servir de incentivo para as demais pessoas que queiram ultrapassar a atual situação trabalhista e se sobrepôr ao terrível fantasma do desemprego.

Palavras-chave: confecção, inclusão social, políticas públicas, desemprego, informalidade.

ABSTRACT

The world of the work comes passing for diverse structural changes in what it says respect to the work relations and relations in the work. After the decade of 1980. The great technological changes had intervened seriously with these relations. The city of Goiânia, as it could not leave of being, was not of is of this context. Facing serious problems of unemployment and embrittlement in the work relations, the people had searched ways alternative to guarantee its survival and of its families. Using forms of association, between known or people of the same family, they had been if forming productive groups, initially in deep of yards, which had been growing and creating body of great companies. In Goiânia, the sector that if detached in this process was of confections, attracting for the city a great legion of consumers - sacoleiros, that they disembark here of bus of tourism of diverse parts of Latin America, in search of pretty and cheap clothes. This study it was developed in the direction to analyze the great contribution that this economic sector brings for the city, as well as serving of incentive for the too much people who want to exceed the current working situation and if to overlap the terrible ghost of the unemployment.

Word-key: making, social inclusion, public politics,unemployment, informalidade.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	I
LISTA DE TABELAS	II
LISTA DE GRÁFICOS	III
SIGLAS UTILIZADAS NO TRABALHO	IV
INTRODUÇÃO	17
1 O NOVO DESENHO DO MUNDO DO TRABALHO	24
1.1 Acumulação flexível das relações de trabalho	27
1.2 Repercussões no mundo do trabalho	33
1.3 A questão trabalho X trabalho informal	36
1.3.1 Inclusão e exclusão social	39
1.3.2 Informalidade enquanto fenômeno de inclusão e exclusão.....	41
1.4 O Desemprego e a precarização do trabalho.....	43
2 POLITICAS PÚBLICAS DE EMPREGO.....	47
2.1 Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda	47
2.2 Políticas Vigentes no âmbito da geração de emprego.....	51
2.3 Os Programas	57
2.4 Financiamentos	61
2.4.1 Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).....	61
2.4.2 PROGER Micro e Pequena Empresa.....	62
2.5 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).....	63
2.6 Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir).....	66
2.7 Banco do Povo	68
2.8 Farol da Micro e Pequena Empresa.....	71
3 AS CONFECÇÕES	73
3.1 Importância do Setor de Confeccções	73
3.2 Contexto Regional	77
3.3 O Setor de Confeccções	94
3.4 Apresentação e Discussão da Pesquisa de Campo	100

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
APENDICE	A
APENDICE A – QUESTIONARIOS DIRIGENTES	B
APENDICE B – QUESTIONARIOS TRABALHADORES	C
APENDICE C – ENTREVISTAS.....	D
APENDICE D – MAPA DAS CONFECÇÕES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA.....	E
ANEXOS	F

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. O Ciclo dos Fundos Constitucionais de Financiamento	64
Figura 2. Repasses anuais do Tesouro Nacional e aplicações do FCO (1994-2004).....	65
Figura 3. Contratações - por Atividade - Janeiro a Dezembro/2006.	66
Figura 4. Rede Estadual do Banco do Povo.....	69
Figura 5. Números do Banco do Povo.....	70
Figura 6. Linhas de crédito e benefícios do Farol.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Municípios atendidos pelo PLANFOR – 1996-2001	56
Tabela 2. Jovens, mulheres e trabalhadores com mais de 40 anos colocados pelo SINE	57
Tabela 3. Estoque e Variação de Empregos em GOIÂNIA por Setor de Atividade Econômica, nos anos de 1999 E 2000	87
Tabela 4. Demonstrativo de Feiras e Feirantes no Município de Goiânia (2003/2004)	90
Tabela 5. Feiras Especiais e Livres	90
Tabela 6. Quantitativo de estabelecimentos de confecções em Goiânia de 1996 a 2006.....	95
Tabela 6-A. Quantitativo de empregados nas confecções em Goiânia de 1996 a 2005.....	96
Tabela 7. Quantitativo de empregados na confecção em Goiânia de 2000 a 2005, segundo a faixa etária.....	97
Tabela 8. Quantitativo de empregados na confecção em Goiânia de 2000 a 2005, segundo grau de instrução.....	97
Tabela 9. Quantitativo de empregados na confecção em Goiânia de 2000 a 2005, segundo sexo.....	98
Tabela 10. Classificação de empresas – SEBRAE - Critério: Número de Empregados.....	103
Tabela 11. Grau de instrução dos trabalhadores (pergunta n°. 4 do questionário).....	125
Tabela 12. Meio de locomoção utilizado para ir ao trabalho pelos trabalhadores das confecções de Goiânia (pergunta n°. 5 do questionário).....	126
Tabela 13. Faixa etária dos filhos dos trabalhadores das confecções de Goiânia (pergunta n°. 5 do questionário).....	127
Tabela 14. Motivos alegados pelos trabalhadores que desejam mudar de profissão (pergunta n°. 17 do questionário).....	129
Tabela 15. Gasto mensal dos trabalhadores das confecções de Goiânia com alimentos (pergunta n°. 27 do questionário).....	130

Tabela 16. Gasto mensal com roupas dos funcionários das confecções de Goiânia (pergunta n.º. 27 do questionário).....	130
Tabela 17. Gasto mensal dos funcionários das confecções de Goiânia com transporte (pergunta n.º. 27 do questionário).....	130
Tabela 18. Gasto mensal dos funcionários das confecções de Goiânia com os estudos (pergunta n.º. 27 do questionário).....	131
Tabela 19. Gasto mensal dos funcionários das confecções de Goiânia com médico (pergunta n.º. 27 do questionário).....	131
Tabela 20. Forma de atualização dos funcionários das confecções de Goiânia (pergunta n.º. 29 do questionário).....	132
Tabela 21. Benefícios contemplados pelos empreendedores das confecções de Goiânia aos seus colaboradores (pergunta n.º. 32 do questionário).....	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Geração de Empregos Formais em Goiás	88
Gráfico 2. Origem profissional dos sócios das confecções de Goiânia (pergunta n°.1 do questionário).....	101
Gráfico 3. Escolaridade dos sócios das confecções de Goiânia (pergunta n° 2 do questionário).....	102
Gráfico 4. Número de funcionários das confecções de Goiânia (pergunta n°.6 do questionário).....	104
Gráfico 5. Bairros onde estão situadas as confecções de Goiânia (pergunta n°.7 do questionário).....	105
Gráfico 6. Motivo pelo qual não participa de financiamentos (pergunta n°.13 do questionário).....	109
Gráfico 7. Quantidade de pessoal (pergunta n°.14 do questionário).....	111
Gráfico 8. Onde se utiliza a terceirização (pergunta n°.18 do questionário).....	112
Gráfico 9. Mercado onde se vendem os produtos (pergunta n°.15 do questionário)	114
Gráfico 10. Faixa salarial paga (pergunta n°. 20 do questionário).....	115
Gráfico 11. Principal reivindicação dos funcionários (pergunta n°. 31 do questionário).....	118
Gráfico 12. Benefícios concedidos aos funcionários (pergunta n°. 33 do questionário).....	119
Gráfico 13. Categoria de clientes a que se destinam os produtos (pergunta n°. 35 do questionário).....	120
Gráfico 14. Artigos produzidos (pergunta n°. 37 do questionário).....	121
Gráfico 15. Público alvo (pergunta n°. 36 do questionário).....	122
Gráfico 16. Periodicidade de troca de maquinário (pergunta n°. 38 do questionário).....	123
Gráfico 17. Tipos de inovações (pergunta n°. 39 do questionário).....	123

SIGLAS UTILIZADAS NO TRABALHO

Arranjo Produtivo Local	APL
Associação Brasileira do Vestuário	ABRAVEST
Cadastro de Atividades Econômicas	CAE
Caixa Econômica Federal	CAIXA
Computer Aided Design	CAD
Computer Aided Manufacturing	CAM
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	CAGED
Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador	CODEFAT
Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	CONDEL/FCO
Consolidação das Leis do Trabalho	CLT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos	DIEESE
Financiadora de Estudos e Projetos	FINEP
Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário	FUMDEC
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	FCO
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	FNE
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	(FNO)
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	FGTS
Fundo de Amparo ao Trabalhador	FAT
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS
Micro e Pequenas Empresas	MPEs
Organização Internacional do Trabalho	OIT
Plano Nacional de Formação Profissional	PLANFOR
Plano Nacional de Qualificação	PNQ
Produto Interno Bruto	PIB
Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador	PROEMPREGO
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	PASEP

Programa de Geração de Emprego e Renda	PROGER
Programa de Integração Social	PIS
Programa de Promoção do Emprego e Qualidade de Vida do Trabalhador	PROTRABALHO
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF
Programas Estaduais de Qualificação	PEQs
Programa de Micro Crédito	PMC
Programa de Crédito Produtivo Popular	PCPP
Recibo de Pagamento a Autônomo	RPA
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás	SEPLAN
Secretaria do Trabalho	SET
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	SEDEM
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI
Serviço Social da Indústria	SESI
Serviço Social do Comércio	SESC
Sistema Nacional de Emprego	SINE
Sistema Especial de Liquidação e Custódia	SELIC
Taxa de Juros de Longo Prazo	TJLP

INTRODUÇÃO

A inclusão social dos trabalhadores tem motivado preocupações e ações de algumas instâncias sociais e políticas. A aplicação de políticas públicas direcionadas para a geração de emprego e renda, tenta reduzir esse problema.

O tema desta dissertação analisa o comportamento do trabalho formal e informal do setor de confecções no município de Goiânia, no período de 2000 a 2006.

O interesse de pesquisar sobre o tema adveio de questionamentos formulados a partir do trabalho na Prefeitura de Goiânia, com a percepção do aumento de inscrições das confecções no Cadastro de Atividades Econômicas – CAE que conta com 1436 empresas do setor de confecções em 2006, conforme demonstra o mapa 1 (ver em anexo). Partindo desse ponto, surgiu a intenção de conhecer a realidade dos trabalhadores do setor, se estava gerando novas vagas de emprego, se estava oferecendo melhorias de condições de vida aos trabalhadores ou não.

Essas mudanças alteraram as formas de trabalho, e em consequência as relações trabalhistas ficaram fragilizadas (MATTOSO, 1999). Com as vagas cada vez mais escassas os trabalhadores se submetem a situações adversas como trabalhos e salários descontínuos e de curta duração, e sem contribuir para a Previdência Social ou Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), abrindo mão o trabalhador de benefícios como seguro-desemprego, garantias mínimas de saúde e aposentadoria, ou simplesmente caindo na informalidade, sub-emprego, e desemprego.

Em Goiânia a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEN) procura desenvolver ações visando regulamentar as atividades informais, valorizando o cidadão dentro de seu perfil sócio econômico e suas diversas áreas de atuações, oferecendo oportunidades de capacitação,

esclarecimentos educativos e percepção da importância do seu papel no desenvolvimento social e econômico do município.

Além da SEDEN, outro órgão que também dá sua contribuição neste processo é a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). Esta, em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) tem como missão promover o encontro entre trabalhadores e empregadores facilitando as contratações de mão-de-obra. Para este desafio o SINE conta com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Governo do Estado, através da Secretaria do Trabalho (SET). Este sistema tem como objetivo maior qualificar o trabalhador através de cursos e encaminhá-lo ao mercado de trabalho por meio do serviço de intermediação da mão-de-trabalho, contando também com o apoio dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Pode-se contar ainda, no tocante a sistemas de financiamentos, com o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)¹, que tem por finalidade a promoção de ações que gerem ou mantenham emprego e renda, mediante concessão de linhas especiais de crédito a setores normalmente com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro, como pequenas e micro empresas, cooperativas e formas associativas de produção, além de iniciativas de produção na economia informal, em forma individual ou coletiva que desejam investir no crescimento do seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade. O PROGER tem por objetivo permitir o acesso ao crédito a quem deseja investir na montagem, ampliação ou modernização de pequenos negócios, na cidade e/ou no campo; provendo a capacitação gerencial do beneficiário, acompanhamento e assistência técnica (Ministério do Trabalho e Emprego, 2006).

Dentro da perspectiva de mudar esta realidade no menor prazo possível, vê-se a necessidade da implementação das políticas econômicas visando o desenvolvimento social da população e também do município como um todo. Estas ações devem ser voltadas para redução do desemprego,

¹ A instituição do PROGER ampara-se na Resolução CODEFAT no 59, de 25 de março de 1994 [Ministério do Trabalho, 1996].

estruturação de frentes de trabalho contra a informalidade, redução destas atividades intensificando a regulamentação e a fiscalização, assim como redistribuí-las de maneira proporcional e equilibrada por região, e capacitando o trabalhador facilitando assim sua inserção no mundo do trabalho formal.

Esta pesquisa é relevante do ponto de vista social e político porque os seus resultados contribuirão para que o cidadão organizado em seus espaços adquira noções quanto as alternativas de geração de emprego e renda oferecidas pelas confecções dentro da nossa cidade, possibilitando a inclusão social para os trabalhadores de Goiânia. Para tanto analisar-se-á um período que compreende os anos de 2000 a 2006, as confecções instaladas na cidade, buscando identificar os benefícios trazidos por elas à população, como fator de inclusão social.

Desta forma, a pesquisa trabalhou os seguintes problemas:

Como as confecções atuam na cidade de Goiânia e quais os seus resultados na oferta de vagas de trabalho?

As confecções têm conseguido reduzir a informalidade na cidade de Goiânia, promovendo a inclusão social?

Qual a abrangência dos benefícios gerados pela ampliação do setor na cidade de Goiânia, com relação as vagas oferecidas?

A partir da identificação dos problemas apresentados nesta dissertação, procurar-se-a desenvolver um estudo identificando o perfil da formalidade e informalidade no setor de confecções do Município de Goiânia, analisando os impactos da geração de emprego e renda dessa atividade na promoção da inclusão social, que figurará como objetivo principal, seguido dos objetivos específicos que constituem em analisar as confecções e mensurar seus impactos no mercado de trabalho da cidade de Goiânia; verificar o alcance da inclusão social no mercado de trabalho; e Desenvolver um estudo sobre o impacto do setor de confecções frente a empregabilidade da família e a superação da informalidade.

Entre os procedimentos empregados, destacamos as pesquisas qualitativas e quantitativas, com representação de dados que serão analisados no capítulo 3, que buscam refletir sobre as relações de dependência funcional entre as variáveis gerações de emprego e renda X confecções. Procura-se identificar os elementos constituintes do objeto estudado, estabelecendo a estrutura e a evolução de suas relações. Serão utilizados dados bibliográficos, estatísticos, tabelas e outros elementos que possam ajudar na elucidação da pesquisa.

Para Miranda (2004), entende-se por método dedutivo a pesquisa que parte do geral para o particular, reformulando de modo explícito a informação, possibilitando a aquisição do conhecimento através da elaboração lógica de hipóteses e busca de sua confirmação ou negação.

Nesta pesquisa, partiremos do estudo das confecções em Goiânia e seguiremos até a análise de seus benefícios para a população de baixa renda e se realmente cumpre seu papel no quesito de promover a inclusão social dos trabalhadores.

Foram utilizados dois tipos de pesquisas, a saber: a pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de artigos científicos e livros, legislação oficial, visto que permite a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla; e a aplicação de questionários, cujo objeto é analisar de forma mais profunda o caso da inclusão social através das confecções de Goiânia.

É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. [...] Em, segundo lugar, também a complexidade do Estudo de Caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador (TRIVINOS, 1987, p. 134).

A intenção primeira consiste em estudar a questão da geração de emprego e renda como uma forma de identificar os impactos do ramo de confecção no Município de Goiânia, visando, a obtenção de dados que possam ser revertidos em benefícios para povo Goiano.

A fonte utilizada para a pesquisa consiste no estudo e fundamentação teórica, onde serão utilizadas bibliografias de diversos doutrinadores renomados que possuem obras relacionadas ao tema em estudo.

É conveniente mencionar que foram utilizados como consulta dados estatísticos contidos no Cadastro de Atividades Econômicas – CAE, IBGE, RAIS, ao Plano Diretor de Goiânia, e outros que possam contribuir com a pesquisa.

Sendo a pesquisa bibliográfica a principal fonte, um dos instrumentos de coleta de dados será o esboço de informações retiradas desta, objetivando a otimização do estudo a ser realizado. Dessa forma, através do esboço contendo registros de dados documentais necessários ao desenvolvimento e fundamentação do estudo, tem-se uma visão mais dinâmica do tema proposto de acordo com a óptica de diversos doutrinadores.

A segunda fonte foi a pesquisa de campo em forma de questionários previamente criados pela pesquisadora e que receberam posteriormente as devidas adequações, que foram aplicados aos trabalhadores das confecções, bem como os empregadores, não se excluindo a possibilidade do falar livremente, com questionamentos relacionados à importância da confecção, para a promoção da inclusão social dos trabalhadores e seu reflexo na vida social e familiar dos mesmos. Ainda utiliza-se de entrevistas² com o Presidente da AGICON e com o Secretário Executivo de atração de investimentos da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC – Governo de Goiás.

Devido à instabilidade das empresas do ramo e da inexistência de um cadastro de informais, a amostra foi definida de forma aleatória, dentro do

² A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (CRUZ NETO, 2001, p. 57).

universo³ das indústrias de confecções do município de Goiânia; e foi dividida em dois grupos, o primeiro representado pelos trabalhadores e o segundo representado pelos empregadores, num número de sessenta questionários aplicados em cada grupo incluindo dos formais e os informais. No grupo de empregadores foi aplicado somente um questionário por empresa e no grupo de trabalhadores foram aplicados tantos quanto à colaboração de cada um deles.

Dessa forma estaremos cobrindo as confecções, seus proprietários, bem como os trabalhadores e aqueles que se beneficiam de forma indireta do segmento econômico.

Os dados coletados foram tabulados utilizando-se o programa excel, dispostos em planilhas e a organização dos dados foi feita levando-se em consideração a frequência das respostas por pergunta. Após a tabulação dos dados e leitura crítica e interpretativa das fontes, foram observados os critérios utilizados por cada autor no que se refere à disposição dos assuntos. Assim sendo, tem-se uma noção de como separar os assuntos que comporão o desenvolvimento do estudo.

Após a organização dos estudos e tabulações, foram realizadas anotações das considerações e comentários pertinentes expostos por cada autor, objetivando relacioná-las entre si, outros autores e a legislação pesquisada. Dessa forma, é possível desenvolver uma análise fundamentada e expor considerações pessoais.

De posse da tabulação dos dados coletados e de suas respectivas análises, eles foram representados em forma de texto, tabelas e gráficos. A pesquisa de campo encontrou um conjunto de dificuldades em duas grandes áreas, a saber: 1) na parte bibliográfica, há uma escassez de informações e dados sobre as confecções no município de Goiânia, principalmente no que se

³ Universo estatístico refere-se “ao conjunto de entes portadores de, pelo menos, uma característica comum” (CRESPO, p. 19,1999)

refere ao trabalho informal, e sobre uma visão positiva a respeito do processo de flexibilização do trabalho; 2) na aplicação de questionários a grande dificuldade enfrentada foi o medo das pessoas envolvidas com o trabalho nas confecções de responder, talvez devido a informalidade ou ao grande fluxo de trabalho.

Com respeito à disposição final desse trabalho, o presente estudo foi desenvolvido em 4 (quatro) capítulos. No primeiro, “O Novo Desenho do Mundo do Trabalho” foi feita reflexões a respeito das mudanças sofridas pelas formas e relações de trabalho em face do capitalismo contemporâneo e seus reflexos na vida dos trabalhadores, como o desemprego e a informalidade.

No segundo capítulo, “Políticas Públicas”, analisou-se algumas ações do poder público, que estão voltadas a inclusão do trabalhador ao mercado, bem como sua permanência nele, e ainda abordou-se alguns programas de financiamento existentes e que podem vir a ser utilizados pelo setor de confecções.

Em “As Confecções”, terceiro capítulo, refletiu-se sobre a importância do setor em relação a de geração de emprego e renda. Também fez-se a regionalização, analisando sua atuação na cidade de Goiânia, e abordaremos a parte determinante desta dissertação que é o trabalho de campo com a aplicação dos questionários e entrevistas.

O capítulo quatro tem um caráter de conclusão e apresenta as considerações finais feitas a partir da análise de todo o processo.

Por fim, vale frisar que no decorrer desta dissertação de mestrado, algumas dificuldades surgiram como o receio dos entrevistados a princípio em responder as questões, e também em relação ao material bibliográfico. Contudo, estas dificuldades foram contornadas e servindo até mesmo de estímulo para a autora.

1 O NOVO DESENHO DO MUNDO DO TRABALHO

É relevante refletir que as transformações ocorridas no contexto histórico do trabalho repercutiram no segmento da confecção no município de Goiânia, modificando posturas tradicionais dos empreendedores, levando-os a inovar o modo de produzir, de administrar e ainda estimular a qualificação da mão de obra, dessa forma, faremos nesse primeiro capítulo, algumas considerações a respeito.

Apresentamos a seguir alguns significados das palavras «trabalho» e «trabalhar». De acordo com o que é definido pelo dicionário Aurélio (2001, p. 679), da língua portuguesa: «Trabalho» significa: “aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento, serviço, emprego, lida, labuta”. «Trabalhar» é “ocupar-se em algum mister, funcionar, aplicar esforços, pôr em obra, lavrar”.

A “utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (MARX, 1982, p. 201). Marx coloca que a força de trabalho em ação transforma-se em mercadoria que serve para a satisfação de alguma necessidade social. É uma interação entre o homem e a natureza, onde o homem submete ao seu domínio as forças naturais.

Nesse processo, o homem impõe uma transformação a fim de obter um produto com valor-de-uso que, segundo Marx (1982), nada mais é do que um material da natureza que mudou de forma para satisfazer as necessidades humanas.

Dependendo da sua função no processo de trabalho o valor-de-uso pode assumir o lugar de matéria-prima, meio de trabalho ou produto final. O autor em questão afirma que no capitalismo o trabalho não pertence ao trabalhador e sim ao capitalista que tudo controla e o produto desse trabalho também lhe pertence, sendo do trabalhador apenas o pagamento pelas horas trabalhadas, “O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna” (MARX, 1982, p. 263).

O trabalho é fonte de riqueza dos países. As sociedades desenvolveram-se, desde sempre, através do trabalho produzido por agricultores, pescadores, comerciantes, artesãos e operários.

Conforme Machado (2006) prevalece uma característica comum, a respeito do trabalho, que abarca todas as sociedades, indo desde a escravagista até à os dias de hoje, atravessando a feudal: “a subordinação de quem vive do trabalho”. A autora em questão afirma que só os países que se organizaram e apostaram nas forças de trabalho atingiram patamares de bem-estar elevados, mas sempre por força daqueles que produziram a riqueza - os trabalhadores. Segundo ela, foi com a Revolução Industrial que a idéia de subordinação de quem vive do seu trabalho se acentuou e que a dependência daqueles que têm como único meio de subsistência os rendimentos do trabalho se efetivou. Consequentemente ganham expressão as novas necessidades de proteção, uma vez que com a produção industrial em grande escala, os operários deixaram de ter outra fonte de rendimento que não fosse a sua força de trabalho.

Machado (2006) ressalta que, em face a esta realidade de dependência econômica, emergiu a necessidade de assegurar normas de proteção àqueles que, por razões de sobrevivência, ficavam coibidos na sua liberdade de escolha, de decisão. As primeiras leis protetoras dos trabalhadores aparecem em tempos diferentes, de acordo com o grau de desenvolvimento e de capacidade de organização desses trabalhadores.

Os trabalhadores constituem a parte mais frágil na relação de trabalho. As leis, enquanto normas de proteção dos trabalhadores é fator de combate à exploração a que os mesmos estão sujeitos.

Ainda seguindo as afirmações de Machado (2006), as primeiras leis protetoras foram publicadas na última década do século XIX, dirigidas às mulheres e aos menores. Tiveram como fundamento razões higieno-sanitárias, dado que na época da sua publicação as condições de trabalho, de higiene e de sanidade eram de tal forma graves que constituíam um perigo para a saúde pública.

Foi na linha da proteção dos trabalhadores que se deu a origem da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, em

conseqüência do Tratado de Versalhes, desenvolvendo intensa atividade normativa daí para frente. A Convenção Nº. 1 sobre a Duração do Trabalho na Indústria foi publicada nesse mesmo ano de 1919, comenta Machado (2006).

A criação desses instrumentos de proteção não significava que estava tudo resolvido e que as condições de trabalho fossem as ideais. O homem debate-se contra as novas formas de emprego criadas pelo capitalismo para não perder sua individualidade, sua personalidade. Quer resistir, quer ser livre. Na antiguidade eram escravos do medo, da força dos exércitos... Hoje são escravos da economia, do consumo, como bem reflete Hannah Harendt (1989, p. 150) “[...] no mesmo sentido em que a destruição é o fim intrínseco de todas as coisas destinadas ao consumo”.

O mercado não deveria ser o empecilho, mas a solução dos problemas das comunidades. É um termo que pode ter a concepção que o homem entender como a melhor para o desenvolvimento da humanidade. Deveria ser efetivamente, um mecanismo de produção de riquezas.

Da mesma forma, setores do capital, utilizando-se de tecnologias globais criaram meios para unir mercados, diminuir distâncias, propiciar uma maior circulação de bens, serviços, tecnologia, informação. Porém, também provocou a desconcentração e fragmentação do poder, possibilitou novas configurações geopolíticas, acentuou as diferenças entre ricos e pobres, diminuiu o papel da família, do trabalho, da comunidade e do Estado.

Para Gil (1999 apud REGO, 2001, p. 13):

Globalização, individualidade e negócios são fatores de trinômio norteador do ambiente profissional em transformação. A sociedade globalizada é o ambiente em que todos buscam participação ativa em processos de mudanças, querem contribuir no enorme esforço para continuada evolução tecnológica, necessitam suportar idéias e praticas dos comunicadores em que tenham influências.

Expressões tais como "qualificação", "competência", "formação profissional" ocupam lugar de destaque nos discursos e documentos dos diferentes agentes e instituições sociais.

As transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo

ressurgir, com muita ênfase, acalorados debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho.

Expressões tais como "qualificação", "competência", "formação profissional" ocupam lugar de destaque nos discursos e documentos dos diferentes agentes e instituições sociais.

O trabalho constitui-se, na visão acima, numa relação dialética entre sujeito/objeto e que, portanto, envolve a possibilidade de uma apropriação criadora e não simplesmente de mera repetição/reprodução.

Arendt (1989, p. 96) ainda analisa a divisão do trabalho em produtivo - que enriquece o mundo, e improdutivo (servil/escravo) que “nada deixam atrás de si em troca do que consomem”. Tempos depois passou a ser chamado de qualificado e não qualificado e nos nossos tempos de manual e intelectual. Esta separação supõe a possibilidade de haver uma separação entre a atividade espiritual e material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo, dimensões que se apresentam à indivíduos distintos, acrescentando que, segundo Marx, essas distinções desapareceriam em uma sociedade organizada, uma vez que o efeito do trabalho seria o resultado da força viva do labor num processo vital da humanidade, desaparecendo, portanto todas as diferenças.

O ato de trabalho como prática social, faz com que os trabalhadores, como sujeitos no e do trabalho, tenham virtualmente a possibilidade de se apropriarem crítica e construtivamente do conteúdo e do contexto de realização do próprio trabalho. Nessa perspectiva, os trabalhadores, como sujeitos coletivos, estariam também se construindo e se qualificando no e a partir do trabalho, apesar das condições alienantes e alienadoras do trabalho sob a égide e o controle do capital.

1.1 Acumulação flexível das relações de trabalho

De acordo com Antunes (1999) em Adeus ao Trabalho, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações na sua estrutura produtiva na década de 1980, as grandes mudanças tecnológicas (automação, robótica,

microeletrônica, genética) interferiram nas relações de trabalho e nos meios de produção.

Com essas intensas modificações a classe trabalhadora sofreu a mais aguda crise no seu ambiente de trabalho. O fordismo e o taylorismo já não são os únicos modelos produtivos “aceitáveis” e começam a surgir outros (neofordismo, neotaylorismo) e se espalham pelos diversos países do mundo. Há uma substituição dos processos produtivos de produção em série, pela especialização flexível, uma adequação às novas exigências do mercado capitalista, onde agora se busca a qualidade total.

As transformações nos meios de produção são percebidas também nas relações sociais de trabalho. Os direitos trabalhistas são flexibilizados de modo a adequar-se às mudanças do mundo globalizado; conquistas históricas dos trabalhadores são dissolvidas ao sabor da modernização. Essa especialização flexível dos meios de produção articula um significado de desenvolvimento tecnológico com uma desconcentração produtiva baseada em pequenas e médias empresas, quase artesanais, modelo que recusa a produção em série (ANTUNES, 1999). Modelo que supera os excessos da produção em massa e do fordismo, mas que também recebeu críticas como acarretar a intensificação do trabalho, bem como desqualificá-lo.

A produção em massa – fordismo – manteve um padrão de vida para os trabalhadores e ao mesmo tempo garantiu a estabilidade e os lucros, porém, houve aos poucos uma transição para o processo de acumulação de capital flexível a confrontar diretamente a rigidez do fordismo. Esse novo modelo de produção trouxe consigo novos setores de produção, novos modos de se trabalhar com o setor financeiro, novos mercados, apoiados na inovação tecnológica, comercial e organizacional e transformam as regiões onde se instalam, dando mais vida ao mercado de emprego, até no setor de serviços.

Harvey (1992) afirma que a acumulação flexível nada mais é que uma forma própria do capitalismo, onde o desenvolvimento da tecnologia gerou excedentes de força de trabalho, trazendo consigo a superexploração, a disseminação, pelo mundo, do setor informal, da terceirização, subcontratação, mostrando o lado cruel dessa forma de acumulação.

As experiências da acumulação flexível trouxeram muitas conseqüências, mas o modelo japonês ou toyotismo tem causado maior impacto, no mundo do trabalho dos dias atuais. Antunes (1999) afirma que, com um processo ágil e lucrativo de produção de mercadorias que foi introduzido na indústria automobilística japonesa, pela necessidade de o trabalhador operar várias máquinas simultaneamente e devido a necessidade de se responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores; juntamente com o ideal de produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo, ou seja a reposição dos produtos somente depois de sua venda e a expansão desta última para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

O grande desafio era atender a um mercado interno que solicitava produtos diferenciados e pedidos pequenos e variados. Aliado a um movimento de fragilização do sindicalismo combativo e criação do sindicalismo de empresa que combinava repressão, manipulação, subordinação patronal, emprego vitalício (atingiu somente 30% da população trabalhadora) e ganhos salariais decorrentes da produtividade.

Para atender às exigências mais individualizadas do mercado com o menor tempo e melhor qualidade seria necessário um processo de produção flexível onde um operário operasse várias máquinas, transformando-os em trabalhadores multifuncionais. Assim, de acordo com Moura (2001, p. 59):

Para atender ao consumo mais individualizado e mais exigente é necessário que a produção esteja sustentada num processo flexível, que possibilite a um trabalhador operar várias máquinas ao mesmo tempo, havendo um rompimento com a relação um homem por máquina, na qual o fordismo se fundamenta, ou seja, mais de uma máquina é destinada a um mesmo operário.

Há também a flexibilização da organização do trabalho que passa a ser realizado em equipe, e parte da produção das montadoras são estendidas às subcontratadas, terceirizadas. Importante também a flexibilização dos trabalhadores, direitos flexíveis às necessidades do mercado: horas extras, trabalhos temporários, ou subcontratação, número reduzido de trabalhadores e realização de horas extras (ANTUNES, 1999).

Desaparece o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor, e surge o enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor e do controle de qualidade, a empresa investe em treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade.

Essas práticas foram disseminadas pelo mundo, e a tendência era de enfraquecer os direitos sociais, uma vez que, com a retração dos governos, aconteceria um encolhimento dos fundos públicos e que atingiria tanto os empregados quanto os desempregados.

A Europa passava uma crise no capitalismo, o que a levou a interessar-se fortemente por essa nova forma de organização do trabalho: uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado (ANTUNES, 1999).

A partir da visão de Antunes (1999), com a colaboração de todos os capitalistas, houve uma aceitação por parte dos trabalhadores e esta relação passa a ser vista como cooperativa. O que o mundo não contava, era com o excesso da força de trabalho, que trouxe um desemprego estrutural. Essa nova forma de produção não deve ser vista como uma forma de avanço social ou como uma forma de capitalismo avançado. É na verdade uma forma de relação mais consensual, mais envolvente, mais participativa e mais manipulatória.

A crise afeta também os sindicatos, que assumem uma posição defensiva distanciando-se dos movimentos autônomos de classes e sem nenhuma disposição para lutar contra o capitalismo.

Como consequência dessas transformações, houve demissões em massa, causando uma diminuição da classe operária industrial tradicional, que gerou um desemprego estrutural atingindo o mundo todo, mas por outro lado aumentou o movimento do setor de serviços, aceitando-se o trabalho feminino e excluindo os mais jovens e os mais velhos, empurrando-os para o setor informal. Essa alteração no quadro trabalhista mundial deixa evidente a contradição desse processo, que tem como sujeito a automação, a robótica a microeletrônica e o quadro recessivo mundial.

Essa nova situação trouxe um retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais anteriormente adquiridos, deteriorando-os, levando a um enfraquecimento das forças trabalhistas.

A maior parte dessa força descartável é composta por mulheres, lugar antes exclusivamente masculino, não apenas na indústria têxtil, mas também nos novos ramos, como na microeletrônica e no setor de serviços. Essa mudança estrutural também atingiu o trabalho em tempo parcial e o trabalho doméstico.

O desenvolvimento do setor de serviços acarretou um intenso processo de assalariamento dos setores médios, mas esse desenvolvimento não deve ser visto como um avanço dentro do capitalismo, uma vez que se mantém o caráter improdutivo da produção global e se mantém dependente da produção industrial.

Também mudou a forma do trabalho, que teve seu número de operários reduzido, mas trouxe uma maior qualificação do trabalho: o homem deixa de produzir; agora é a máquina que o faz e ele se comporta como um supervisor/regulador de todo o processo. E o desenvolvimento do intelecto é deixado de lado.

[...] As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem frente ao capital unicamente como meios para produzir, fundando-se em sua mesquinha base (MARX, 1982, p. 229).

Marx (1982) acredita que não pode existir capitalismo sem trabalho como fonte criadora de valor. Houve sim, mudanças no seu processo, como os avanços científicos e tecnológicos, e a intelectualização do trabalho social, mas extinção não.

O novo trabalho operário não pode ser visto como o trabalho manual antigo, ele transformou-se em ramos mais qualificados, como os controladores de qualidade ou coordenadores técnicos, ou seja aconteceram alterações, adaptações onde surgem segmentos de operários técnicos, portadores de características profissionais únicas, interessantes apenas ao ramo ou setor ao qual ele pertence.

Paralelamente, porém, os trabalhadores que não se adaptaram às mudanças. foram empurrados para os contratos temporários, parciais, subcontratos, terceirizações, ou seja, foram inseridos na economia informal e no desemprego.

Isso representa na verdade uma corrosão ao saber profissional, para aumentar a intensidade do trabalho e uma diminuição no seu poder de produção.

Não há uma regra no mundo do trabalho. O que se pode afirmar é que o processo de trabalho sofreu várias modificações durante o último século, se transformou, mas não se extinguiu. Assim se entende porque Rego (2002, p. 126) afirma que:

Em relação ao mercado de trabalho ocorrem também profundas mudanças como os trabalhadores do conhecimento, os quais passam a ser centro gravitacional da força de trabalho em lugar do trabalhador tradicional, exigindo das empresas um esforço contínuo no desenvolvimento e capacitação dessa mão-de-obra, evidenciando a necessidade de parcerias com governos, instituições de ensino público e privado.

Antunes (1999) afirma que essas transformações trouxeram alterações também para o lado social da classe trabalhadora, sua forma de organização. A partir de 1980 verificou-se uma tendência á diminuição das adesões sindicais, uma movimentação excepcional na história do trabalho.

Houve uma grande divisão dentro da classe trabalhadora entre os estáveis e os provisórios (em sua maioria mulheres e jovens), e os sindicatos não conseguiram contornar essa situação e unir esses dois lados. O que reduz a possibilidade de se criar uma consciência de união entre os trabalhadores, levando a uma individualização das relações de trabalho, que pode ser perigosa pois enfraquece as relações de trabalho (ANTUNES, 1999).

Houve também um movimento no sentido de desregulamentar as relações trabalhistas, ameaçando a jogar por terra os direitos anteriormente adquiridos.

A onda mundial de desemprego ameaça os próprios sindicatos, a séria crise ameaça a própria organização trabalhista, alguns movimentos estão sendo feitos no sentido de reverter essa situação e aumentar a oferta de vagas como à redução da jornada de trabalho, criando dois turnos onde hoje existe apenas um, por exemplo, isso dobraria as ofertas de trabalho.

Mesmo tendo que se equilibrar entre tantas dificuldades o trabalho ainda tenta sobreviver. “As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da

atividade [...] que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção” (ANTUNES, 1999, p. 75).

O resultado entre o esforço manual e intelectual agrega valor de troca às mercadorias.

Segundo Antunes (1999), o trabalho pode ser classificado em concreto e abstrato: no concreto o trabalho cria valores socialmente úteis; e no abstrato ele é voltado para a produção de valores de uso. O autor em questão afirma que a atual crise se localiza no trabalho abstrato e que a sua superação depende da classe trabalhadora se unir e se conscientizar de que a redução da jornada de trabalho, e a ampliação do tempo livre e a sua transformação em trabalho social pode resolver grande parte do problema. Migrar do grupo que realiza o trabalho abstrato para o concreto seria caminhar para além do capital.

Utilizando o tempo disponível para produzir coisas socialmente úteis e necessárias eliminando o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltado para a produção de valores de uso [...] poderá instaurar uma lógica societária radicalmente diferente da sociedade produtora de mercadorias. (ANTUNES, 1999, p.82.).

Diminuir o tempo de trabalho para o homem desenvolver-se e adquirir conhecimentos faria diminuir a distancia entre as divisões no trabalho, entre aqueles que têm conhecimento daqueles que não o têm.

A luta dos assalariados (setor de serviços, informais, desempregados e subempregados) consiste em oferecer resistência e confrontar a lógica do capital para necessariamente abolir o trabalho abstrato e iniciar um sistema de auto-atividade humano com trabalho que gere coisas úteis à sociedade humana.

1.2 Repercussões no mundo do trabalho

Quanto à flexibilização do capitalismo, Sennett (1999) apóia a posição de Antunes (1999), quando ele questiona esse processo de reformulação capitalista, afirmando que não passa de uma forma de opressão imposta ao trabalhador. Segundo Sennett (1999, p. 10), essa nova característica (flexibilidade) está diretamente ligada ao caráter, “é o valor ético que atribuímos

aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros”. Seria como um projeto a longo prazo, numa sociedade que vive o imediatismo.

Existe necessidade de se reorganizar o tempo, no trabalho e na vida particular de cada um. A carreira, antes tradicional no mesmo ramo, hoje é mutante, podem ocorrer várias mudanças ao longo da vida de uma carreira. Em meio a essas mudanças, as pessoas tentam se equilibrar entre a vida do trabalho e a vida em família, na preocupação de estar presente na vida dos filhos e transmitir-lhes exemplos que não distorçam os valores na formação de seu caráter.

O autor acima questiona a forma de vida que o ritmo do capitalismo contemporâneo nos impõe: rotinas duras de trabalho que afastam as pessoas. Cria-se um novo vínculo de relacionamento através da internet, em que as pessoas se comunicam através da máquina, criando uma falca atmosfera de amizade em comunicações breves e apressadas. Ele também questione o eterno conflito: tempo para o trabalho X tempo para a família, uma vez que as necessidades da família não podem ser programadas para quando se tem folga no trabalho.

Todas essas mudanças na estrutura do trabalho ocorreram após um passado estável, que se deu logo após a Segunda Guerra Mundial, onde nos países de economia avançada, formaram-se sindicatos fortes, Estado assistencialista e empresas estáveis que perduraram por mais ou menos trinta anos.

Após esse período, entra em vigor as organizações flexíveis, com tarefas constantemente redefinidas, forçando o trabalhador a se equilibrar em meio a constantes mudanças.

A nova lógica do capitalismo é “não há longo prazo” (SENNETT, 1999, p.22) eliminando o compromisso mútuo, a obrigação formal, a confiança e a lealdade das relações trabalhista.

Perante a perda de todos esses valores, afirma Sennett (1999), que o capitalismo coroe o caráter das pessoas, propagando relações instáveis e sem compromisso mútuo.

Diante dessa situação a sociedade buscou meios para contornar os males da rotina com a criação de instituições flexíveis. Na visão de Sennett

(1999), sob a falsa afirmação de que a flexibilidade gera a liberdade social, a nova economia política usou a repulsa à burocracia e a busca da flexibilidade para produzir novas formas de controle e poder.

Neste contexto, cabe destacar que o modelo de terceirização asiático, (utilizados na Coreia do Sul, e em Cingapura), é um fator relevante para explicar o crescimento do segmento industrial destes países, como nos segmentos de confecção e vestuário dentre outros. Pode-se afirmar que de todos os modelos de terceirização adotado no mundo é que o mais beneficia o empreendedor, o mesmo não se verificando em relação aos trabalhadores. Isso garante a alguns países Asiáticos grande competitividade no mercado mundial. De acordo com Sene e Moreira (2000 apud MOURA, 2001), isto possibilitou:

- A redução de custos e melhoria da qualidade dos produtos e serviços;
- Aumento da eficiência empresarial com maior versatilidade e rapidez nas decisões administrativas;
- Redução do número de empregados diretos na cadeia produtiva;
- Aumento da produtividade e da competitividade.

Ressalta-se que o primeiro período de desenvolvimento desse modelo, ocorreu com a transferência da produção de empresas ocidentais para esses países e também, em virtude da mão-de-obra barata. Segundo Rech (2002, p. 5):

Neste período, a transferência de tecnologia e controle para assegurar a observação de determinado padrão qualitativo gerou um efeito de aprendizagem por parte dos produtores locais, que tem sido progressivamente orientado aos produtos e atividades de maior valor agregado, incrementando a cota de produção destinada à exportação. O contingente combinado de Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul chegou a 10.3% das exportações de têxteis e confecções em 1980, atingindo 18.6% em 1990. Hong Kong é o líder dos três países, com um crescimento das exportações, na década considerada, na faixa de 365%

No entanto, deve-se salientar que a elevação dos custos da mão-de-obra e a valorização da moeda, naqueles países, têm auxiliado no

aprimoramento suas indústrias. Eles têm investido em novos ramos industriais, mais avançados tecnologicamente, transferido os setores tradicionais como de confecção para outros países da região, em que o custo com a mão-de-obra é bem menor. Neste contexto Rech (2002, p. 5):

Ao final dos anos 1970, os países citados perderam progressivamente a atratividade como sítios produtores por causa do incremento do custo de mão-de-obra e da não disponibilidade de cotas de exportação, transformando-se em centros logísticos e de serviço a favor do novo *network* produtivo. Isso favoreceu o crescimento de novos produtores na área: China, Tailândia, Malásia, Filipinas, Vietnam.

O modelo asiático de terceirização explora excessivamente os trabalhadores, submetendo a eles longa jornada de trabalho e redução de benefícios, portanto, é um modelo favorável apenas ao empreendedor e ao grande capital. Existe, porém, alguns estudiosos que vêem possibilidades de avanço para os trabalhadores, nesse modo de produção, possibilidade de maiores ganhos em virtude de trabalharem como autônomos.

1.3 A questão trabalho X trabalho informal

Pochmann (2004) vem corroborar com Antunes (1999) em seu texto: “Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites”, onde constata que os efeitos da globalização e as mudanças ocorridas no século XX aumentaram a distância entre nações ricas e pobres e tudo isso acabou gerando mudanças na forma de organização do trabalho, mais precisamente na Divisão Internacional do Trabalho.

Todo esse processo de avanços na ciência e na tecnologia tem gerado novas rotinas referentes à produção e organização do trabalho.

A intervenção do Estado como regulador, através de políticas públicas, apoiou a desregulação da concorrência intercapitalista, o que teve como consequência a degradação do trabalho.

Por volta dos anos 1980, após um período de forte industrialização, o Brasil entrou num processo de dormência no que diz respeito ao mercado de trabalho. A estagnação da economia, os problemas enfrentados pelo setor

produtivo, e a forma de dominação exercida pela economia mundial, tornaram o país dependente do mercado exterior, trazendo conseqüências internas sérias para a organização do trabalho.

Então a partir daí notam-se duas vertentes: uma organização de trabalho gerado por empresas capitalistas, com salários fixos e com características homogêneas; e uma outra, de grande número de desempregados, que na tentativa da busca pelo sustento acabaram por criar um segmento não organizado de trabalho, com características precárias e diferentes, sem garantias e sem salário fixo, mas que era uma forma de sustento da família.

Inicialmente as pessoas que integravam esse grupo de trabalhadores não organizados representavam a parcela dos excluídos pelo sistema capitalista, sendo também responsáveis por atividades ilegais; mas com o passar do tempo foram tomando espaço e desempenhando atividades importantes no processo de produção popular.

Segundo Pochmann (2004) o desenvolvimento capitalista progredia, deixando rastros cruéis na organização do trabalho, como o desemprego, desassalariamento e trabalho precário.

A estagnação da estruturação do mercado de trabalho tem ocasionado a transposição de pessoas do trabalho organizado para o não organizado.

Analisemos a supremacia do modo de produção capitalista na organização do mercado de trabalho brasileiro: durante o período da industrialização nacional, houve um movimento de estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Neste período, houve um aumento de empregos assalariados, formais, ou seja, submetidos à regulação de políticas públicas.

A intervenção do Estado trouxe como conseqüência uma oferta maior de vagas do segmento organizado, mas não foi o bastante: a parcela de excluídos não desapareceu. E tiveram que encontrar alguma forma de sobreviver, aumentando o segmento dos não organizados.

Nota-se que as atividades do trabalho não organizado também estavam subordinadas ao capitalismo, e muitas vezes operavam juntas. Uma delas utilizava atividades simples como empresas familiares e trabalhadores autônomos; a outra já contava com assalariamento como é o caso dos prestadores de serviço.

Dessa forma os trabalhadores não organizados representavam o excedente da força de trabalho que muitas vezes eram fruto do êxodo rural, ou seja, trabalhadores sem qualificação profissional e em sua maioria analfabetos, que eram obrigados a se submeter a qualquer forma de exploração.

Como a dificuldade econômica do Brasil veio se agravando esse quadro tendencioso veio a piorar, com o avanço inclusive de trabalho escravo e em condições sub-humanas.

Portanto, nos anos 1980 a situação era diferente da de hoje. Naquela época tratava-se de trabalhadores analfabetos, sem qualificação profissional, sem um passado de trabalho assalariado, e em sua maioria imigrantes rurais ou de cor negra.

Hoje, com as mudanças ocorridas na economia capitalista, como o desenvolvimento de novas técnicas de gestão e organização dos meios de produção, modificações na divisão social do trabalho, terceirização, novas tecnologias, todas essas modificações criaram uma espécie de ponte entre as formas de trabalho organizadas e as não organizadas.

A produção em rede e a subcontratação de mão-de-obra indireta é um dos exemplos desse novo contexto, bem como as políticas neoliberais voltadas para a privatização de empresas estatais que foram adotadas a partir dos anos 90 e a grande dependência do mercado exterior.

Também a inserção do país no processo de globalização, com uma participação dependente, nos moldes do Brasil colônia, ou seja, exportando produtos primários e importando produtos industrializados mais caros.

Dessa forma o setor secundário (indústria de transformação e construção civil), vem sofrendo reduções na sua participação no mercado de trabalho, assim como o setor primário (extrativismo e agropecuária), notando-se um crescimento do setor terciário (comércio e serviços em geral). Nota-se um grande aumento principalmente nos ramos de serviços domésticos, nas atividades de motoristas, diaristas, jardineiros e outros, são colocações no mercado de trabalho não organizado para o suprimento de necessidades domésticas das classes mais altas da sociedade brasileira.

Então entram em cena medidas para se tentar reverter a situação trabalhista, surgem organizações como cooperativas de trabalho, ou seja a

própria comunidade se preocupando com a situação de desemprego e subemprego e buscando alternativas para a sobrevivência das pessoas.

Também o governo apresenta políticas públicas compensatórias, não suficientes para oferecer vagas no mercado organizado, mas alternativas ocupacionais como a oferta de crédito, financiamentos a fim de incentivar as pessoas a buscarem se estabelecer no mercado capitalista e organizado.

Corre-se o risco, porém, de o governo trabalhar com assistencialismo improdutivo, pois os recursos demonstram ser insuficientes para alcançar tantas famílias, sendo assim as políticas públicas tomam um caráter eleitoreiro, cuja atuação não mostra saídas verdadeiras para o problema. Ações imediatistas simplesmente promovem a inserção parcial da força de trabalho, mas não garantem sua permanência ali.

A crise do mercado de trabalho no Brasil é inegável. Mas aconteceram algumas mudanças que podem ser percebidas nos dias de hoje como a nova composição do excedente da força de trabalho, que agora é composta por trabalhadores pobres e desempregados urbanos, e não mais rurais, com escolaridade e capacitação profissional e não mais analfabetos e desqualificados profissionalmente.

1.3.1 Inclusão e exclusão social

A sociedade brasileira é marcada por imensa desigualdade sócio-econômica, propiciando um conjunto de indicadores que indicam a exclusão social, constituindo-se em um grande desafio para os governantes, Organizações não Governamentais e para o conjunto da sociedade, garantir o acesso aos direitos básicos de qualquer cidadão, como, por exemplo, o trabalho.

De acordo com Dupas (2001, p. 20), os principais tipos de exclusão são:

- Do trabalho regular (parcial e precário);
- Do acesso a moradias descentes e serviços comunitários;
- Do acesso a bens e serviços inclusive público;

- Da possibilidade de não assegurar a própria sobrevivência;
- Segurança em toda sua plenitude dos direitos humanos;

Dentro do mercado de trabalho, por de acordo com Dupas (2001, p. 20):

[...] existe uma “dualização do processo de trabalho”, ou seja, há empregos ruins, de acesso relativamente fácil – que além de precários não geram renda suficiente para garantir um padrão de vida mínimo – e há empregos bons, mas de difícil acesso, que geram níveis de renda e de segurança aceitáveis; em geral, a segmentação acontece em termos de raça, sexo, nacionalidade.

No entanto, o poder público brasileiro tem buscado promover a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho por meio de políticas públicas, com objetivo de resgatar a cidadania através do trabalho, garantindo a ele contrato de trabalho formal. Conseqüentemente estabilidade no trabalho e direitos sociais imprescindíveis a qualquer indivíduo. No entanto, Pochmann (2001, p. 1) argumenta que:

[..] O desenvolvimento de um país tende a produzir tanto as condições necessárias para a inclusão social como para a exclusão. No caso brasileiro, a exclusão social pode ser identificada, inicialmente, a partir da diferenciação mais singela entre famintos e bem alimentados, escolarizados e analfabetos, rendimentos altos e baixos, cidadãos negros e brancos, entre outras variáveis. Os segmentos sociais tradicionalmente excluídos são conhecidos como despossuídos pelo modelo econômico que predominou entre 1930 e 1980, responsável pela transformação do Brasil da situação equivalente a de uma grande fazenda, ainda no começo do século 20, para o estágio de oitava economia mundial no final dos anos.

Posição contestada por José de Souza Martins (1997) que afirma que o termo exclusão social reflete um mundo imaginário que se caracteriza por relações precárias, uma vez que, segundo o autor em questão, a exclusão social inexistente, o que se pode observar é uma inclusão de forma deficitária ou incompleta.

Portanto, a exclusão social, ou a inclusão precária do trabalhador no Brasil, é ocasionada pelo crescimento da informalidade em todo o País.

Neste contexto, pode-se dizer que no Brasil a inclusão do trabalhador na sociedade ainda não atingiu padrões desejáveis havendo muito a ser feito para se alcançar níveis de inclusão social plena.

1.3.2 Informalidade enquanto fenômeno de inclusão e exclusão

O fenômeno da informalidade urbana se expressa, sobretudo na expansão do chamado setor terciário da economia, que abrange o comércio e a prestação de serviços e também por atingir trabalhadores qualificados.

Ressalta-se que a informalidade no mercado do trabalho não atinge apenas indivíduos com baixa escolaridade, ou seja, afetam pessoas qualificadas. Muitos indivíduos, preparados tecnicamente, estão fora do mercado de trabalho formal. Há quem perceba na informalidade, possibilidade de um rendimento maior, mas recebe em troca uma conseqüente estabilidade menor.

De acordo com Nascimento e Barbosa (1996, p. 76), o aumento do trabalho informal:

Cresce em duas portas: de um lado, os “biscateiros” de todos os níveis, sem carteira assinada, nem garantias de saúde e previdência, com ganho irregulares e baixos. Do outro, profissionais de capacitação técnica ou acadêmica, que vendem seus serviços de assessoria e consultoria as empresas e outras instituições, em regime de prestação de serviços, com ganhos irregulares e altos.

Este novo quadro (formalidade e informalidade) constitui o universo de atividades resultantes da iniciativa dos trabalhadores para garantir sua sobrevivência pelas vias alternativas. Desta forma geram empregos ou subempregos e trazem para si uma razoável perda de garantias básicas à saúde, previdência e ou direitos sociais.

Outro fator importante ao viabilizar atividades informais é o fato de que as empresas organizadas tendem a operar apenas onde existem condições mínimas de rentabilidade, pois sua implementação decorre de determinado volume de investimento inicial e razoáveis despesas de manutenção da atividade. Já a informalidade admite operar com rentabilidade menor, atuando

em áreas periféricas e em situações adversas. Segundo Santos (1977, p. 206) a modernização não acarreta necessariamente o desaparecimento da atividade informal quando esta se submete à concorrência com o circuito superior. Esta pode subsistir graças às suas condições próprias de funcionamento.

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes (excetuando-se o Plano Piloto da capital federal, Brasília, pautado em princípios urbanísticos singulares). Desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos.

Inicialmente, por sua expressão reduzida, as feiras livres apresentam-se mais como efeito decorativo, um “ornamento da modernidade” (MASCARENHAS, 1997), que propriamente como canal de abastecimento. Em 1916, todavia, a prefeitura do Rio de Janeiro resolve expandir a novidade, no bojo de uma gestão caracterizada pela abertura de estradas para facilitar o escoamento da produção alimentar das freguesias suburbanas e rurais (REIS, 1977, p. 65). As feiras passam então a existir em número de 14, duas para cada dia da semana. Evoluem paulatinamente até constituir, no início dos anos trinta, um conjunto de 42 feiras (seis para cada dia da semana).

Aproximadamente entre as décadas de 1920 e 1960, as feiras livres dominaram o varejo da cidade, provocando o fechamento de inúmeros pequenos estabelecimentos comerciais. Transformadas em centros periódicos de grande volume de negócios varejistas (algumas feiras chegavam a reunir regularmente mais de quinhentos feirantes num único dia), os feirantes passam a pagar elevados impostos à administração municipal, em valores que podiam, freqüentemente, ultrapassar os de estabelecimentos comerciais fixos (SILVA, 1997, p.13).

Ao mesmo tempo, verifica-se um processo de incorporação, à feira livre, de práticas comportamentais distintas daquelas para as quais foi concebida.

Práticas que apontam para o exercício de formas de sociabilidade alheias ao projeto civilizador e excludente de Pereira Passos, e que de certa forma resgatam um pouco do ambiente informal das velhas quitandas e dos quiosques.

A presença de elementos populares no cotidiano de uma feira livre no bairro mais sofisticado da cidade de então, mostra também a possibilidade destes elementos realizarem encontros festivos no interior da feira, exercendo espontaneamente formas de sociabilidade que possivelmente não seriam admitidas no período de Pereira Passos, marcado pelo conhecido elitismo segregador. Considerando-se como válida tal hipótese, estaríamos diante de um processo de incorporação à feira livre de práticas comportamentais distintas daquelas para as quais foi concebida. Práticas que apontam para o exercício de formas de sociabilidade alheias ao projeto civilizador vigente, e que de certa forma resgatam um pouco do ambiente informal das velhas quitandas e dos quiosques.

Em 1970, o governo federal aprova o I Plano Nacional de Desenvolvimento, no qual explicita como um de seus objetivos a plena expansão das redes de auto-serviço nos grandes centros urbanos, em detrimento das feiras livres, consideradas como forma anacrônica de varejo. Portanto, este formidável crescimento dos supermercados contou com uma clara política de retração das feiras livres em todo o país. Nos anos subseqüentes, a municipalidade engendra um aparato jurídico que delimita áreas de atuação privilegiada para feiras e supermercados, destinando ao setor capitalizado justamente a melhor fatia do mercado. A feira livre, outrora símbolo da modernidade, implantada pelo próprio poder público, é agora seu filho bastardo, restando-lhe as áreas degradadas e miseráveis da "Cidade Maravilhosa". A territorialidade das feiras livres fica cada vez mais definida pelas constantes e arbitrárias intervenções governamentais.

1.4 O Desemprego e a precarização do trabalho

A problemática do desemprego no Brasil trouxe consigo a precarização das condições e relações de trabalho. Devido a dificuldade de se conseguir

uma vaga no mercado, os trabalhadores se vêm obrigados a se sujeitar à dominação capitalista que aproveita a situação de intenso desemprego para impor regras abusivas que fogem totalmente do que foi postulado pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT⁴.

Mattoso (1999), afirma que de forma alguma, se pode atribuir essa situação de desemprego ao mercado internacional bem como ao avanço tecnológico uma vez que não são a causa básica da atual situação, assim como também não se pode responsabilizar os próprios trabalhadores, uma vez que não passam de vítimas da situação.

O autor em questão afirma que após a Segunda Guerra Mundial o país transformou-se numa economia industrial e urbana com uma elevação na oferta de vagas para ocupações formais beneficiando a população urbana e o contingente de pessoas expulsas do campo.

Mas todo esse crescimento não resultou em maior distribuição da renda, os trabalhadores recebiam baixos salários, conviviam com um elevado grau de pobreza e uma cruel concentração de renda nas mãos de uma minoria.

Esses problemas se agravaram a partir de 1990. Com desempenho produtivo baixo e oscilações no ciclo econômico, o país mergulhou num processo de retração produtiva agravando ainda mais a problemática do emprego.

O desemprego representa a desestruturação pessoal, familiar e social, que atinge os trabalhadores de forma desigual, “entre 1989 e 1998, o desemprego cresceu relativamente mais entre os homens de mais idade (40 anos ou mais), cônjuges e para os de maior escolaridade” (MATTOSO, 1999, p. 14).

O desemprego começou a atingir a estrutura familiar, com a perda da ocupação pelo pai de família e o que mais surpreende é o grau de instrução dessas pessoas, indo de encontro com as afirmações do governo de que o desemprego afetava pessoas de baixa qualificação. E o tempo de espera por uma vaga também aumentou.

Toda essa problemática altera as relações de trabalho. Com as vagas cada vez mais difíceis os trabalhadores se submetem a situações adversas

⁴ Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

como trabalhos e salários descontínuos e de curta duração e sem contribuir para a previdência social ou Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), abrindo mão por tanto de benefícios como seguro-desemprego, garantias mínimas de saúde e aposentadoria.

Dessa forma, os trabalhadores e seus sindicatos ficam enfraquecidos e as empresas com contratos unilaterais garantem sua supremacia com a preservação de baixos salários, ampliação das diferenças salariais e a queda dos níveis de sindicalização.

Segundo Mattoso (1999, p. 22), a economia brasileira não atravessa apenas um problema de paralisação, ela está também "profundamente desarticulada, desestruturada e submetida aos desígnios de uma elite doméstica antinacional e do capital financeiro internacional", essa situação se justifica, devido ao processo de sonegações lesivas e cortes de gastos nas despesas públicas direcionadas a setores importantes, bem como às sonegações. Mattoso (1999, p. 22) resume nossa sociedade após toda essa situação em uma multidão de "sem teto, sem terra, sem emprego, sem salário e sem esperança". A segurança também diminuiu, todo esse processo de desemprego trouxe a violência para o nosso cotidiano transformando nosso dia-a-dia numa verdadeira guerra civil.

Mas, como surgiu toda essa situação? Se como afirma o autor acima, após a Segunda Guerra Mundial, o país atravessou uma fase de grande desenvolvimento na economia urbana e industrial com destacada elevação de emprego e renda?

Segundo o autor em questão o início dessa situação catastrófica, foi no Consenso de Washington⁵ que mundializou a economia com uma abertura comercial indiscriminada, abolindo as restrições às importações e confirmou a centralidade e o poder dos Estados Unidos. Ao invés de trazer um maravilhoso desenvolvimento para o país conforme o esperado, trouxe desestruturação da economia brasileira, desequilíbrio das contas públicas e a deteriorização das relações trabalhistas. Neste contexto, Pochmann (2001, p. 116) afirma que:

⁵ "conjunto de propostas elaboradas em um seminário do Banco Mundial em Washington e destinadas aos países periféricos, visando a redução do Estado, a liberalização de mercados e a desregulamentação financeira" (Mattoso, 1999, p. 24)

A partir de 1990, uma segunda onda de dilapidação dos direitos sociais e trabalhistas passou a ser imposta no país, através da adoção de políticas neoliberais para o trabalho em meio a implementação de um novo modelo econômico fundamentado nos pressupostos do Consenso de Washington, as políticas de trabalho neoliberais favoráveis à flexibilização dos contratos de trabalho, desregulação do mercado de trabalho e transferência exclusiva da responsabilidade pela trajetória ocupacional para o indivíduo, através da adoção das políticas de formação e qualificação profissional.

As transformações verificadas no mundo do trabalho trouxeram novidades como a flexibilidade, a informalidade, o desemprego e o subemprego em todos os níveis, atingindo desde os trabalhadores menos qualificados presentes em maior quantidade no setor de confecções até os profissionais altamente especializados.

As políticas de emprego e renda implantadas pelo setor patronal contribuíram para o enfraquecimento sindical e contribuiu de forma significativa para o crescimento do nível de emprego no setor informal em detrimento de emprego no setor formal. Portanto, as políticas públicas de emprego e de renda no Brasil beneficiaram os empregadores e não os trabalhadores (DUPAS, 2001). No capítulo seguinte, analisaremos alguns tipos de políticas públicas.

2 POLITICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

2.1 Políticas públicas de geração de emprego e renda

Para o desenvolvimento deste capítulo optou-se em abordar as políticas públicas de geração de emprego e renda, destacando sua importância no acesso de financiamentos aos empreendedores, estímulo à qualificação dos trabalhadores, o que reflete de maneira positiva no desenvolvimento do setor de confecções. Essas políticas ainda não conseguem contemplar a todos, mas proporcionam avanços significativos aos trabalhadores como seguro desemprego. Aborda-se, ainda, as políticas públicas existentes que podem constituir importante mecanismo de apoio ao desenvolvimento e crescimento do setor de confecções no município de Goiânia (GO).

A necessidade de uma política governamental que atue diretamente sobre o mercado de trabalho, visando maximizar a oferta de emprego, dada a restrição macroeconômica e o contexto institucional (salário-mínimo, relações capital-trabalho, etc.), foi uma tendência em todo o mundo desenvolvido a partir da década passada, e nos países periféricos nos anos de 1990. Essa política estruturou-se no que se convencionou denominar de Sistema Público de Emprego, que associa assistência ao desempregado, intermediação, formação e reciclagem profissional.

No Brasil, esse sistema, ainda que sem uma estratégia definida, começa a delinear-se a partir de 1990, tendo como eixo os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses primeiros passos, dada essa ausência de estratégia, foram pouco coordenados, e faltaram instituições públicas que garantissem sua implementação, além de, não poucas vezes, os recursos terem sido direcionados segundo a capacidade de pressão dos *lobbies*. De acordo com DIEESE (2000, p. 266): “Somente em 1990, com a instituição da Lei n. 7.998, é que regulamentaria o programa do seguro desemprego e do abono salarial, constituindo-se ainda o FAT”.

O poder público possui inúmeras formas de intervenção que afetam o nível de emprego. Essas formas vão desde a fixação do salário-mínimo, o contexto institucional que regula as relações capital-trabalho e os custos fiscais e parafiscais nos encargos trabalhistas até a formação profissional.

Os instrumentos clássicos desse tipo de política são: a criação de empregos públicos, a formação e reciclagem profissional, a intermediação de mão-de-obra, a subvenção ao emprego, pagamento de seguro desemprego e outros.

Entendemos como Políticas de Emprego o conjunto de medidas que atuam sobre a oferta de trabalho, ou sobre o nível de emprego alterando a demanda de forma direta (criação de empregos públicos, por exemplo) ou indireta (formação profissional). Elas se dividem entre as Políticas Passivas e as Ativas. As políticas ativas são aquelas que:

Buscam atuar diretamente sobre a oferta ou demanda de trabalho, ampliando o número de postos criando novos empregos. É o caso da criação direta de empregos pelos setores públicos dos investimentos emergência nos fretes de trabalho dos subsídios públicos à contratação, da oferta de crédito para micro e pequenas empresas, da redução da jornada de trabalho, dos incentivos ao trabalho autônomo, entre outros exemplos (DIEESE, 2001, p. 262).

No Brasil, as políticas públicas de geração de emprego e de renda nas últimas décadas têm sido fundamentadas nas políticas ativas e políticas passivas, isto explica porque essas políticas precisam ser reelaboradas. De um lado há estudiosos que acreditam que o ideal é conciliar ações tanto passivas quanto ativas, também existe atores sociais que pregam a abolição de qualquer políticas públicas fundamentada nas políticas ativas ou passivas. No entanto, em um país como o Brasil, cujo mercado de trabalho é peculiarizado pelo elevado nível de informalidade, baixos salários entre outras características, o ideal seria empregar vários elementos de ambas políticas, ou seja, passivas e ativas, tendo como objetivo não apenas a promoção como, outrossim, a proteção do emprego.

Conforme DIEESE (2001, p. 262):

Recentemente, assumiram maior importância no âmbito das políticas públicas de emprego no Brasil, os investimentos na formação e qualificação profissional e nos serviços de intermediação e recolocação de mão-de-obra. Em ritmo e escala menores, também se ampliou a cobertura do seguro contra desemprego.

As Políticas de Emprego denominadas passivas englobam aquelas ações que tendem a tornar mais aceitável a condição de desempregado ou a reduzir a oferta de trabalho.

São aquelas que consideram o nível de emprego (ou desemprego) como um dado, tendo por objetivo apoiar financeiramente o trabalhador desempregado ou reduzir o excesso de oferta de trabalho (DIEESE, 2001, p. 261).

O desempregado está nessa condição, não porque é seu desejo, mas sim porque a economia é incapaz de oferecer-lhe um posto de trabalho. Dessa forma, para atenuar sua falta de renda, o poder público deve conceder-lhe um benefício no período de transição entre um emprego e outro. O seguro-desemprego foi pensado para sociedades nas quais o desemprego não atingisse grandes contingentes populacionais e nem fosse duradouro, o seguro-desemprego é uma das políticas mais tradicionais destinadas ao mercado de trabalho.

Uma das alternativas para diminuir o desemprego consiste em adiar o início do ingresso no mercado de trabalho. Ao permanecer por mais tempo no sistema escolar, a pressão sobre a oferta de trabalho se reduz. Se a esse fato agregamos a idéia segundo a qual quanto maior a escolaridade maiores serão as chances de encontrar emprego, induzir a permanência da população no sistema escolar poderia diminuir, direta ou indiretamente, o desemprego.

Em certas ocasiões, um indivíduo, pela sua idade e formação, pode ter sérias dificuldades para reinserir-se, como ocupado, no mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, adiantar sua aposentadoria pode ser menos oneroso que pagar o seguro-desemprego por longos períodos. As Políticas Ativas englobam uma série de ações que tendem a elevar o nível de emprego, geralmente atuando sobre o contingente de trabalhadores.

Esta talvez seja a política mais popular, e parte da suposição que ao elevar a qualificação ou formação de um indivíduo aumentam suas chances de encontrar emprego.

A política pública de a intermediação de mão-de-obra no Brasil, iniciou-se em 1975, com a instituição do Sistema Nacional de Emprego – SINE. De acordo com DIEESE (2001, p. 264): “Os objetivos do SINE eram organizar e estimular o mercado de trabalho, produzindo indicadores e procurando adequar a oferta e demanda de trabalho, através da intermediação e a mão-de-obra, além de elevar o nível de qualificação profissional”.

Distintas empresas e instituições em todo o País promovem esse tipo de intermediação tanto quanto emprego. Constituídos assim em instrumento entre as organizações que estão buscando novos trabalhadores e os desempregados uma nova colocação no mercado de trabalho.

Este tipo de ação engloba uma série de atividades que visam um ajuste entre a oferta e demanda de trabalho mais fluido.

A estrutura privada de intermediação é formada por organizações que promovem o recrutamento e colocação do trabalhador. É bom lembrar, que tal estrutura está voltada para uma determinada especialização, ou seja, empresa que somente contrata mão-de-obra temporária, outras que atuam ainda em diversos níveis das hierarquias do segmento empresarial etc.

Já a estrutura pública de intermediação no contexto do Estado é formado tanto pelo sistema público de emprego, quanto pela secretarias de trabalho.

Por sua vez, a estrutura pública de intermediação não estatal, é obra das Centrais Sindicais que a partir de 1992 criaram e implantaram postos voltados ao atendimento do trabalho. Assim, conforme o DIEESE (2001, p. 271):

Esses postos são de uma iniciativa de caráter público não estatal que ao utilizarem recursos do FAT dividem com as agências públicas a tarefa de promover a intermediação e qualificação profissional o pagamento do seguro desemprego, a realização de programas de geração de emprego e renda e do sistema de informações sobre o mercado de trabalho.

2.2 Políticas Vigentes no âmbito da geração de emprego

Conforme afirmou Freire (2007) o caráter cada vez mais conservador e acomodatório das políticas públicas sociais e as explicações comuns de como o país reproduz a injustiça não apresentam melhoras na qualidade do trabalho ou na oferta de emprego; ao contrário, apenas reafirmam o chavão politicamente incorreto que é o sistema econômico brasileiro: negros, mulheres, jovens periféricos e gente sem instrução seguem mais à margem do mercado de trabalho, e ainda convivem com a degradação do núcleo de trabalhadores com melhor inserção produtiva, que tradicionalmente é composto por assalariados urbanos do sexo masculino, adultos e brancos.

O número de vagas no mercado formal ainda é uma grande preocupação para quem está à margem, pois as empresas não estão investindo em aumento de produção, e sim em aumento de produtividade, adquirindo equipamentos computadorizados, uma forma de se proteger diante da economia globalizada, agravando ainda mais o problema.

A qualificação profissional que antes era considerada como a grande vilã do desemprego, passou de 5,7 para 6,9 anos em média (FREIRE, 2007) esforço, que não contribuiu para a melhora da remuneração dessa força de trabalho mais qualificada.

As atuais políticas públicas concentraram-se no reparo superficial de danos causados pelo desemprego e esquecem do mais importante que é a criação de postos de trabalho e de relações de trabalho com qualidade.

Os grupos sociais mais atingidos pela falta de trabalho, entre eles os jovens, gente de escolaridade intermediária, mulheres e negros moradores das metrópoles, são os que mais sofrem com a informalização do trabalho e com a precariedade dessas políticas públicas.

Cabe destacar que grande parcela do segmento populacional tem participação expressiva no mercado de trabalho informal, que deve-se principalmente a falta de qualificação e outrossim, em virtude da exigência da experiência, certamente dificulta tal segmento populacional conseguir uma colocação no mercado de trabalho, isto faz com que tal grupo seja mais

vulneráveis e conseqüentemente seus rendimentos sejam menor. Sobretudo, em relação aos jovens oriundos das classes de menor poder aquisitivo.

Portanto, esta realidade demonstra que de fato não há uma política pública apropriada para geração de emprego no Brasil, nem todos os jovens que chegam a idade do trabalho formal conseguem colocação, daí a fundamental importância dos programas de apoio (Revista Econômica & Desenvolvimento, 2003, p. 37).

Cabe destacar que uma parcela expressiva das mulheres no Brasil, trabalham na informalidade. Este fato, decorre principalmente devido os empregadores darem preferência em contratar mão-de-obra masculina.

Portanto, fatores como licença maternidade, baixo nível de instrução e discriminação dificulta a inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Assim, de acordo com DIEESE (2001, p. 115):

De qualquer maneira, a utilização de mão-de-obra sem vínculo formal é característica marcante do mercado de trabalho no Brasil, em especial nas regiões metropolitanas, ainda que a mulheres estejam mais sujeitas a trabalhar em postos vulneráveis que os homens. O forte peso do emprego doméstico e em algumas regiões – o trabalho como autônomas norteados para o público configuram a vulnerabilidade dos postos de trabalho femininos.

Já em relação ao negro pode-se afirmar, que um número significativo dos mesmos trabalham na informalidade em virtude, sobretudo, do baixo nível de escolaridade e ainda em razão de discriminação racial e preconceito. Assim, entende-se que conforme o DIEESE (2001, p. 144):

A justiça social, a igualdade de oportunidades, a cidadania plena. Enfim, as condições que venham a garantir a todos uma igual distribuição das possibilidades de obter seu sustento e a plena realização de suas capacidades passam necessariamente, pela construção da igualdade racial no Brasil.

Atravessamos um período de privatizações, reformas, terceirização, ONGs preocupadas com a responsabilidade social e direitos humanos, e a contribuição que toda essa experiência nos traz é um censurável afastamento das políticas sociais das econômicas, uma vez que:

Só para abrigar as 3,2 milhões de pessoas que normalmente entram no mercado de trabalho, o Produto Interno Bruto (PIB) precisaria aumentar 4,7%. Além do número maior de pessoas disputando vagas, o mercado perde anualmente 460 mil vagas, que são fechadas por força de ganhos de produtividade e inovação tecnológica no campo e nas cidades. Para garantir a abertura dos 3,6 milhões de empregos necessários para deter o avanço da desocupação, a economia teria de crescer 5,4%. (REHDER e CHIARA, O Estado de São Paulo, 2007)

As políticas econômicas aplicadas no país, governo após governo, não conseguem alicerçar o mercado de trabalho que além do crescente aumento do número de pessoas que ingressam no mercado ao ano, ainda tem que suplantar as inovações tecnológicas, tudo isso numa economia que caminha a passos miúdos. Conforme Rehder e Chiara (2007), para mudar o quadro de desemprego é preciso alcançar um crescimento superior a 5% ao ano, de forma sustentável e aumentar o investimento, que segundo a proposta do Programa de Aceleração do Crescimento é dobrar esse valor que hoje se encontra em meio por cento do PIB. Uma dificuldade, se considerarmos os anos de 1970, quando o país crescia de 6% a 7% ao ano e o investimento público bancava cerca de 4% a 5% do PIB. (REHDER e CHIARA, 2007).

Mas o problema não é recente, já em 1919, devido a grave crise de emprego que assolava o mundo, no início do século XX, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, em sua segunda convenção, estabeleceu que devido a crise, seus países membros deveriam criar meios de proteção aos seus desempregados, como seguro desemprego e que o governo desses países deveriam fazer um papel de intermediador no que diz respeito ao retorno dessa mão-de-obra ao mercado de trabalho.

Desde então houve uma maior organização do poder público no que diz respeito a programas e políticas públicas voltadas para o atendimento exclusivo ao desempregado e a partir daí pôde-se ter um controle maior dos números que os envolvem, como qualificação profissional, inclusão e exclusão no mercado de trabalho.

O Brasil, também veio fazer parte desse contingente. A constituição brasileira de 1934, garantia a proteção ao desempregado sem justa causa. Por volta dos anos de 1940, o governo brasileiro, juntamente com alguns

empresários dos setores de indústria e comércio criaram instituições (SENAI, SENAC) para oferecer educação profissional à classe trabalhadora.

A constituição de 1946 colocou a assistência aos desempregados junto com a “Ordem Econômica e Social” (Título V). Mas só com a Lei nº. 4.923/1965 é que se normatizou o auxílio desemprego, mas atendendo apenas os demitidos por motivo de fechamento parcial ou total de uma empresa, (DIEESE, 2001).

Mais adiante, em virtude da crise do petróleo em 1980, veio a ser estendido aos desempregados formais, mas ainda de forma precária, pois não oferecia o trabalho de intermediação ou encaminhamento desse desempregado ao mercado de trabalho.

Com a Constituição Federal de 1988, o Programa de Integração Social (PIS), em conjunto com o PASEP(dos Servidores Públicos) serviram de alicerce para a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e de seu Conselho Deliberativo (CODEFAT), definindo assim um conjunto de políticas públicas e o Sistema Público de Emprego. O FAT foi criado em janeiro de 1991, e é hoje o eixo de financiamento e articulação, a partir do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), das políticas públicas de emprego e renda do Ministério do Trabalho e Emprego – Programa do Seguro-Desemprego, Abono Salarial de um salário mínimo ao trabalhador que ganhasse uma média de até dois salários mínimos no ano anterior., Qualificação Profissional e o próprio (PROGER), tendo como principais fontes de recursos as contribuições para o PIS/Pasep⁶ e suas receitas de aplicações financeiras (DIEESE, 2001).

O mecanismo de depósitos especiais prevê a remuneração, ao FAT, dos recursos alocados dessa forma nas instituições financeiras pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e, enquanto liberado ao tomador final pela instituição financeira até o prazo de amortização do recurso, pela Taxa de Juros de Longo-Prazo (TJLP)⁷, notadamente subsidiada. Dessa

⁶ A arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) compõem-se de: 0,65% do faturamento de pessoas jurídicas de direito privado; 1,00% sobre a folha de pagamento de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e 1,00% do valor das receitas das pessoas jurídicas de direito público interno.

⁷ A TJLP foi instituída e regulamentada, inclusive como remuneradora dos recursos alocados nas instituições financeiras sob a forma de depósitos especiais, a partir da liberação dos empréstimos realizados com os referidos recursos quando destinados a programas de

maneira, permitiu-se ao FAT disponibilizar um fundo de recursos para empréstimos a taxas subsidiadas sob condições específicas definidas pelo CODEFAT, utilizando os recursos de suas disponibilidades financeiras.

O Programa de Seguro Desemprego teve suas ações definidas pelas leis n.º 7.998/90 e 8.900/94, onde previa além da orientação, recolocação e qualificação dos trabalhadores em busca de um lugar no mercado de trabalho formal (BRASIL, 2004).

A Caixa Econômica Federal fazia os repasses financeiros e o SINE além dessa função também desempenhava a de intermediação e habilitação profissional.

A integração da economia brasileira à economia mundial repercutiu de forma significativa no funcionamento do mercado de trabalho, exigindo modificações relevantes que regulavam as relações de trabalho.

Assim, foram criados outros mecanismos usando os mesmos recursos: o Plano Nacional de Formação Profissional - (PLANFOR, Resolução/CODEFAT n.º 126/1996) e o PROGER- Urbano (Resolução/ CODEFAT n.º 54/1994). Todos esses programas foram criados para a geração de emprego e renda e são geridos pelo Ministério de Trabalho (BRASIL, 2004).

Neste contexto, é importante destacar que a grande inovação do PLANFOR foi ter incorporado o conceito de educação profissional, buscando e priorizando o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e ainda de gestão.

Habilidades básicas estão relacionadas tanto às competências quanto aos conhecimentos gerais tais como: entendimento dos textos, conservação ambiental, importância da segurança no trabalho entre outros.

Por sua vez, as habilidades específicas estão associadas às competências e aos conhecimentos das funções desempenhadas pelo trabalhador, ou seja, técnicas, métodos, equipamentos etc.

Já habilidade de gestão diz respeito não apenas às competências como, outrossim, aos conhecimentos relativos a atividades de gestão. Entre essas

destaca-se a que prevê a melhoria tanto da qualidade quanto da produtividade de micro e pequeno estabelecimento e ainda do trabalhador autônomo.

Cabe destacar que a implementação do PLANFOR em todo o País, tem ocorrido de modo descentralizado, por meio dos planos estaduais de qualificação, sob a coordenação das secretarias estaduais de trabalho, e ainda através das parcerias nacionais e regionais realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego com Organizações não-governamentais. ONGS, Sindicatos de Trabalhadores, Universidades etc. Isto explica porque o PLANFOR está contribuindo para promover a ampliação da empregabilidade da produtividade e da renda.

A partir de 1996, o programa referido tem dado ênfase em suas ações aos segmentos populacionais mais vulneráveis do País, isto é, a indivíduos que possuem menos oportunidades de qualificação devido a condição sócio-econômica, baixo nível educacional. Em 2001, esse programa já estava presente em 78%, dos municípios brasileiros como retrata a tabela 1.

Tabela 1. Municípios atendidos pelo PLANFOR – 1996-2001.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
a, Existentes	5.502	5.507	5.507	5.507	5.547	5.547
b, Atendidos	2.614	3.843	4.729	3.990	4.824	4.300
b, a	48%	70%	78%	72	87%	78%

Fonte: MTE, 2002.

Com a preocupação de integrar o benefício do Seguro-Desemprego e a qualificação de mão-de-obra, foi criada através da (Resolução/CODEFAT, n.º. 333/2003) o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, com carga horária média de 200 h, e totalmente interligado com os outros programas do sistema público de emprego.

Tabela 2. Jovens, mulheres e trabalhadores com mais de 40 anos colocados pelo SINE.

PÚBLICO	2000 a 2002	2003 a 2005	%
Jovens de 16 a 24 anos, até o ensino médio.	445.653	587.658	32 %
Mulheres, até o ensino médio.	199.412	227.355	14%
Trabalhadores com mais de 40 anos, até o ensino fundamental.	150.741	180.945	20%
Total	795.806	995.958	25%

Políticas públicas de emprego – As 500 Resoluções do CODEFAT, V I – 2006.

Conforme se observa na tabela acima, os jovens de até 24 anos e ensino médio foram os maiores beneficiados pelas políticas públicas de emprego. Dado importante, uma vez que os jovens encontram grandes dificuldades para ingressar no mercado de trabalho.

Após conhecimento das potencialidades do uso dos recursos do FAT para os programas de geração de emprego e renda, esses programas foram ampliados para outros setores como os de infra-estrutura e de exportação.

2.3 Os Programas

Micros e Pequenos Empreendimentos

- PROGER- Urbano Investimentos;
- PROGER- Urbano Capital de Giro;
- PROGER- Turismo.
- FAT – Empreendedor Popular;
- PROGER – Rural;
- PRONAF.

Infra-Estrutura

- PROEMPREGO – Programa de expansão do emprego e melhoria da qualidade de vida do trabalhador;

- PROTRABALHO – Programa de promoção do emprego e melhoria da qualidade de vida do trabalhador;
- FAT- Infra-Estrutura Econômica.

Construção Civil

- FAT – Habitação;
- FAT – Material de Construção;
- FAT – Revitalização;
- FAT – Vila Pan- Americana.

Exportação

- FAT- Exportar;
- PROGER- Exportação.

Inovação e Difusão Tecnológica

- FAT, PMC-FINEP;
- FAT- Pró- Inovação;
- FINEP;
- FAT- Inclusão Digital.

Política Industrial

- FAT- Fomentar;
- FAT- Infra-Estrutura Insumos Básicos e Bens de Capital sob Encomenda.

Outros Programas de Governo

- FAT- Eletrodomésticos;
- FAT- Giro Rural;

- FAT – Integrar Centro-Oeste;
- PCPP.

Dos programas direcionados ao setor das micro e pequenas empresas no período de 2000 a 2006, observa-se um aumento substancial tanto no montante dos valores liberados quanto no aumento do número de operações.

Dentro desse setor destaca-se o PROGER Urbano que em 2005 teve seus valores contratados aumentados em mais de cinco vezes, chegando a uma soma de 2,3 milhões de contratos; e o PROGER Urbano Capital de Giro que corresponde à maior parte das negociações do programa, sendo contratados em 2005 cerca de 2,23 milhões (Gonçalves et al,2006).

Ao contrário dos programas citados acima, o FAT-Empreendedor Popular decresceu em 2005, passando de 108 mil operações de crédito em 2004 para apenas seis mil no ano seguinte, tendo assim um decréscimo dos recursos liberados de menos noventa e quatro vírgula quarenta e nove por cento (-94,49%), representando R\$ 130 milhões para R\$ 31 milhões no ano seguinte numa variação negativa de setenta e seis vírgula quinze por cento (-76,15%). Apresentando porém, uma particularidade: o valor médio de suas operações passou de R\$ 1.200,00 para R\$ 5.106,45, apresentando assim um aumento de mais de 325% (trezentos e vinte e cinco por cento) (Gonçalves et al,2006).

No início o PROGER destinava-se apenas aos indivíduos que viviam nos centros urbanos, estendendo-se mais tarde à população rural, assistindo aos micros e pequenos produtores rurais. Deste modo, fortalecimento a agricultura familiar.

O projeto Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO, criado em 1996, apresentou queda no número de operações em 2002, 21 em relação às 223 feitas em 2001, recuperando-se em 2005 quando foram realizados 409 contratações (Gonçalves, et al, 2006).

As atuais políticas públicas de geração de emprego e renda constituem importante mecanismo de inclusão dos trabalhadores marginalizados pela atual fase capitalista.

Os recursos envolvidos e o número de operações de crédito constituem instrumentos expressivos nesta caminhada para a inclusão social. Por certo não devemos esquecer que reformulações, correções e adaptações se fazem necessárias, pois estamos longe de alcançar um mercado de trabalho com justiça social. Esperamos assim que com o amadurecimento dessas políticas possamos encontrar um caminho que reduza as dificuldades e amplie os benefícios a todos os trabalhadores do nosso país.

Na área de qualificação profissional, existe o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR, é um programa que procura articular a capacidade do país em relação à educação profissional em todos os âmbitos (nível federal, estadual, municipal) através dos Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Sesi e Sesc, e no das escolas profissionais. O objetivo, enfim, do programa é articular toda essa grande capacidade, que o país possui, de oferecer qualificação profissional sistemática para todas as áreas e para todas as faixas de idade.

O PLANFOR funciona com dois mecanismos básicos. Existe um lado descentralizado do PLANFOR, os Programas Estaduais de Qualificação - PEQs, que estão ligados às Secretarias Estaduais de Trabalho. Todas essas Secretarias, nos 27 Estados Brasileiros, estão conveniadas com a Secretaria de Formação Profissional, do Ministério do Trabalho, para selecionar projetos de capacitação profissional nos municípios dos Estados, apresentados por entidades, Organizações Não Governamentais, etc. Mais de 80% dos recursos do PLANFOR, algo na faixa de R\$ 300 milhões por ano, vão para essa finalidade.

Há algumas parcerias nacionais estabelecidas diretamente com o Ministério do Trabalho; o SESC é uma delas. É importante notar que tanto o PLANFOR como os outros programas dependem fundamentalmente das demandas da sociedade.

2.4 Financiamentos

2.4.1 Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)

Instituído pelo Ministério do Trabalho e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), por meio da Resolução – CODEFAT n. 59, de 25 de março de 1994. Pode-se afirmar que:

O programa vem-se consolidando como um dos principais instrumentos de que dispõe o governo para incrementar a política pública de geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Sua operacionalização ocorre mediante concessão de créditos em condições especiais, destinados ao financiamento de atividades produtivas nos setores formal e informal da economia, nas áreas urbanas e rurais. Essas ações voltadas para a geração do emprego e renda, integram e complementam as demais iniciativas do sistema público de emprego, tais como a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra (BRASIL, 2002, p. 158).

Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e este, por sua vez, se vale, em sua maioria, das contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Foi no ano de 1994, através da Resolução número 59 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que se instituiu o Programa de Geração de Emprego e Renda, com objetivo de gerar emprego e renda através de linhas de crédito especiais associadas à assistência técnica e gerencial.

Portanto, tal programa é direcionado para micro e pequenos empreendedores, formais e informais, assim como para cooperativas e associações de trabalhadores, negócios familiares, enfim, englobando setores que tradicionalmente não têm acesso ou têm dificuldades em obter crédito do sistema financeiro formal, os quais estão começando ou querendo se expandir. São financiamentos mais facilitados em termos de pagamento de juros, de amortização e assim por diante. Está disponível em todo o Brasil através dos

seguintes agentes financeiros: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O critério é justamente incentivar as iniciativas, as cooperativas, as associações de produção etc. Os juros estão na faixa de 4%, 5% ao ano, e a amortização vai ser feita depois de seis meses ou até um ano. Cada ano são destinados quase R\$ 2 bilhões a esses financiamentos em todo o país.

2.4.2 PROGER Micro e Pequena Empresa

O PROGER Micro e Pequenas Empresas oferece financiamentos para Capital de Giro – crédito em conta corrente da empresa e para Investimento Fixo-com pagamento direto ao fornecedor, com prazo máximo para pagamento de 36 meses num contrato de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), podendo o prazo chegar a 38 meses se acima desse valor.

Às Micro e Pequenas Empresas interessadas deverão ser legalmente estabelecidas, com faturamento bruto anual de até R\$ 1.200.000,00 e com mais de um ano de atividade, podendo se apresentar em algum dos agentes financeiros munidos dos seguintes documentos:

- Cadastro da pessoa jurídica e pessoa física do tomador e avalistas;
- Certificado de regularidade com o FGTS;
- Comprovante de recolhimento do PIS/PASEP, dos últimos 12 meses;
- Nota fiscal dos bens e serviços financiados, contendo marca, modelo, número de fabricação, série e constando a alienação fiduciária à CAIXA;
- Admite-se recibo de pagamento a autônomo (R.P.A.).

Para a obtenção do financiamento, a empresa interessada não poderá possuir restrição cadastral, nem outro financiamento com recursos do PROGER, em qualquer das instituições financeiras. Não sendo permitido ainda projetos que contemplem apenas aquisição de veículos, ou capital de giro, não podendo ainda haver mais de um financiamento para o mesmo bem. O responsável pela empresa deverá ainda, participar de treinamento oferecido pelo SEBRAE, para aperfeiçoamento gerencial.

O financiamento poderá ser aplicado nos seguintes itens: Bens e serviços inerentes à atividade do proponente, previstos no projeto apresentado; Capital de giro associado destinado a suprir as necessidades de execução das atividades previstas no projeto; Máquinas e equipamentos usados, exceto os de informática; e alguns veículos.

2.5 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO, conforme site do Ministério da Integração Nacional, foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento da Região Centro-Oeste do Brasil (Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) , no âmbito econômico e social, oferecendo financiamentos direcionados às atividades produtivas dos setores industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços.

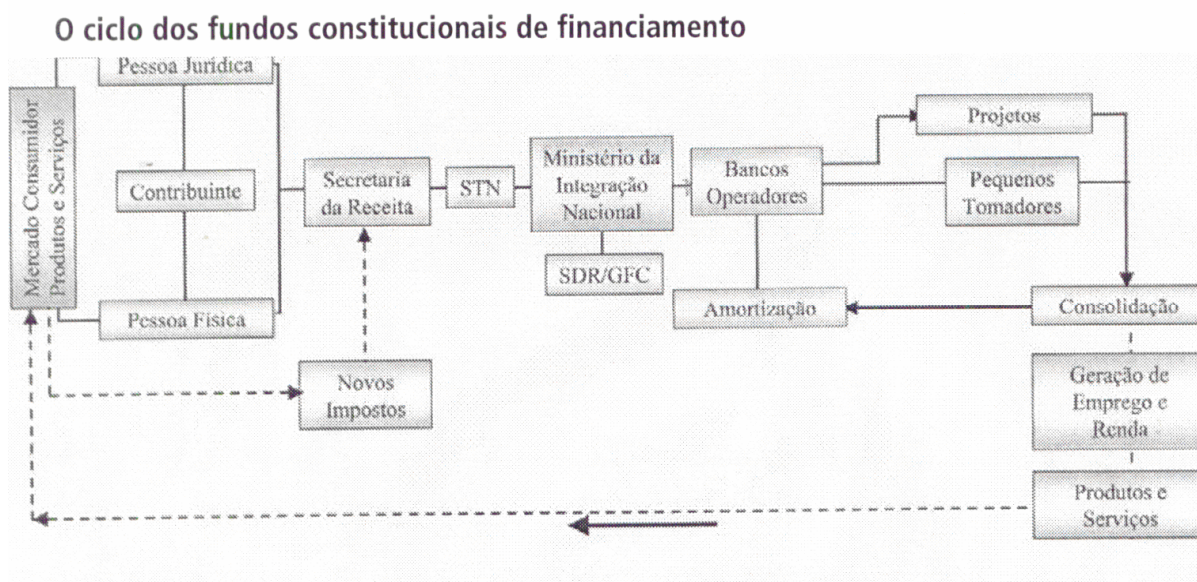
A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o Artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, de 1988, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). As taxas de financiamento com recursos do FCO são diferenciadas, podendo variar de 8,75% a 14,75% a.a. com rebate de 15% para pagamento pontual (sistemafieg, 2007).

O FCO, é administrado pelo Ministério da Integração Nacional, e pelo CONDEL/FCO - Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, e seu agente financeiro é o Banco do Brasil. Ele representa apenas um dos financiamentos direcionados a Regiões específicas do país. Além do FCO, ainda temos o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), sendo os agentes financeiros destes o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste (BNB). Podem beneficiar-se deles as pessoas físicas, jurídicas, as firmas Individuais e as associações e cooperativas de produção.

O autor citado estabelece os caminhos, desde a arrecadação dos recursos até a aplicação dos mesmos. A origem se dá através das transações entre pessoas físicas e jurídicas, que geram a arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). Desses impostos, cerca de 3% da arrecadação representam as transferências do Tesouro Nacional para os três fundos constitucionais de financiamento. Desse total, o FNE fica com a parcela de 1,8% e os outros dois fundos (FCO e FNO) ficam cada um com uma parcela de 0,6%.

O ciclo dos três fundos constitucionais de financiamento são os mesmos, conforme pode-se observar na figura abaixo, elaborada por Almeida, 2006:

Figura 1. O ciclo dos fundos constitucionais de financiamento.

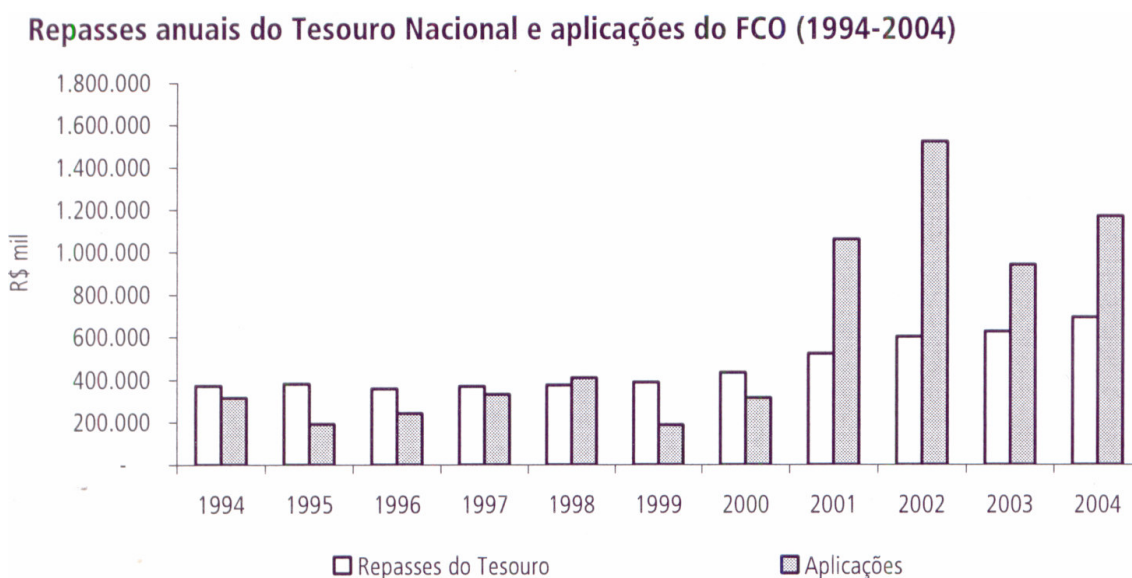


Fonte: Almeida, 2006.

O repasse advém do Tesouro Nacional, por meio do Ministério da Integração, aos bancos, agentes financeiros, que efetuam operações de empréstimos com vistas à geração de emprego e renda.

Esse ciclo, contribui para o crescimento da arrecadação de IR e IPI e, retorna a esses fundos em forma de nova receita que será somada ao retorno das operações de empréstimos, e aos juros do Sistema Especializado de Liquidação e de Custódia (SELIC) dos valores não emprestados.

Figura 2. Repasses anuais do Tesouro Nacional e aplicações do FCO (1994-2004).



Fonte: Almeida, 2006.

Conforme a figura 2 pode-se observar que houve um maior movimento nas aplicações dos recursos destinados à Região Centro-Oeste a partir do ano 2001 e, de acordo com a figura 3, o FCO tem a maior parte de seus recursos direcionados ao setor rural, ficando o industrial, onde se incluem as confecções, objeto de estudo desta pesquisa, em segundo lugar, não se distanciando da média dos outros dois fundos constitucionais.

Figura 3. Contratações - por Atividade - Janeiro a Dezembro/2006.

R\$ Mil

Atividade	Fundo							
	FCO		FNE		FNO		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Rural	953.164	66,0	2.321.705	50,6	549.384	55,7	3.824.253	54,6
Industrial	240.565	16,7	1.067.607	23,2	210.892	21,4	1.519.064	21,6
Turismo	6.268	0,4	87.888	1,9	5.131	0,5	99.287	1,4
Infra-Estrutura	46.940	3,2	425.000	9,3	108.067	11,0	580.007	8,3
Comércio e Serv.	197.413	13,7	685.982	15,0	112.783	11,4	996.178	14,1
TOTAL	1.444.350	100,0	4.588.181	100,0	986.257	100,0	7.018.789	100,0

Fonte: Ministério da Integração Nacional.

Informação que pode ser confirmada nos dados da SEPLAM – GOIAS, onde se observa nas cartas aprovadas do FCO, um maior número de recursos aprovados para a atividade rural, não se excluindo porém as confecções, como na carta consulta da 159ª reunião ordinária do CDE/FCO - 30/11/2006, onde de um total de R\$ 209.553.510,88 de recursos liberados, apenas R\$ 175.500,00 foram destinados à Indústria de Confecções (Palmeiras de Goiás), gerando apenas 15 empregos diretos num total de 2.375 (SEPLAN-GO,2007).

No âmbito estadual, O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, o Banco do Povo e Farol, contribuíram e continuam contribuindo com o desenvolvimento da indústria de confecção não apenas no Município de Goiânia como também nos demais.

2.6 Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir)

O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – Produzir – e o Fundo de Atividades industriais foram implantados pelo governo do Estado de Goiás em 18 de janeiro de 2000, pela lei nº 13.591, “com o objetivo de corrigir as distorções promovidas pelo Fomentar, entre elas a falta de apoio a micro, pequenos e médios empreendimentos” (PASCHOAL, 2000: p. 4).

Pode-se dizer que o objetivo essencial do Produzir é apoiar novos investimentos produtivos para o Estado de Goiás. Esse programa é administrado tanto por um conselho deliberativo quanto pela comissão executiva, composta pelas Secretarias de Governo, Associações de empresários e Federações.

[...] O Produzir tem o valor do financiamento dos projetos avaliados com base no estudo de viabilidade econômico-financeira e os incentivos fiscais serão baseados na arrecadação de impostos gerados pela empresa beneficiada e a disponibilidade financeira do Tesouro. (www.produzir.go.gov.br).

A diferenciação entre o programa Fomentar e o Produzir é que o último constitui-se num empréstimo financeiro, e não fiscal.

O Produzir proporciona incentivos aos pequenos e micro investidores por meio do Microproduzir, com concessão de até 90% do ICMS às Microempresas, sendo por um prazo máximo de 5 anos.

O Microproduzir tem como objetivo estimular o desenvolvimento da micro e pequena empresa. Assim o mesmo estabeleceu uma política de tributação, crédito, mercado, competitividade, modernização e gestão democrática. O Microproduzir assegurou uma linha de crédito de R\$ 30 mil para todas empresas.

O Produzir, com apenas um ano de atividade, já beneficiou 56 organizações de vários segmentos, entre esses, o de confecção.

O Programa Produzir, em virtude da globalização da economia, “está aberto para receber constantes aperfeiçoamentos através de sugestões das entidades que compõem o Fórum Empresarial e do Comitê Técnico criado para essa finalidade”. (www.produzir.go.gov.br).

Assim esse programa – Gestão Democrática – é uma realidade que contempla todos os segmentos industriais, em especial as micro e pequenas empresas, beneficiando os empresários do setor de confecção goianos.

2.7 Banco do Povo

O Banco do Povo⁸, criado e instituído pelo governo de Goiás em março de 1999, tem como objetivo assegurar aos pequenos empreendedores acesso ao crédito para seu próprio negócio.

Os recursos para financiar os empreendimentos aprovados pelo Banco do Povo são provenientes de parcerias entre o governo estadual, municípios e governo federal:

O Governo estadual disponibiliza verba variável entre R\$ 50 mil e R\$ 150 mil por município, conforme a demanda e a população e os repasses são feitos mediante convênio. O município participa com o custeio de pelo menos 5% do valor repassado pelo governo estadual. Já a parceria do governo federal será efetivada via gestão junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social e de outros órgãos. (Revista Economia & Desenvolvimento, 1999: p. 50).

O Banco do Povo não contempla os grandes empresários e sim os microempreendedores urbanos, pequenos prestadores de serviços, produção integrada por famílias de baixa renda, pessoas em situação de desemprego ou subempregadas, pessoas que recebem cesta básica e que possuem habilidades para elaborar produtos ou prestar serviços. Tal banco encontra-se presente em vários municípios goianos e está em fase de instalação em diversos outros municípios do Estado, como mostra a figura 2 a seguir:

⁸ “É um programa de geração de renda que oferece crédito a pessoas de baixa renda que possuem habilidades e experiências de trabalho e que queiram iniciar ou ampliar seu próprio negócio”. (Revista Economia & Desenvolvimento, 1999, p. 50).

Figura 4. Rede Estadual do Banco do Povo.



Fonte: Revista Economia & Desenvolvimento. Ano II, nº 08, jul./set. de 2001, p. 4-10.

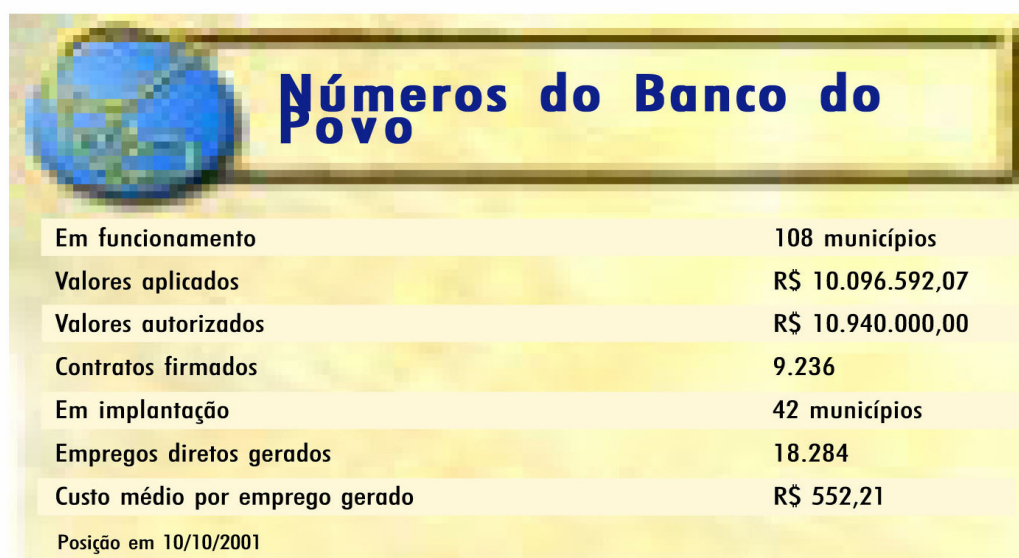
Pode-se dizer que o sucesso do Banco do Povo como idealizador de empreendimentos se deve ao fato da taxa de juros não ser elevada, apenas de 1,5% e o beneficiado tem até 8 meses para pagar o empréstimo.

O Banco do Povo está contribuindo com o desenvolvimento do setor de confecção em Goiás de forma significativa, como exemplo o caso da Cooperativa das Costureiras de Goiânia, que tem 51 costureiras profissionais. Esse banco contemplou todas as costureiras com empréstimos individuais.

Magiê Madgala, de Inhumas – GO, hoje está produzindo de 1500 a 2 mil peças por mês. Magiê oferece de 5 a 8 empregos e tem faturamento aproximado de R\$ 10 mil por mês. Em breve dará início à construção de um galpão para melhorar as instalações e aumentar a capacidade da indústria. Segundo ela, o Banco do Povo foi o suporte que lhe faltava. Atualmente não há lugar para o pessimismo. (Revista Economia & desenvolvimento, 2001, p. 9).

O Banco do Povo está contribuindo para a geração de emprego. Somente até 10/10/2001 gerou 18.284 empregos diretos, como mostra o quadro 1 a seguir:

Figura 5. Números do Banco do Povo



Números do Banco do Povo	
Em funcionamento	108 municípios
Valores aplicados	R\$ 10.096.592,07
Valores autorizados	R\$ 10.940.000,00
Contratos firmados	9.236
Em implantação	42 municípios
Empregos diretos gerados	18.284
Custo médio por emprego gerado	R\$ 552,21
Posição em 10/10/2001	

Fonte: Revista Economia & Desenvolvimento. Ano II, nº 08, jul./set. de 2001, p. 6.

O Banco do Povo Estadual liberou para as confecções de Goiânia, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2008, aproximadamente um milhão, cento e cinquenta mil através de financiamentos.(Banco do Povo,2008)

2.8 Farol da Micro e Pequena Empresa

O Farol da Micro e Pequena Empresa foi instituído em março de 2001 e é outro programa do Governo estadual que está contribuindo com o desenvolvimento da indústria de confecção goiana. Esse programa foi elaborado pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. Sua operação é realizada em conjunto com a Agência do Fomento, Banco do Povo, SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE-GO, Secretaria da Indústria e Comércio, Caixa Econômica Federal e Associações Comerciais de Goiás.

A figura 6, a seguir, apresenta as linhas de crédito e benefícios do Farol aos contemplados por esse programa.

Figura 6. Linhas de crédito e benefícios do Farol.

Linhas de crédito e benefícios do Farol					
FONTES		CONDIÇÕES			
Banco do Povo/Seplan	Financiamento	Mínimo: R\$ 300,00	Máximo: R\$ 1.500,00		
	Prazo para pagamento até	6 meses incluindo 2 meses de carência	6 meses sem carência para capital de giro		
	Juros	1,5% ao mês			
	Avalista	Um avalista o outro desde que não tenha problema com o SPC ou Serasa			
	Documentação	Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF			
Banco do Povo Especial/ Agência de Fomento	Limite	Mínimo: R\$ 2.000,00	Máximo: R\$ 4.000,00		
	Prazo	Até 15 meses e carência de até 60 dias			
	Encargos financeiros	1,5% ao mês - IOF conforme legislação federal			
Fomento empresarial/ Agência de Fomento	Limite	Mínimo: R\$ 5.000,00	Máximo: R\$ 10.000,00		
	Prazo	Até 2 anos e carência de 4 meses			
	Encargos financeiros	9% ao ano - IOF conforme legislação federal			
	Capital de giro	Limitado a 50% do valor do investimento			
Fundo de Aval	Garantias complementares à contratação de financiamentos às micro e pequenas empresas, produtores rurais e extrativistas de economia familiar, enquadrados no Pronaf, de forma individual ou em associações e cooperativas				
Fundo de Mineração/ SITC	Financiamentos dirigidos a pequenos e médios empresários que atuam na cadeia produtiva de base mineral no Estado				
Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO)/ Conselho de Desenvolvimento do Estado/ Seplan/Banco do Brasil	Enquadramento/ Porte	Empresarial		Rural	
		Micro	Pequeno	Mini	Pequeno
	Faturamento anual (em R\$ 1.000,00)	244	244 a 1.200	40	40 a 80
	Juros (%)	9	11	9	10,5
	Limite financiável FCO	90	90	100	100
	Recursos próprios (%)	10	10	-	-
	Prazo para pagamento até	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos
Carência até	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	
Teto financiável (em R\$ 1.000,00)	6.400	6.400	2.880	2.880	
Programa Brasil Empreendedor	Fortalecimento das micro e pequenas empresas através da capacitação, apoio ao crédito e assistência pós-crédito				
Incentivos Fiscais	Redução de ICMS - 16% para 12%	Carga tributária menor como forma de incentivar os micro e pequenos empreendedores			
	Micro Produzir (SIC)	Concessão de crédito de ICMS de forma diferenciada aos micro e pequenos empresários			

Fonte: Revista Economia & Desenvolvimento. Ano II, nº 6, Janeiro/Março, 2001, p. 20

Pela figura 6 constata-se que as linhas de crédito e benefícios do Farol são um importante instrumento para incrementar o desenvolvimento das

pequenas e micro empresas em Goiás. Este fato mostra que o Governo Estadual está buscando contribuir para incrementar a economia goiana.

O Farol, em todo o Estado tem cada vez mais atraído pequenos empresários e trabalhadores informais de todos os segmentos que vêem o mesmo como uma oportunidade para abrir o seu próprio negócio, ampliá-lo ou buscar recursos para qualificar seus funcionários.

Enfim, o Governo de Goiás, oferece vários incentivos que estão contribuindo com o desenvolvimento da indústria de confecção de Goiás e de outros segmentos da economia goiana. Assim, pode-se afirmar que:

Em toda história político-administrativa de Goiás os micro e pequenos empresários jamais tiveram tantos mecanismos de apoio como agora. São linhas de créditos com taxas de juros diferenciadas, incentivos fiscais, redução da carga tributária, treinamentos e capacitação gerencial e desburocratização em todos os procedimentos oficiais em órgãos do Estado e na prefeitura. (REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO, 2001, p. 19).

Constata-se que as políticas públicas de nível federal e estadual, têm beneficiado os empreendedores do setor de confecção de Goiânia, bem como seus trabalhadores. Esses empreendedores tiveram acesso maior aos financiamentos e por sua vez, os trabalhadores foram contemplados com cursos de qualificação, sem custo a seus salários, contribuindo para a inclusão no mercado de trabalho.

Após análise das mudanças trazidas pelo capitalismo contemporâneo para o mundo do trabalho e após fazer um passeio por algumas políticas públicas direcionadas a geração de emprego e renda utilizadas na Cidade de Goiânia, abordaremos no próximo capítulo o comportamento do setor de confecções e seus reflexos nas relações e condições de trabalho e a partir de uma pesquisa de campo analisaremos o alcance da informalidade dentro desse setor de produção.

3 AS CONFECÇÕES

3.1 Importância do setor de confecções

É importante ressaltar que neste capítulo, far-se-á uma caracterização da indústria de confecção do município de Goiânia (GO), enfatizando a interferência da globalização da economia, e como esta interferência pode ser favorável as grandes empresas. Ressalta-se que as políticas neoliberais adotadas no Brasil, são instrumentos que beneficiaram e estimularam o desenvolvimento do sistema. Esse capítulo identifica, ainda, a relevância da indústria de confecção no município, como fator de geração de emprego e renda e, este movimento auxilia na inclusão social de setores de trabalhadores marginalizados do processo qualificado de trabalho.

O setor de confecções possui grande importância sob o ponto de vista social, uma vez que é o setor responsável pela oferta de muitas vagas de emprego, e todo seu processo, até o produto final. Envolve várias etapas, sendo a montagem ou costura a que mais oferece vagas, conforme texto abaixo:

Seu processo produtivo é composto pelas etapas de criação, modelagem, enfiado, corte, montagem ou costura, acabamento e passadoria, sendo que a fase de costura corresponde à cerca de 80% da atividade. As inovações tecnológicas no setor concentram-se nas primeiras etapas, de desenho e corte, com utilização de sistemas CAD/CAM (*Computer Aided Design* e *Computer Aided Manufacturing*). A fase de montagem, com pequena possibilidade de automação, continua baseada na velha máquina de costura⁹, com intensa utilização de mão de obra (CASTRO e BRITO, 2006, p. 20).

Conforme o autor citado, existe um limitado avanço tecnológico, que se destaca, principalmente nas fases de desenho e corte com a utilização do CAD (*Computer Aided Design*) que auxilia na redução de desperdícios de tecido e

⁹ Como observa BASTOS (1993^a, p. 24): "... a etapa de montagem - que concentra a maior parte do trabalho empregado (80%) - ainda utiliza máquinas de costura que mantêm basicamente a mesma concepção dos primeiros modelos utilizados, a despeito de melhorias relacionadas à microeletrônica nelas introduzidas".

bem como na resposta rápida às flutuações do mercado. Ficando os avanços para as áreas organizacionais, que conforme Ferraz et al, (1995, p. 229), representa a grande carência desse setor produtivo, que comumente apresenta grandes estoques de matéria-prima, produtos em elaboração e acabados, que representam verdadeiros entraves ao crescimento da empresa uma vez que refletem a falta de uma gestão moderna sem a participação de trabalhadores, acarretando prejuízos no sentido de imobilização do capital e defasagem da moda.

As atividades das indústrias de confecções são bastante variadas, e se dividem em cerca de 21 segmentos, segundo a Associação Brasileira do Vestuário- ABRAVEST, distribuídos em artigos de cama, mesa, banho, os mais variados tipos de roupas e acessórios, tais como calças, camisas, vestidos, saias, roupa íntima, jeans, linha praia, linha bebê, roupas infantis, juvenis, modelos extra grandes, ou seja, ainda sofrem alteração quanto a sexo, idade e renda. Fortemente influenciado pela moda, suas coleções variam de acordo com as estações do ano, apresentando alterações de acordo com espessura do tecido, cor, caimento, aspecto e todo tipo de detalhes.

Conforme afirma Ítalo (1987), as etapas sofrem alterações devido às diferenças entre modelos, mas, de forma geral, depois de decidido o modelo, será realizado o corte do tecido podendo ser utilizados os sistemas CAD/CAM (*Computer Aided Design* e *Computer Aided Manufacturing*), que contribuirão para o aproveitamento máximo dos tecidos, evitando assim ao máximo os desperdícios. Após essa fase as peças são encaminhadas para os setores onde receberão os artefatos que as deixarão preparadas para as próximas etapas, que são a sub-montagem e montagem. Terminado esse processo, é procedido o acabamento da peça, que envolve colocação de peças acessórias, tais como rebites, botões, zippers, bem como retiradas pontas de linha, inspeção final e outros acabamentos de acordo com o desenho. Ainda no caso de tecidos pesados como o jeans, as peças ainda podem passar por uma outra etapa de lavagem para conferir-lhe coloração e maciez necessária. Antes do setor de embalagem, as peças ainda são submetidas ao processo de passagem com ferros de engomar.

Contudo, essa divisão ocorre em empresas com alto grau de organização e tecnologia, não sendo realidade na maioria das pequenas empresas, geralmente as de fundo de quintal, que se beneficiam do seu tamanho pequeno para melhor adaptar-se à flexibilidade do mercado devido a sua simplicidade estrutural, “atuando nos moldes da economia informal e em nichos regionais de mercado” (OLIVEIRA e MEDEIROS, 1996, p. 19) e, “que competem via custo de mão-de-obra ou terceirização, um mecanismo geralmente usado em busca de ganhos de produtividade, mas, que no Brasil, vem se confundindo com redução de custos através da informatização” (OLIVEIRA e RIBEIRO, 1996, p. 2).

A matéria-prima básica da confecção é o tecido, que é enriquecido pela adição de outros materiais, como linha, botões, zíper, e outros, mas a cadeia produtiva se inicia no algodão ainda em caroço (ver figura 7).

O algodão, matéria principal, na maior parte dos tecidos produzidos no Brasil, seja em maior ou menor volume: no caso do Jeans tipo índigo blue e indigo black – é utilizado o algodão puro, sem o acréscimo de outras fibras; na malharia – o algodão é bastante utilizado, principalmente nas linhas de camiseta T-shirt e artigos de moletom; já nas meias esportivas – geralmente sofre o acréscimo de fibras sintéticas; e o cotton – lycra – é um misto de algodão e elastano. (GORINI e BERINGUY, 1998).

Em seu estado natural, o algodão, sofre um processo de fiação, onde os fios servirão para fabricação de linhas de costura ou seguirão para as tecelagens ou malharias, onde se transformarão em tecidos/malhas.

A implantação de uma empresa de fiação economicamente viável só é possível a partir de grandes volumes de produção, pois os equipamentos exigidos são de grande porte e trabalham de forma integrada, em regime contínuo. Assim, o elevado volume de investimento é o que limita o ingresso de pequenas empresas no setor. Em decorrência disso, o número de empresas de fiação é relativamente reduzido, embora tecnologicamente seja o setor que mais avançou. Após esse processo vem a etapa de tecelagem e ou malharias.

A tecelagem é a parte do processo que abre as portas para às micro e pequenas empresas, uma vez que a produção depende do número de máquinas e, o uso de teares antigos é bastante comum (SERRA, 2001).

Com características muito comuns à tecelagem, a malharia também atrai pequenas empresas uma vez que nessa etapa da produção também são empregados os teares. No final de todo o processo, o tingimento e/ou estampagem e pronto, o tecido está no ponto para ser confeccionado, e se transformar nas mais variadas peças. (ELIAS, 1999).

Conforme Serra (2001), o setor de confecções apresenta características variadas, pois depende da estação/moda o que acarreta alta rotatividade de modelos e da produção, pois são produtos com ciclo de vida pequenos, exigindo da empresa uma grande flexibilidade de produção. O autor em questão, afirma que os fatores de competitividade giram em torno do preço (envolvendo custos menores geralmente relacionados à da mão-de-obra), da qualidade e durabilidade das peças bem como da inovação (abarcando estilo, design e marca), ele ressalta que para obter maior rentabilidade e não sofrer perdas diante das constantes mudanças de tendências e variação de preferência dos consumidores, as indústrias de confecção devem associar flexibilidade com estilo e marketing, sempre tentando descobrir antecipadamente tendências a fim de evitar perdas no momento de transição entre estações.

O setor de confecções tem uma grande importância no contexto econômico mundial histórico, sendo suas peculiaridades analisadas desde a Revolução Industrial:

A produção de vestuário é realizada: por manufaturas que reproduziram em suas oficinas a divisão do trabalho cujos elementos dispersos já encontravam prontos e acabados; por mestres artesãos, que não trabalham, como antigamente, para consumidores individuais, mas para manufaturas e estabelecimentos comerciais, sendo muitas vezes tão numerosos que cidades e zonas inteiras se dedicam a este ou àquele ramo do artesanato, como sapataria etc.; finalmente e com maior amplitude, pelos trabalhadores a domicílio, que constituem a seção externa das manufaturas, dos estabelecimentos comerciais e das pequenas oficinas dos mestres artesãos (MARX, 1982, p. 539).

A situação analisada por Marx (1982) refletia o grande desenvolvimento que a Revolução Industrial trouxe para os países europeus. No Brasil, a industrialização, foi um pouco mais tardia, como pondera Abreu (1986, p 104), que faz uma análise da década de 1920, avaliando que naquela época a

indústria de confecções “representava 14,9% dos estabelecimentos recenseados, empregava 10,7% do pessoal ocupado em atividades industriais”.

3.2 contexto Regional

A cidade de Goiânia, experimentou um grande crescimento populacional a partir de 1960, que continua até os dias de hoje, de acordo com o Plano Diretor, elaborado pela Prefeitura de Goiânia (2006). Dentre vários fatores para o constante crescimento populacional, um deles tem sido a constante propaganda veiculada pelo poder público estadual, em outros Estados brasileiros. Ela alardeia um crescimento econômico fenomenal, transformando-a em atrativo para pessoas de outras cidades virem para Goiânia esperando encontrar vida melhor. Buscam oportunidades, dentre elas o trabalho.

Mas, na realidade, Goiânia não está preparada para receber essa demanda de pessoas. Faltam moradias, trabalho e emprego, educação, elementos básicos para se ter uma vida digna. Essas pessoas, recém chegadas são empurradas para os limites da cidade.

A população procura formas alternativas para prover o sustento da família. Em sua maioria é constituída de analfabetos e semi-alfabetizados, eles se unem num grande exercito de trabalhadores informais, que passam a maior parte do tempo de sua vida de trabalhador, se esforçando, na tentativa de sair da informalidade.

O governo pressionado pela crescente demanda por emprego e por trabalho, criou vários programas. Preocupado com a absorção dessa força de trabalho, o governo nas três esferas (municipal, estadual e federal), implanta algumas políticas públicas, com a oferta de financiamentos como é o caso do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), política estatal do

Governo Federal, que busca incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas, como já salientado.

Nesta pesquisa busca-se levantar dados do setor de confecção localizados na cidade de Goiânia, que conforme Castro (2006, p. 137) "possui forte concentração" desse tipo de indústria.

[...] a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e conveniências sociais; ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefone, etc. [...] Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem: é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1997, p. 29).

A Cidade é o resultado da ação da sociedade que nela se reproduz e é a materialidade das interações entre os homens que a compõem. Ela também é capaz de ocultar, em si, outras tantas relações, à primeira vista, mas que apesar de cristalizadas espacialmente são dinâmicas em si mesmas e não podem ser compreendidas sem que se considere seu processo histórico e sua espacialidade inerente. "Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas" (SANTOS, 1977, p. 113).

Nesta perspectiva de cidade, o espaço é, no dizer de Milton Santos (1994), a materialização da sociedade e de sua diversidade de agentes. É também nesse espaço que se dão os conflitos sociais, os quais estão refletidos também no espaço urbano. Uma das formas mais visíveis desta disputa está estampada exclusão social.

Na cidade de Goiânia, o desemprego, subemprego, representam essa exclusão, portanto, constitui fator importante buscar Mecanismos de Geração de Emprego e Renda. Estes, por sua vez, são determinantes para o desenvolvimento econômico dos municípios, haja vista, primeiro, a sua importância como instrumento que possibilita o desenvolvimento social da população, fator este preponderante para o crescimento das cidades como um todo, como já observa Estevam (1998, p. 463):

[...] na ausência de políticas adequadas, jovens desempregados estão sendo empurrados para a marginalidade. A perspectiva de vida para milhares de pessoas que procuram ingressar no mercado de trabalho está sendo cada vez mais frustrada. O índice de desemprego é alto e tem se agravando a olhos vistos em função da explosão urbana no Estado que sofreu uma transformação econômica, repercutindo profundamente na sua organização social.

O atual modelo econômico nacional contribui para o agravamento do desemprego, da pobreza e conseqüentemente da fome: “Para piorar, após 1989 houve crescente redução da atuação do Estado em políticas de desenvolvimento regional [...]” (POCHMANN, 2004, p. 70). No município de Goiânia, a situação não é diferente. Existe a necessidade de reverter a situação, oferecer mais vagas de trabalho para a pessoas, e dessa forma, promover a inclusão social dos trabalhadores, a fim de resgatar o valor humano do trabalho como disse Antunes (2003, p. 168):

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos crescimentos e necessidades sociais.

Nesse modelo econômico, a globalização e a tecnologia de ponta, conforme Katz (2000), têm interferido seriamente na produção de vagas no mercado de trabalho:

Um ponto de partida indiscutível é que, pelo menos no Brasil, pobreza está associada a desemprego. Nos últimos anos, o índice de desemprego tem estado muito alto porque tem havido a ação da recessão combinada com a do desemprego tecnológico. Sabe-se que em um país de economia aberta, como o nosso, a globalização tem acelerado e ampliado a ação destes dois elementos. Ou seja, não é possível discutir nossa pobreza e o mundo do trabalho sem alusões à globalização. Katz (2000, p. 9).

Visão compartilhada também com Servecenko (2001), que afirma que a realidade resultante das intensas e rápidas transformações provocadas pela economia globalizada¹⁰, expressão político-econômica de um determinado

¹⁰ Economia globalizada: segundo Servecenko (2001), -a magnitude crescente dos fluxos de capitais e a crescente efetividade das políticas econômicas nacionais – conduzidos através do

padrão de desenvolvimento e acumulação capitalista, tem ocasionado profundas modificações na vida social e espiritual da população que as integra. Este processo vem afetando a economia e conseqüentemente o mundo do trabalho formal e informal e as relações do Estado com a sociedade. Então o Estado, sobrecarregado de dívidas, se vê incapaz de atender às demandas sociais.

Ainda na visão de Servecenko (2001), a economia globalizada retraiu as ações do Estado, beneficiou as grandes empresas particulares com o livre fluxo de capital e disseminou o desemprego, a miséria, a instabilidade financeira, e conseqüentemente a criminalidade, a violência, ou seja, o aumento crítico da desigualdade social.

Desta forma, essas constantes modificações econômicas, que afetaram todo o mundo, também repercutiu no município de Goiânia.

A cidade de Goiânia, hoje metrópole¹¹, reúne em seu território, segundo a população estimada do IBGE (2007) mais de 1.244.645 mil habitantes e como esse processo de crescimento de sua população não para, é importante os estudos a cerca dos impactos desses números e seu reflexo no mercado de trabalho, como afirma Moysés “faz-se portanto importante estudar o impacto trazido por essa movimentação no espaço social da cidade, principalmente no tocante às desigualdades sociais” (2005, p. 19).

Diante disso as influências e relações mútuas entre eles, têm implicações diversas sobre as atividades e o desenvolvimento de Goiânia, cujas ações no âmbito de um sistema de planejamento conjunto resultem no equilíbrio entre a oferta e a geração de possibilidades ao crescimento social da população e o crescimento econômico da cidade.

Um dos problemas, na realidade apresentada, é descobrir formas de se aumentar a geração de renda de forma rápida e eficiente e que dêem conta de envolver as famílias, incentivando a escolarização, profissionalização, formação de associações produtivas e o encaminhamento ao mercado de trabalho formal, a atividades que visem promover o desenvolvimento

espaço cibernético, por uma rede que reage e interage em um contexto virtual, em que o dinheiro se torna obsoleto.

¹¹ Cidade principal, ou capital de província ou de estado. 2. Cidade Grande. 3. Nação em relação às suas colônias.(Ferreira, 2001, p. 460)

econômico e a inclusão social dos trabalhadores que atuam na informalidade ou se encontram desempregados, e lhes oferecer a possibilidade de trabalho digno.

As políticas neoliberais¹² reforçaram o processo de desenvolvimento do capitalismo, promovendo condições desfavoráveis ao trabalho, aumentando as desigualdades sociais e por conseqüência o desemprego, gerando a disseminação da pobreza.

[...] decorridas duas décadas desde o início da difusão do ideário neoliberal nos países capitalistas avançados, pode-se chegar a algumas observações evidentes. As medidas econômicas implementadas desde a década de 1970 buscaram contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sobre as rendas mais altas, desregular o mercado de trabalho, o comércio externo e o mercado financeiro, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, restringir a ação sindical, entre outras (POCHMANN, 1999, p. 15).

Essas políticas também atingiram o campo, na visão de Estevam (1998). A agricultura goiana passou por uma modernização profunda, e com a chegada das máquinas agrícolas a sua população foi empurrada para as cidades à procura de emprego, num processo de caráter excludente e seletivo, causando um crescimento desordenado que dificulta o atendimento dos serviços básicos imprescindíveis.

Se a expulsão dos habitantes do campo provocou maior concentração de terras rurais, a ocupação das cidades, de forma desordenada, aumentou os problemas de ordem social e ambiental, já existentes. Por isso a recuperação da qualidade de vida nas cidades torna-se uma preocupação dos dias de hoje, a ocupação das ruas pelos trabalhadores informais, é um grande problema. É justamente neste contexto que Goiânia sofreu um aumento considerável em sua população, o que acarretou, inclusive, altos índices de desemprego e emprego informal.

¹² Sobre a definição de neoliberalismo ver, também, a definição de ANDERSON (1995), em seu texto: Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e BORÓN, A. (org.) Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

[...] num país onde a população ativa urbana deverá continuar crescendo num ritmo relativamente rápido ainda por longo período de tempo, é preocupante que tenha ocorrido redução do número absoluto de pessoas com emprego em estabelecimento com o mínimo de estrutura e organização (BALTAR, 1988, p. 143).

O desenvolvimento tecnológico experimentado nos últimos anos, não foi suficiente para amenizar as desigualdades sociais ou reverter a exclusão social que o sistema de automação capitalista do mundo moderno trouxe. Pelo contrário, disseminou o individualismo, acabando com as chances de mobilidade social, “nas últimas décadas, [...] o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário”.(ANTUNES, 2003, p. 187)

Nos anos 1970, as políticas de governo visavam um desenvolvimento econômico para gerar mais empregos com melhores salários enquanto que hoje a modernização significa racionalização, menor número de vagas de emprego e por consequência exclusão social. Pode-se observar um crescimento tecnológico, mas que não resolveu o problema, pois a tecnologia veio para substituir o homem pela máquina.

[...] taxas de desemprego elevadas passaram a ser comum em quase todos os países. E vieram para ficar. São estruturais, não decorrem de flutuações temporárias do ciclo econômico: provêm ao contrário de determinação constitutiva da ordem econômica contemporânea. Mais do que isso: desempregar tornou-se um ideal, buscado por todas as organizações públicas e privadas com um símbolo de sucesso, como prova definitiva da aplicação bem sucedida de estratégias racionais de ajustamento às condições de mercado [...] salários achatados, Estados empobrecidos significavam por sua vez mais gastos e menos recursos públicos e privados para financiar despesas com o bem estar social e desenvolvimento pessoal (MARTINS, 1996, p. 10).

Para o referido autor a modernidade acaba por desempregar as pessoas e empurra-las para a informalidade, vindo aí a única forma de sustento de suas famílias. Dessa forma a modernidade mostra as suas duas faces, o lado bom, impulsionando a competição e oferecendo ao mercado produtos variados e numerosos; e o outro lado, que gera a diminuição dos preços dos produtos aumentando assim o desemprego, “[...] a sistemática elevação das taxas de

desemprego como componentes de um conjunto de inseguranças do mundo do trabalho parece ter vindo para ficar” (MATTOSO, 1995, p. 26).

Não se pode negar que os governos têm tentado desenvolver políticas públicas para reverter essa situação através de políticas nacionais e internacionais.

Já nos anos 1980, observa-se uma abertura dos mercados, que geraram crises econômicas e conflitos sociais. No Brasil a abertura comercial trouxe forte recessão econômica e as seguidas políticas de subordinação ao mercado internacional só agravaram a situação. Neste contexto, se entende porque Pochmann (2001, p. 39-40) afirma que:

[...] a liberação econômica, financeira, produtiva e tecnológica frustrou as expectativas quanto à evolução ocupacional. Decorridos dez anos de predomínio de medidas voltadas para a liberação comercial observa-se um saldo negativo no conjunto das ocupações em que houve a ampliação da presença tanto do capital externo quanto de produtos e serviços importados.

Pode-se verificar que as tentativas feitas através de políticas públicas de geração de emprego e renda foram marcadas por contradições que permanecem até os dias atuais, afetando a vida do trabalhador da forma profunda:

Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar ter a classe-que-vive-do-trabalho presenciado a mais aguda crise deste século, que não só atingiu a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2003, p. 210).

As políticas públicas atuais não conseguiram resolver o problema do desemprego dentro da sociedade, e na tentativa de sobrevivência a própria sociedade se organiza. Cada movimento social originado pela divisão do trabalho estabelece um novo cenário, ou seja, a sociedade transforma-se no tempo e no espaço. Castells (1999) em seu livro “A sociedade em rede”, afirma que o espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida

humana. Seguindo as reflexões de Sennet (1999), Castells (1999) afirma que o tempo diminuiu para o trabalhador. Com a ascensão do capitalismo e suas inovações tecnológicas, reduziram-se os espaços do planeta e isso reflete no trabalhador de forma negativa, pois essas mudanças transformaram as relações econômicas, trabalhistas e sociais de forma profunda: “Os processos de transformação social, sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda” (CASTELLS, 1999, p. 504).

Lastres (1999, p. 8) corrobora com a idéia:

[...] refere-se à conjunção e à sinergia de uma série de “inovações” sociais, institucionais, tecnológicas, organizacionais, econômicas e políticas, a partir das quais a “informação e o conhecimento” passaram a desempenhar um novo e estratégico papel. Lastres.

As inovações tecnológicas trazidas pela globalização trouxeram consigo aspectos positivos e negativos. Como coloca Katz (2000), a participação de países periféricos não deve ser descartada sem análise dos benefícios, que podem ser desde a “incorporação de novas tecnologias a quebra de monopólios perniciosos e até o desmonte de alguma estrutura econômico e social indesejável” (KATZ, 2000, p. 10).

No Brasil, a condição de cidadania não é universal e está associada ao modo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de “cidadãos de segunda classe” perdendo inclusive o acesso a direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹³, como contrato de trabalho, aviso prévio, férias, indenizações e outros.

Os trabalhadores informais têm um lugar na cadeia produtiva, seja atuando na circulação de produtos de todo tipo realizada pelos vendedores ambulantes e de ponto fixo, prestação de serviços diversos para o público como vigia e lavador de carros. Estas inserções deixam de ser importantes na geração de renda uma vez que estes trabalhadores deixam de ter acesso aos

¹³ “O Fim do Trabalho” (tradução nona). Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

direitos sociais e trabalhistas básicos, como também, seu rendimento é muito baixo.

Verifica-se que o rótulo “informal” oculta desde vendedores ambulantes, camelôs bem como os donos de fabriquetas de fundo de quintal, que produzem grande parte das confecções comercializadas hoje em vários pontos da cidade de Goiânia, bem como na *Feira Hippy*¹⁴, que, na palavra de Castro (2006, p. 137), constitui importante centro de comércio, “[...] “Feira Hippy”, em Goiânia, importante centro de distribuição de produtos confeccionados na capital”.

Segundo Chaveiro (2001, p. 231-232):

A Feira Hippy que havia sido constituída para ser um espaço das trocas populares de bens artísticos da terra, à medida que foi assumindo, um caráter terciário, foi palco de um conflito muito grande. Por se localizar entre a Praça do Bandeirantes e a Praça Cívica, tornava-se um atrapalho ao fluxo de veículos aos domingos. Isso fez com que ela fosse transferida para a Praça dos Trabalhadores tornando-se um grande centro da economia informal na cidade, em especialmente do ramo texto.

Esses atores, informais que vivem como “ambulantes”, vendedores em ônibus, calçadas, bares ou até de porta em porta nas residências, os revendedores das confecções produzidas nos fundos de quintal, como nas facções¹⁵, de forma precária devido à escassez de recursos. Para estes, a incerteza e a insegurança são constantes e a sobrevivência é conquistada a cada dia.

¹⁴ “Estima-se que a Feira Hippy de Goiânia receba, aproximadamente, trinta mil visitantes e comercialize cerca de um milhão de reais por final de semana, atendendo aos mercados local, regional e nacional. É considerada a maior feira da América Latina”. Plano Diretor de Goiânia (2006, p. 161).

¹⁵ “O sistema de facção consiste numa particularidade do ramo de confecções e é utilizado por unidades produtivas de diferentes portes. Com o objetivo de reduzir os custos, principalmente nos períodos de “picos”, uma unidade contrata os serviços de outra unidade, sem nenhum vínculo empregatício e sem emissão de notas fiscais por parte da unidade contratada, que na maioria dos casos é clandestina, burlando assim a legislação trabalhista e fiscal” (NOGUEIRA, 2000, p. 19).

Dessa forma esta pesquisa vem avaliar os avanços e recuos que o ramo de confecções poderá produzir no que se refere à geração de emprego e renda à cidade de Goiânia e seus trabalhadores, ao mesmo tempo detectar que melhoramentos foram proporcionados por esses empreendimentos que surgiram de forma tímida e agora ganham força e projeção nacional e também internacional.

Em Goiânia a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEN) procura desenvolver ações visando regulamentar as atividades informais, valorizando o cidadão dentro de seu perfil sócio econômico e de suas diversas áreas de atuações, oferecendo oportunidades de capacitação, esclarecimentos educativos concientizando-as da importância do seu papel no desenvolvimento social e econômico do município.

Outro órgão que também dá sua contribuição neste processo é a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC) em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), que tem como missão promover o encontro entre trabalhadores e empregadores, facilitando as contratações de mão-de-obra. Para este desafio o SINE conta com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Governo do Estado, via Secretaria do Trabalho (SET). Este sistema tem como objetivo maior qualificar o trabalhador através de cursos e encaminhá-lo ao mercado de trabalho por meio do serviço de intermediação da mão-de-obra, contando também com o apoio do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Uma sociedade somente será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras de seu sistema de metabolismo social, forem efetivamente exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não por um corpo exterior e controlador dessas funções vitais (MÉSZÁROS, 1995, p. 494, apud ANTUNES, 2003, p. 181).

Será destacada a importância do setor industrial e dos demais segmentos para a geração de emprego para o desenvolvimento sócio-econômico de Goiás e de Goiânia-GO. Também será enfatizada a relevância das feiras livres para os trabalhadores da economia informal, uma vez que muitos trabalhadores desempregados não tendo colocação no trabalho formal, decidem trabalhar de forma informal, em especial como feirante nas mais variadas feiras de Goiânia de todo os segmentos. Este fato é facilmente constatado em todo o município de Goiânia. Portanto, as feiras livres, são um instrumento importante para os trabalhadores informais que não encontram oportunidade de trabalho no mercado formal, devido a falta de experiência, falta de qualificação, idade etc.

Tabela 3. Estoque e variação de empregos em Goiânia por setor de atividade econômica, nos anos de 1999 e 2000.

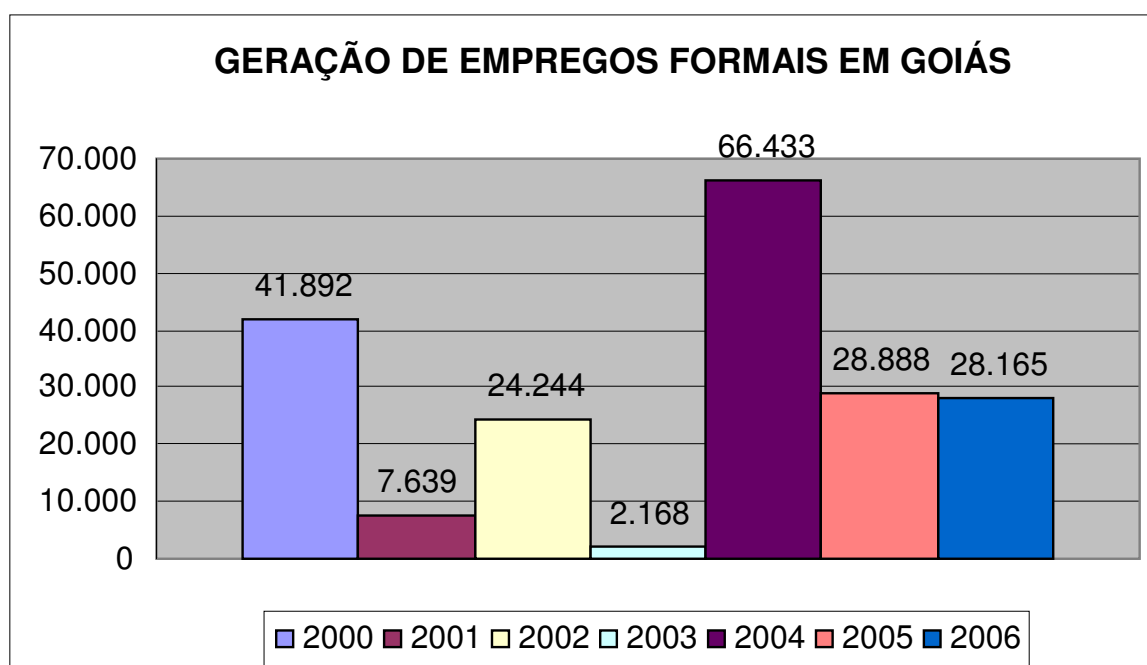
Setores	Estoque em 1999	Estoque em 2000	Variação
Extrativa Mineral	273	264	-3,30%
Indústria de Transformação	34.621	36.296	4,84%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6.543	6.290	-3,87%
Construção Civil	18.548	18.941	2,12%
Comércio	52.918	56.558	6,88%
Serviços	94.151	95.016	0,92%
Administração Pública	6.181	6.167	-0,23%
Agropecuária, Extração Vegetal	3.196	3.281	2,66%
Outros	86	115	33,72%
Total	216.517	222.928	2,96%

Fonte: MTE/SPES/CGIT/CAGED, Lei 4.923/65.

Elaboração: DIEESE – Goiás.

Nesse contexto, é importante salientar que em Goiânia verifica-se uma ocorrência de saldos positivos entre os anos de 1999 e 2000, no mercado de trabalho formal. Além disso, apresentou também a capital goiana trajetória de crescimento no seu estoque de vagas de trabalho no ano de 2000, significando uma elevação de 2,96% no ano, correspondente a uma demanda reprimida de 6.411 postos de trabalho em relação ao ano anterior. Todavia, isto é apenas um reflexo do que se verificava em todo o território goiano. O gráfico 1 abaixo, apresentando variação positiva nos anos de 2000, 2002 e 2004 e uma acentuada queda do número de oferta de postos formais nos anos de 2001, 2003, 2005 e 2006 em relação ao Estado de Goiás, onde se verifica que no ano de 2000, apenas cerca de 42 mil postos de empregos formais foram efetivamente materializados, ressaltando que esses dados se referem a todo o Estado de Goiás. No entanto, a queda verificada nesses anos está relacionada à conjuntura econômica nacional que refletiu na economia goiana e conseqüentemente na geração de emprego.

Gráfico 1. Geração de empregos formais em Goiás.



Fonte: MTE/CAGED

Os setores com maior capacidade de absorção de mão-de-obra em 2000, são os setores de serviços com 95.016 ocupações, o comércio com 56.558 vagas e a indústria de transformação com 36.296 postos de trabalho. Mas essa situação ainda não é a desejada, apesar de se destacar dentre as outras cidades do Estado de Goiás, Goiânia ainda apresenta sérios problemas estruturais.

Observando a cidade de Goiânia mais de perto, pode-se notar quanto a organização do trabalho em feiras, conforme estudo realizado pela SEDEM (2003/2004), que consta no município 24 feiras especiais regularizadas, com um número de 12.000 feirantes. O número de feiras livres regularizadas é 120 ao todo, com 10.000 feirantes.

As feiras livres e especiais irregulares são em número de 13 com um número de feirantes de cerca de 800 trabalhadores, em diversas atividades como: (nas feiras especiais): confecção, alimentação, artesanato, artes plásticas e calçados; e (nas feiras livres): verduras, frutas, alimentação, confecção e plantas ornamentais. Isto indica que as feiras são de grande importância na manutenção do sustento de famílias, mas também que a informalidade reflete ainda o problema da falta de ocupação da mão-de-obra excluída pelo sistema capitalista.

Esses trabalhadores, na cidade de Goiânia, como em todo o resto do mundo, são empurrados para a margem do trabalho organizado, e, na busca de subsistência para suas famílias, se unem em feiras não regulares para tirar dali o seu direito de cidadania .

Tabela 4. Demonstrativo de Feiras e Feirantes no Município de Goiânia (2003/2004).

<u>Feiras existentes</u>							
<u>Regularizadas</u>				<u>Irregulares</u>			
<u>Especiais</u>		<u>Livres</u>		<u>Especiais</u>		<u>Livres</u>	
<u>Quantidade</u>	<u>N.º Feirante</u>	<u>Quantidade</u>	<u>N.º Feirante</u>	<u>Quantidade</u>	<u>N.º Feirante</u>	<u>Quantidade</u>	<u>N.º Feirante</u>
24	12.000	120	10.000	6	940	13	800

Fonte: SEDEM / Levantamento/ 2003/2004

Tabela 5. Feiras Especiais e Livres.

Feiras Especiais:	Feiras Livres:
Confecção	Verduras
Alimentação	Frutas
Artesanato	Alimentação
Artes plásticas	Confecção
Calçados	Plantas ornamentais

Fonte: SEDEM / Levantamento/ 2003/2004

Na cidade de Goiânia a estrutura da prefeitura é dividida em secretarias, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEM) é a que desenvolve ações visando regulamentar as atividades informais, valorizando o trabalhador dentro de seu perfil sócio econômico e de suas diversas áreas de atuações, oferecendo oportunidades de capacitação, na tentativa de trazer essa parcela de trabalhadores excluídos para o trabalho formal. Essas ações buscam reduzir o quadro da informalidade da cidade, uma vez que já se foi constatada a importância das feiras no universo do trabalho Goiano, e principalmente no setor de confecções que vem experimentando um grande avanço.

A Feira Hippye representa um grande pólo de comércio de roupas, com compradores vindo de todas as partes do Brasil, e até do exterior, como Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O desenvolvimento de seu comércio é

tão grande que já ultrapassou os antigos limites de sua área. As ruas adjacentes ao local onde ela é realizada aos domingos, numa grande área ao lado da Rodoviária de Goiânia, vêm experimentando também grande movimento, tanto que os quintais das casas foram transformados em galpões ou áreas livres para se instalar em barracas de comércio, num negócio que movimentava alguns milhões de reais por final de semana. São trabalhadores de várias faixas etárias e que comercializam todos os tipos de roupas, desde roupas íntimas até roupas de tecidos mais pesados como calças jeans (O POPULAR, 2007, p. 12).

Mas esse movimento não é apenas nos dias de hoje, a Feira Hippye sempre atraiu muitos negócios:

[...] Madrugada embala negócios.

Os clientes chegam cada vez mais cedo, precedentes de outros Estados, obrigando os feirantes a fazer o mesmo. Os negócios da Feira Hippye começam às 2 horas aos domingos, em meio à arrumação de bancas. O POPULAR acompanhou a madrugada no centro de compras, que reúne quase 10 mil comerciantes. 1,5 milhão é o volume de vendas de madrugada na Feira Hippye, que movimentava todos os domingos, R\$ 5 milhões (O POPULAR, 2003, p. 1).

Porém, a Feira Hippye não é capaz de resolver o problema do desemprego na cidade. A cidade é a cena, é o lugar onde ocorrem as transformações na vida do ser humano, tudo num processo de contínua transformação. Projetada inicialmente para 50.000 mil habitantes, no final dos anos 1990 já formava um grande aglomerado com suas fronteiras sobrepondo-se às daquelas de Aparecida de Goiânia e Trindade. A cidade antes planejada, não estava preparada para abrigar tantos trabalhadores. Falta ocupação organizada para todos.

[...] A cidade está em cena. A cidade é a cena. Cobiçada, almejada, ultrajada, e rejeitada ao mesmo tempo, a cidade é, na verdade, um enorme objeto de desejo. A cidade dos encontros e dos desencontros. [...] Conhecer a cidade desvendá-la, penetrar em seus labirintos, perder-se no meio do burburinho de sua multidão anônima aguça a curiosidade de muitos profissionais. A cidade parece resistir à análise e insiste em ser o espaço da aglomeração do coletivo e, também do individual. Gente na cidade é povo. Povo na cidade às vezes sussurra, às vezes urra – define e defende posições, demarca territórios, delimita fronteiras. (SILVA, 1977, p. 85)

Dentro da perspectiva de reverter o problema da falta de ocupação para os trabalhadores no menor prazo possível, vê-se a necessidade de programar políticas econômicas visando o desenvolvimento social da população e também do município como um todo. Estas ações devem ser voltadas para redução do desemprego, estruturação de frentes de trabalho contra a informalidade, redução destas atividades intensificando a regulamentação e a fiscalização, assim como redistribuí-las de maneira mais proporcional por região e capacitando o trabalhador, facilitando assim sua inserção no mundo do trabalho formal.

Uma sociedade somente será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras de seu sistema de metabolismo social, forem efetivamente exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não por um corpo exterior e controlador dessas funções vitais (MÉSZÁROS, 1995 p. 494, apud ANTUNES, p 181)".

Conforme Nunes (2006), a indústria de vestuário em Goiânia, vem experimentando um crescimento intenso, sendo formada em grande parte por indústrias de pequeno e médio porte e grande parcela de micro empresas. Neste ramo de produção encontramos o emprego de mão-de-obra formal, concentrado nas confecções, e aquele informal, contratados sob o sistema de facção, trabalhando com pessoas da mesma família. Essas atividades se distribuem pelos bairros da cidade em áreas comerciais e também residenciais, havendo uma maior concentração das unidades fabris em Goiânia, onde estão nos setores Campinas, Marista, Central, Sul, Oeste, Bueno, trazendo uma maior movimentação nas redondezas das indústrias, o que acaba refletindo no trânsito, consumo de energia elétrica, uso de linhas telefônicas, etc.

Outra forma, que vem tomando força na cidade, é a idéia de ser o seu próprio patrão... Algumas pessoas já sem esperanças de encontrar lugar no mercado de trabalho, procuram se associar com outras (sócios, geralmente componentes da família do empreendedor) e montar o seu próprio negocio (O POPULAR, 2003, p. 1). De fato o empreendedorismo deve ser considerado não apenas em termos de sua necessidade, mas em termos de sua importância social, uma vez que ele, institucionalizado historicamente e que por certo tem

outras fontes e decorre de diferentes interpretações dadas a seus fundamentos sociológicos, daquele desenvolvido em outros lugares e tempos históricos (HOLANDA, 1995; OLIVEIRA, 1996; ESTEVES, 1995).

Goiânia foi fundada em 24 de outubro de 1933, para posteriormente substituir a Cidade de Goiás como capital do Estado (1937). Sua população estimada em 2005 era de 1.201.006 habitantes (IBGE, 2006), hoje a região metropolitana de Goiânia tem aproximadamente 2 milhões de habitantes, o que a torna a 2ª maior e mais populosa cidade da região Centro-Oeste, atrás apenas de Brasília. Esta cidade surgiu a partir de uma demanda de ordem política e econômica, tendo se inserido num movimento que, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do Estado, principalmente as regiões sul e sudoeste; e que, no âmbito nacional, buscava adequar-se a um novo ritmo de produção capitalista. Produção essa que não contava com o grande avanço da informalidade, Goiânia hoje se depara no seu espaço público com a presença de excluídos do mercado de trabalho formal.

O próprio poder público institucionaliza essa situação criando espaços para abrigar esse contingente de trabalhadores, como podemos observar com o “Mercado Aberto” situado na avenida Paranaíba, que agora abriga os trabalhadores que perambulavam pelas ruas do centro da cidade, sem nenhuma forma de controle, e hoje, são cadastrados pela Prefeitura Municipal.

Desse contingente de trabalhadores informais, os que não foram contemplados pelo poder público com um local fixo para realizar suas atividades, ainda estão distribuídos pela cidade, fenômeno que pode ser observado com uma volta por Goiânia, nas ruas centrais ou nos terminais de ônibus. São vendedores que utilizam um ponto, sem regularização pelo órgão competente, para trabalhar de segunda a segunda, exercendo suas atividades em condições precárias, se sujeitando a apreensões dos fiscais municipais, mas que com todas essas adversidades lutam por permanecer no centro urbano.

Para Lefebvre (1999, p.110), o essencial para o entendimento do “fenômeno urbano” é a leitura da cidade a partir de sua centralidade. Nesta, toda a diversidade de coisas, objetos, pessoas, mercadorias, formas, imagens, símbolos etc. se produz e se encontra, causando o típico espetáculo do urbano. Por isto pode-se, evidenciar a função (política e administrativa, comercial, produtiva e/ou de serviços), a estrutura (morfológica e sociológica) e a forma (disposição espacial) urbanas. Segundo o autor,

A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano.

O elemento que direciona as relações conflitantes na sociedade urbana é o sistema capitalista, que institui valores a serem procurados pelos grupos sociais no processo de produção, de acordo com os recursos de que dispõem e mobilizam, a fim de satisfazerem suas necessidades materiais e intelectuais. Como a produção é o elemento imprescindível para a realização da vida humana, a sua dinâmica vai apresentando historicamente as formações sociais refletidas na cidade, que variam de acordo com a manipulação dos recursos feita pelos grupos sociais para a satisfação de suas necessidades coletivas.

3.3 O Setor de Confecções

O setor de confecção na cidade de Goiânia emprega um verdadeiro exército feminino, apresentando-se em uma forma um tanto quanto distinta e com muita variação no que se refere às técnicas produtivas. Caracteriza-se pelo predomínio de micro e pequenas empresas, pela competitividade da produção, também há de se levar em conta as terceirizações feitas por empresas geralmente de grande porte que subcontratam empresas menores para a realização de serviços. (NUNES, 2006).

Ainda na visão do mesmo autor, a indústria de confecções, que é parte integrante do setor têxtil, representa uma produção tradicional, utilizando importante parcela de mão-de-obra e com resultados financeiros fartos. Razão pela qual tem atraído um grande número de micro e pequenas empresas devido ao baixo custo das matérias primas. E, hoje também se pode contar com mais facilidades de acesso à informática e a financiamentos.

É bastante acessível a qualquer pessoa a aquisição de uma ou duas máquinas de costura, através de financiamentos pessoais. O segundo passo é reunir pessoas da família ou conhecidos com pensamento empreendedor, e está formada uma micro-empresa de fundo de quintal, na informalidade. Empresa que, mesmo em forma irregular emprega várias pessoas direta e indiretamente, sendo um anel da corrente que sustenta a produção fabril de Goiânia.

O setor de confecção vem ocupando, a partir dos anos de 1980, um posto de destaque na economia de Goiânia. A tabela 6 a seguir mostra a evolução positiva deste segmento em Goiânia, de 1996 a 2006 (ver mapa em anexo).

Tabela 6. Quantitativo de estabelecimentos de confecções, em Goiânia de 1996 a 2006.

Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº confecções	897	962	1.028	1.075	1.117	1.232	1.254	1.321	1.391	1.456	1.429

Fonte: MTE/RAIS in www.mte.gov.br.

Elaboração: Regina Machado Souza – Técnica da SEPLAM.

Cerca de 60% das empresas cadastradas na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás encontram-se na Capital, Goiânia. Ainda, segundo a mesma Secretaria, em 2003 Goiânia possuía 10.328 vínculos formais de trabalho no

setor e ocupava a quarta colocação no que se refere a número de vínculos em relação a todos os municípios brasileiros:

O município de Goiânia que se concentra o maior número de empresas de confecções, ou seja, 80%; a maior parte das mesmas são de microempresas, isto é, 90%; 6% são pequenas e 4% médias. Esses 10% de pequenas e médias empresas eram responsáveis pela produção de 70% de roupas goianas, o que representava 700.000 peças por mês, que correspondia à média de 1.500 peças/mês por confecção. (SANTANA, 2003, p.14).

Goiânia, portanto vem se colocando em lugar de destaque neste setor produtivo, e isso significa que vem ganhando destaque como centro de ocupação de mão-de-obra no setor. A região metropolitana de Goiânia apresenta uma expressiva freqüência de vínculos empregatícios no setor de “confecções”, parte do setor da indústria de vestuário. A importância do setor é evidenciada ao levarmos em conta o número de vínculos em relação às outras grandes cidades brasileiras. Embora não possamos considerar como a atividade que mais emprega, a produção das indústrias de confecções de Goiânia só perdem para a cidade de Fortaleza (5,56%).

O crescimento de número de estabelecimentos e de postos de trabalho no setor formal foi significativo nos últimos quatro anos como indicam as tabelas 6-A, 7, 8 e 9 a seguir:

Tabela 6-A. Quantitativo de empregados na confecção em Goiânia de 1996 a 2005.

Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	6.194	6.301	7.222	7.924	13.279	8.411	9.053	9.191	10.468	17.199

Fonte: MTE/RAIS in www.mte.gov.br.

Elaboração: Regina Machado Souza – Técnica da SEPLAM.

Tabela 7. Quantitativo de empregados na confecção em Goiânia de 2000 a 2005, segundo a faixa etária.

IDADE	ANO					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ate 17 anos	360	172	219	192	215	367
18 a 24 anos	4.256	2.478	2.696	2.619	2.974	5.241
25 a 29 anos	2.589	1.583	1.736	1.822	2.070	3.462
30 a 39 anos	3.477	2.331	2.394	2.416	2.733	4.379
40 a 49 anos	1.981	1.371	1.494	1.591	1.776	2.689
50 a 64 anos	602	465	501	533	684	1.036
65 ou mais	14	9	12	18	16	25
Ignorado	0	2	1	0	0	0
Total	13.279	8.411	9.053	9.191	10.468	17.199

Fonte: MTE/RAIS in www.mte.gov.br.

Elaboração: Regina Machado Souza – Técnica da SEPLAM.

Tabela 8. Quantitativo de empregados na confecção em Goiânia de 2000 a 2005, segundo o grau de instrução.

GRAU DE INSTRUÇÃO	ANO					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Analfabeto	59	47	53	35	44	109
4ª série incompleta	334	234	185	174	210	315
4ª série completa	855	459	496	476	429	518
8ª série incompleta	3.175	1.601	1.696	1.475	1.597	2.291
8ª série completa	4.534	2.974	2.981	2.838	3.123	4.558
2º grau incompleto	2.478	1.823	1.966	2.247	2.630	4.717
2º grau completo	1.704	1.173	1.546	1.786	2.260	4.370
Superior incompleto	98	68	91	113	133	242
Superior completo	42	32	39	47	42	79
Total	13.279	8.411	9.053	9.191	10.468	17.199

Fonte: MTE/RAIS in www.mte.gov.br.

Elaboração: Regina Machado Souza – Técnica da SEPLAM.

Tabela 9. Quantitativo de empregados na confecção em Goiânia de 2000 a 2005, segundo o sexo.

SEXO	ANO					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Masculino	3.480	1.993	2.369	2.487	2.847	5.219
Feminino	9.799	6.418	6.684	6.704	7.621	11.980
Total	13.279	8.411	9.053	9.191	10.468	17.199

Fonte: MTE/RAIS in www.mte.gov.br.

Elaboração: Regina Machado Souza – Técnica da SEPLAM.

A formalização dos postos de trabalho no setor de confecção na cidade de Goiânia vem sofrendo um crescimento significativo. Esse crescimento no setor formal torna-se importante se levarmos em conta que o setor informal tenha experimentado um crescimento na mesma proporção do setor organizado.

Conforme tabelas acima, constatamos a força das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), chegando até as empresas de médio porte em Goiânia, no setor de confecções.

Uma das características marcantes do setor é a baixa escolaridade dos trabalhadores, conforme tabela n. 8, cerca de 98 % (noventa e oito por cento) dos trabalhadores em confecções na cidade de Goiânia têm até o segundo grau completo problema grave se levarmos em conta que cerca de 78% (setenta e oito por cento) dos trabalhadores são pessoas com até 39 anos de idade (tabela 7).

Outra característica acentuada do setor é a presença maciça do sexo feminino, que chegou a atingir o cerca de 73,80% (setenta e três vírgula oitenta por cento) dos lugares ocupados (Tabela 9) nos anos de 2000, porém sentindo uma redução nessa taxa, no ano de 2005 para 69,65% (sessenta e nove vírgula sessenta e cinco por cento), levando-se em conta que empresas maiores preferem o emprego da mão-de-obra masculina, enquanto que as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) apresentam um comportamento oposto

puxando para cima (cerca de oitenta por cento) esta mesma taxa se levarmos em consideração o porte das empresas.

O que pode ser observado no trabalho de Araújo e Amorim (2002, p. 286)” que a masculinização dos postos ocorreu em empresas que experimentaram algum tipo de modernização gerencial ou tecnológica. Como já se verifica no setor têxtil e outros, percebe-se que o número de mulheres predomina em estabelecimentos menores, como oficinas domésticas, facções ou qualquer outra forma de terceirização onde a precarização das relações de trabalho, são mais evidentes. Podendo ser incluídos aí os trabalhos não formais. Geralmente são fábricas de fundo de quintal, terceirizadas por uma empresa de maior porte, que utiliza rudimentares relações de trabalho, bem como de instalações físicas mal elaboradas, fatores importantes para a redução dos custos de produção, o que garante sua competitividade no mercado.

Fenômeno explicado pela crescente complexidade tecnológica empregada na fabricação de produtos contemporâneos, o que dificulta a sua produção em uma única fábrica, se levarmos em conta todas as atividades necessárias envolvidas num processo que vai da idealização até o produto final, pronto para ser lançado no mercado. Diante disso, as empresas, vislumbrando a dificuldade de desenvolver todas as etapas referentes à esteira de produção, tomam a iniciativa de terceirizar algumas atividades, escolhendo quais são mais viáveis se contratadas com terceiros, e quais deverão ser efetivadas na fábrica.

Tudo isso se deve às mudanças ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial, culminando com a globalização da economia, que exige das empresas o enxugamento de suas estruturas a fim de que se tornem mais competitivas frente ao risco de serem excluídas do mercado.

Buscando uma forma de se firmarem no mercado as empresas desenvolveram um processo de parcerias e formação de redes de produção, terceirizando as atividades como uma estratégia empresarial para concentrar esforços e inteligência nas atividades fim, deixando as atividades meio a cargo dos parceiros especializados, de forma a atingir ganhos para as duas partes. A empresa que terceiriza parte de sua produção pode ter seus custos fixos reduzidos, manobra que pode facilitar a sua adaptação às flutuações de mercado.

As empresas terceirizadas, geralmente de pequeno porte possuem determinadas características que, no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, conferem-lhes um grau de importância que por certo não possuíam há apenas algumas décadas.

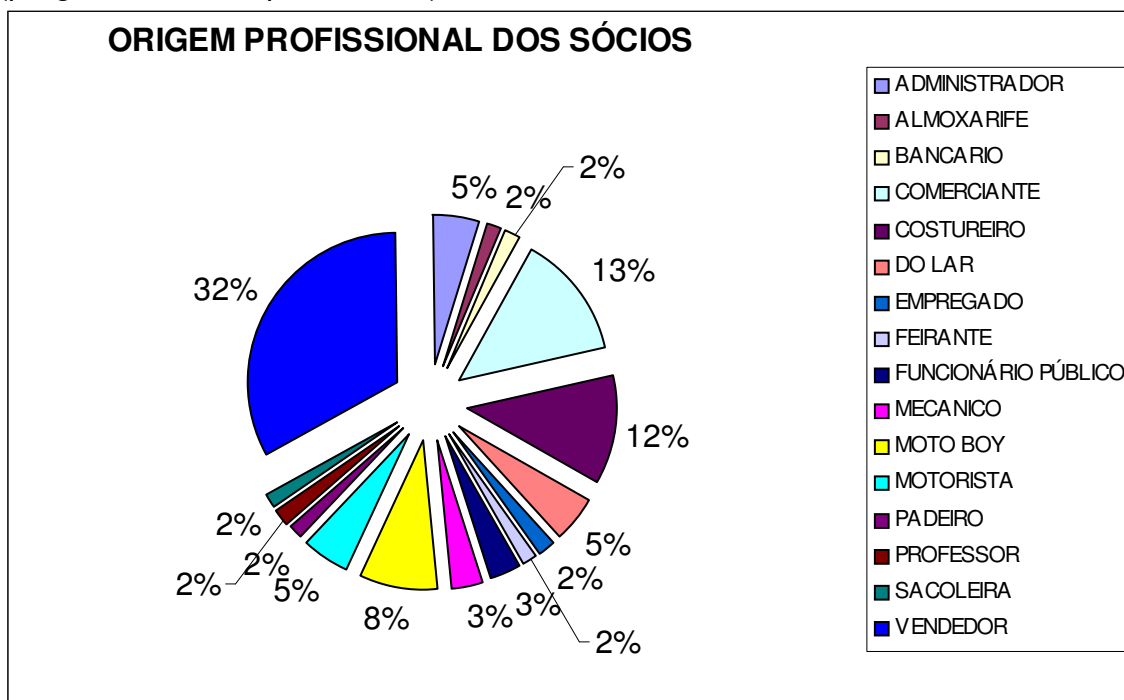
Em linhas gerais, elas aparecem como elemento comum a várias dimensões da competitividade das economias modernas, a saber: MPEs seriam mais intensivas em trabalho que as grandes, seriam um imperativo das novas tecnologias (especialização flexível), flexibilidade, combate à pobreza e redução das desigualdades.

3.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Para facilitar a aceitação dos questionários foi garantido o anonimato das empresas entrevistadas, motivo pelo qual não é possível a divulgação dos nomes.

A análise da pesquisa de campo em relação à origem dos sócios das confecções de Goiânia mostra que a maior parte antes era vendedor, comerciante e costureiro, como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2. Origem profissional dos sócios das confecções de Goiânia (pergunta n.º.1 do questionário).

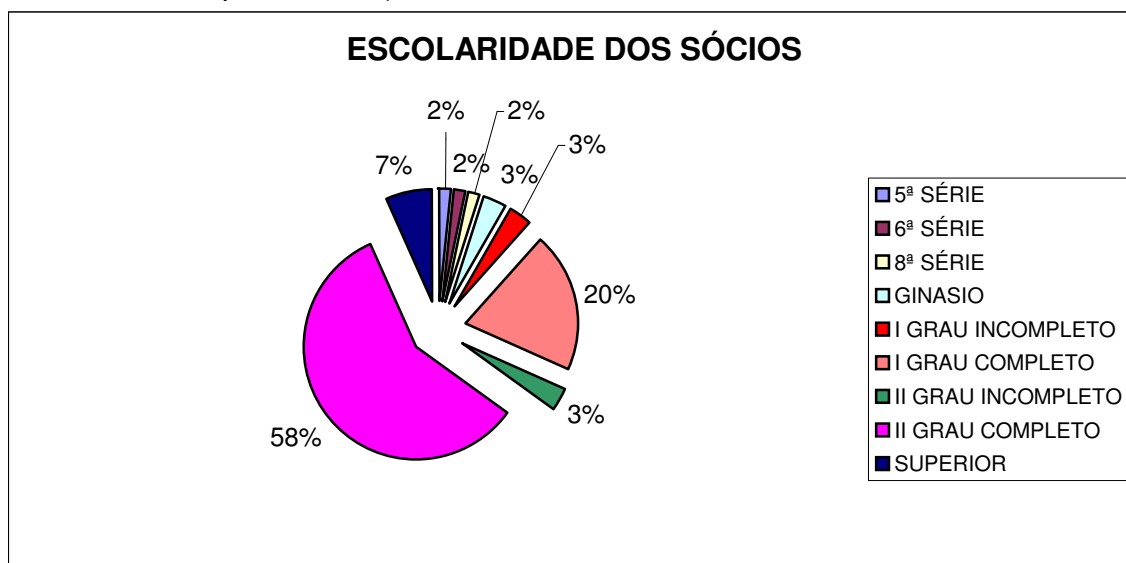


Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Pelo gráfico 2, observa-se que muitos sócios do segmento em questão, não tinham experiências no ramo de confecção. Esse fato certamente constitui-se pelo menos, em princípio, num obstáculo a expansão dos seus empreendimentos, uma vez que, para qualquer negócio ter sucesso é preciso que o empreendedor tenha conhecimento minucioso sobre a atividade em que ele está atuando. O conhecimento sobre a realidade do negócio é de grande importância para o sucesso da empresa (Plano de Negócio - SEBRAE).

Cabe destacar em relação à escolaridade dos sócios, que a maioria dos entrevistados tem apenas o segundo grau completo (58%), alguns sequer concluíram o ensino fundamental (2%), como apresenta o gráfico 10. O que permite identificar, neste quesito, uma grande diferença na qualidade formativa entre os empreendedores, e mais ainda, ao relacionar os dados do gráfico 9 com o 10, é possível perceber que pode existir forte relação entre as atividades anteriores ao início do empreendimento com o nível de escolaridade, uma vez que a grande maioria deles exerciam atividade que exigiam média escolaridade.

Gráfico 3. Escolaridade dos sócios das confecções de Goiânia (pergunta n° 2 do questionário).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Verifica-se, ainda, que uma pequena parcela tem curso superior completo (7%), todavia, esta realidade diagnosticada não chega a ser nenhuma surpresa já que a educação no Brasil ainda é um privilégio de minorias. A baixa formação dos sócios das confecções mostra a relevância de instituições como SEBRAE, e AGICON em proporcionar cursos de qualificação profissional visando qualificar os trabalhadores para funções que as confecções necessitam.

A maioria dos empreendedores das confecções de Goiânia, cerca de 75%, deu início às suas atividades com recursos próprios. Somente 25% conseguiram apoio de programas oficiais para início de suas atividades. Fato este que demonstra a importância de programas de apoio já existentes, como Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, Produzir e outros, para que esses empreendedores possam adquirir créditos para promover investimentos necessários para expansão de seus negócios.

Quando perguntados a respeito do porte de sua empresa (pergunta n°. 5 do questionário) 83% dos empresários responderam que suas empresas eram de porte pequeno, e 17% responderam ser de porte médio, mas se enquadrarmos as respostas na classificação do SEBRAE, conforme tabela 10

abaixo, teremos segundo as respostas, 24 microempresas, 26 pequenas e 10 médias de acordo com a pesquisa de campo.

Tabela 10. Classificação de empresas-SEBRAE-Critério: Número de Empregados.

PORTE/SETOR	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS
Microempresa	Até 19	Até 9	Até 9
Pequena Empresa	De 20 a 99	De 10 a 49	De 10 a 49
Média Empresa	De 100 a 499	De 50 a 99	De 50 a 99
Grande Empresa	Acima de 500	Acima de 100	Acima de 100

Fonte: SEBRAE (1998)

A maior parte das empresas de confecções de Goiânia, abordadas nesta pesquisa, é de porte pequeno (43%), seguidas bem de perto pelas microempresas (40%), e uma outra parcela de médias (17%), de acordo com os dados levantados no trabalho de campo, conforme gráfico 4.

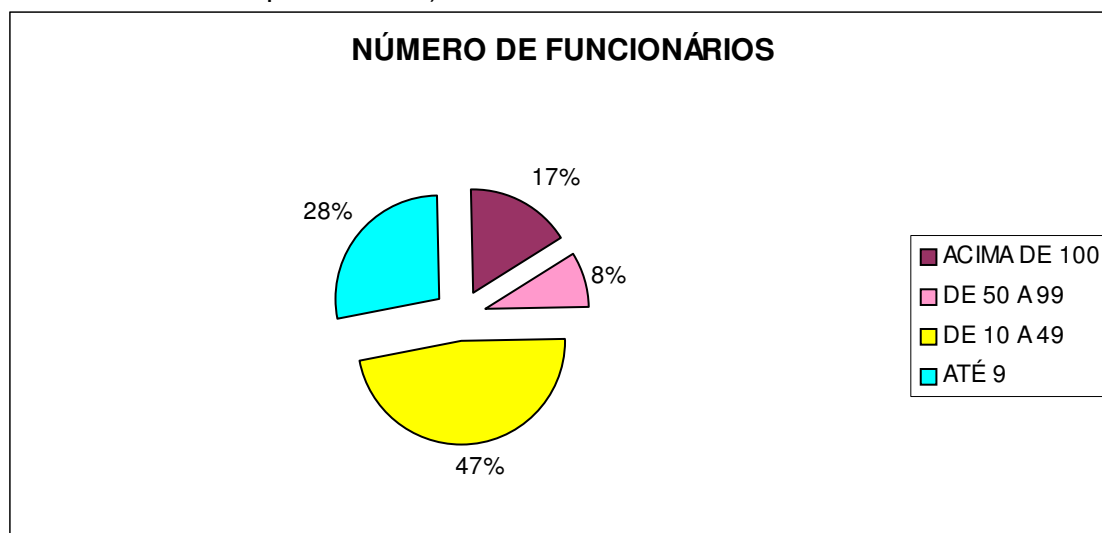
Esta constatação não surpreende, pois se cruzarmos estas informações com as obtidas na resposta à pergunta 1 do questionário, (origem dos sócios, em que aparece: vendedores 32% e comerciantes 13%), é possível perceber que a origem da maioria dos membros do setor vem da classe trabalhadora assalariada, com poucos recursos financeiros e traziam experiência com a comercialização o que não quer dizer que conheçam as técnicas do empreendedorismo. É isto que confirma a necessidade de maior quantidade de políticas públicas voltadas para essa área, apoiando-os em sua trajetória.

Nesse sentido, entende-se porque o Presidente da AGICON afirma que:

O foco da AGICON são as empresas formais pequenas, até por que nós oferecemos apoio do tipo assessoria jurídica, defesa de multas e o informal não tem multa, agente também promove palestras, seminários e cursos, trazendo pessoas de fora... mas as empresas

que acabam participando mesmo são as médias, até porque os pequenos e micro não tem tempo, pois como ganham por produção eles não podem parar (Pesquisa de Campo, 2007).

Gráfico 4. Número de funcionários das confecções de Goiânia (pergunta n°.6 do questionário).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Elaboração: Soraya Pedrosa.

Em continuidade a pesquisa, entende-se que essas empresas são administradas pelos donos. Assim, Sandroni (2004, p. 204) esclarece que:

[...] uma empresa pode ser organizada de várias formas, dependendo da maneira como o capital se divide entre os proprietários nas pequenas e médias empresas, a direção é, habitualmente, entregue aos proprietários. Já, nas grandes empresas, é freqüentemente a contratação de administradores profissionais para dirigi-las. As pequenas e médias empresas organizam-se na forma de sociedades por cotas, com responsabilidade limitada ou não, ou sob a forma de sociedades anônimas de capital fechado. As grandes empresas organizam-se geralmente na forma anônima de capital aberto, com ações e cotas unitárias negociáveis nas bolsas de valores.

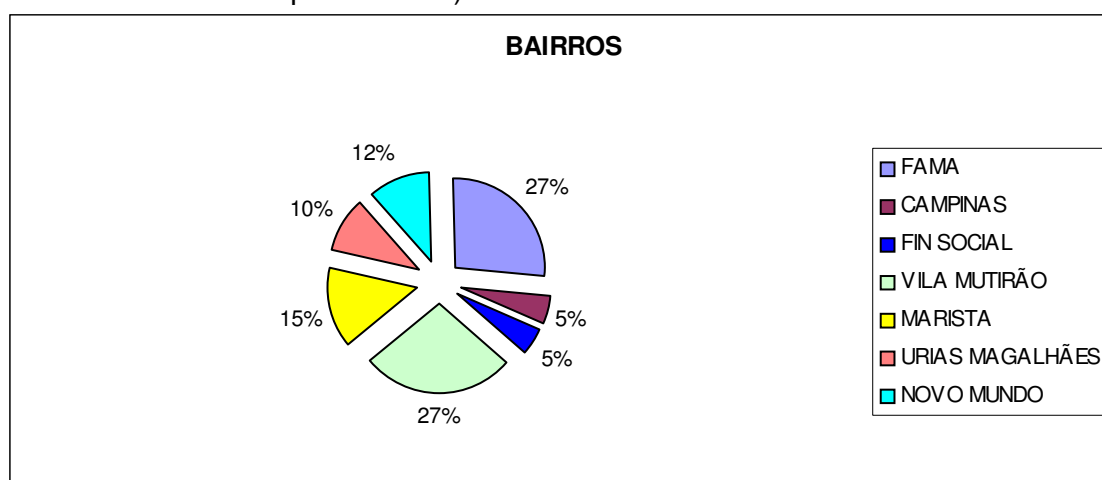
A maioria das confecções pesquisadas localiza-se no espaço geográfico do Setor Fama, como ilustra o gráfico 5, uma região que já tem seu marco no setor, conforme ilustra Castro, (2006, p.4)

À medida que surgiam, as firmas foram se concentrando fortemente em 3 regiões da cidade. Uma nas imediações do setor Campinas, na Rua Alberto Miguel, antiga Avenida Bahia; outra em torno da

Avenida Bernardo Sayão, no setor Fama; e uma terceira na Avenida 85, no setor Marista, e suas adjacências. Cada um desses núcleos tem sua própria história.

Quantidade assemelhada é constatada na Vila Mutirão, localizada ao norte da cidade de Goiânia, numa parte mais afastada do centro.

Gráfico 5. Bairros onde estão situadas as confecções de Goiânia (pergunta n.º.7 do questionário).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Constata-se pelo o gráfico 5 que a maioria das indústrias de confecções pesquisadas localiza-se em bairros periféricos e que concentra-se um grande número deste segmento sobretudo na Avenida Bernardo Sayão (Setor Fama). No entanto, observa-se a expansão de segmentos de confecção para outros setores periféricos da cidade de Goiânia, como Finsocial, Vila Mutirão e Novo Mundo. Acredita-se que essa expansão se deve ao fato desses setores concentrar um grande contingente populacional e, conseqüentemente, mão-de-obra abundante, reduzindo assim o custo com transporte para os possíveis trabalhadores (FERREIRA, 2006).

A maioria (53%) dos estabelecimentos pesquisados dedica-se a confecção e uma parcela relevante (47%) a facção. De acordo com Frederico Martins, Presidente da AGICON em Goiânia, a existência de grande parte de facções deve-se à sua característica de “auto emprego”. Surgiu devido à

necessidade das mulheres que não tem onde deixar os filhos pequenos e que precisam trabalhar para sustentar a família:

Eu acredito que a facção não é uma fuga de impostos para as confecções, é sim uma alternativa pras mães. Na falta de estrutura das confecções e na falta de creches para os filhos, pra elas é melhor trabalhar em casa (PESQUISA DE CAMPO, 2007, elaboração de Soraya Pedroso).

A realidade, apresentada pelo presidente da AGICON, pode ser uma necessidade social, agravada pela omissão do poder público em oferecer vagas em creches para os filhos de mães trabalhadoras, mas não cumpre os espaços legais, pois fortalece a informalidade, apresentando as características utilizadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, para definir o setor informal, como produção em pequena escala, pequeno nível de organização da unidade econômica e ausência de separação entre capital e trabalho (JAKOBSEN, p.7, 2000).

A “precarização das condições e relações de trabalho” não é observada apenas nas confecções na cidade de Goiânia, [...] “são um fenômeno de amplitude nacional” (MATTOSO, p.9, 1999) e essa grande classe trabalhadora que hora se vê excluída do mercado de trabalho formal, é absolutamente necessária à economia e ao modo de produção capitalista. Que tem a sua disposição um grande contingente de trabalhadores que se dispõem a uma carga excessiva de trabalho e recebem por ele baixos salários, pois os ganhos são incertos, uma vez que recebem por peça produzida (pagamento de renda mediante produtividade).

Ela oferece assim ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos de exploração específicos do capital. Caracterizam-na o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (JAKOBSEN, p.11, 2000).

Durante a aplicação dos questionários pôde-se observar que a rotina de trabalho é muito desgastante, principalmente nas facções ou “fabriquetas” de fundo de quintal, em que não há pausas no trabalho, nem para refeições; é um trabalho repetitivo e num ritmo constante. O quadro mais comum que se pôde notar, foi o de máquinas de costura espalhadas pelos pequenos cômodos das casas de família, peças de roupas e tecidos distribuídos pelos sofás e cadeiras, tábuas de passar e carrinhos de brinquedo disputando o mesmo espaço, e a presença sim de crianças.

Analisando o objetivo específico desta pesquisa que desenvolveu um estudo sobre o impacto do setor de confecções frente a empregabilidade da família e a superação da informalidade, temos a ressaltar que realmente o setor de confecções de Goiânia trouxe mais vagas de emprego para sua população, principalmente para as pessoas de baixa escolaridade e baixa renda, uma vez que não necessita de muito investimento de capital, apenas uma máquina de costura, tecidos e aviamentos, materiais que podem facilmente ser financiadas nas lojas da cidade. Constatou-se durante o trabalho de campo que é um ramo que oferece emprego para as pessoas de toda uma família e que oferece o sustento da mesma, mas a superação da informalidade não é ainda uma realidade. Trata-se de um setor de produção que necessita de maior apoio de políticas públicas dos governos a fim de reduzir o trabalho informal que vai contagiando as pessoas da família depois os vizinhos. Essa informalidade nega aos trabalhadores direitos anteriormente adquiridos, como falta de “registro, garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro desemprego e FGTS”. (MATTOSO, p. 16, 1999).

Com relação ao início das atividades, cabe destacar que a maior parte (60%) das confecções objeto de estudo, iniciaram suas atividades entre 2001 a 2005, em 2006 (20%) e antes de 2000 (20%). Pelos dados da pesquisa de campo pode-se afirmar que são empresas ainda novas, pois o tempo de atuação delas no mercado de confecção sequer alcançou 10 anos. Tal constatação mostra que esse segmento em Goiânia, está expandido-se e também demonstra que há número significativo de empresas de confecção que

não sobrevivem, em virtude principalmente da falta de profissionalismo administrativo, financiamento e capital de giro. Assim, conforme o Presidente da AGICON (2007):

A confecção precisa de um administrador, contador, economista, para organizar a empresa e ela poder crescer com estrutura e não quebrar, mas eles não têm condição de pagar isso, então vai crescendo sem organização um ou dois que não quebram” é porque tem “tino comercial” e vai crescendo na luta, na raça é uma batalha dura, e os outros quebram.

No entanto, esses problemas não são novos. Estudos realizados pelo SEBRAE (1995) e Ferreira (2006), outrossim, já alertavam para esses problemas, chamava atenção ainda pela falta de mão-de-obra qualificada para atender a demanda crescente.

A maioria (92%) dos entrevistados alega que não participa de nenhum programa de financiamento, só um percentual reduzido (8%) participa. Essa constatação demonstra que apesar de haver vários programas destinado ao apoio financeiro como o Banco do Povo, o Produzir, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), um número relevante não foram contemplados (81%), e (19%) afirmam que já foram beneficiados.

Assim, ressalta-se que na prática esses programas não estão beneficiando o setor de confecção de pequeno e médio porte da cidade de Goiânia. Isto ocorre devido principalmente às exigências e à burocracia para liberar financiamento para o setor e, ainda conseqüência da deficiência de informações proporcionadas a eles para obter financiamento do setor de confecção de Goiânia. Uma minoria se quer sabe da existência de tais programas, como ilustra o gráfico 13. Levanta-se, porém um alerta com respeito aos que responderam que o principal motivo é a burocracia (44%), pois representa um dado relevante, uma vez que sinaliza que as políticas públicas existentes não funcionam como deveriam, já que ao invés de atrair

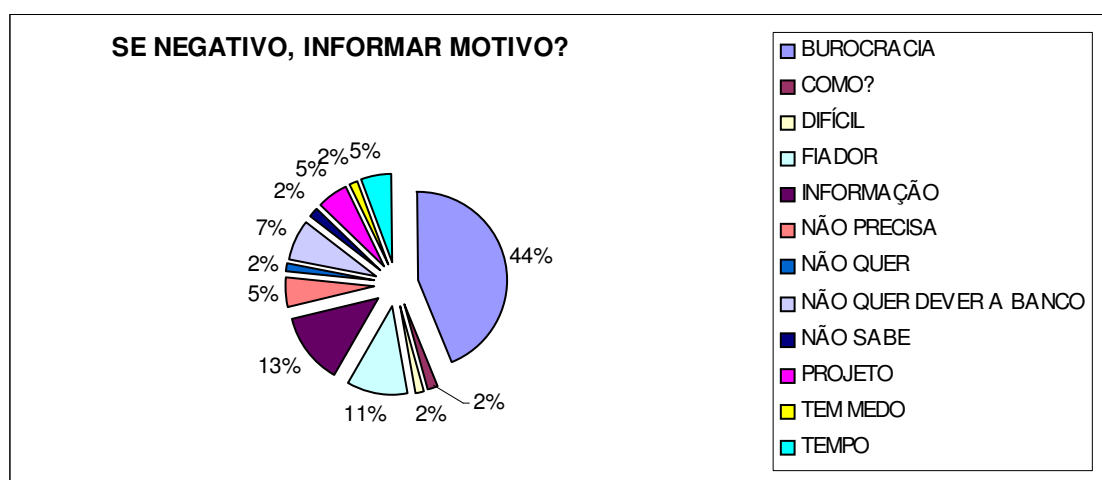
essas empresas, estão fazendo o papel contrário, conforme afirma o Secretário executivo de atração de investimentos da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC – GOVERNO DE GOIÁS, Sérgio Duarte de Castro (2007).

Se ele responder no questionário que não participa de nenhum programa de financiamento por causa de burocracia é importante, pois a política pública não funciona. Agora quando responder que não consegue certidões, não vai provar nada, mas acende a luz amarela... pode ser que seja informal. (Pesquisa de Campo, 2007).

Neste contexto, pode-se afirmar que devido o financiamento não contemplar ou beneficiar uma parcela expressiva dos proprietários das confecções em Goiânia, este fato contribui para o crescimento informal do ramo de confecções em todo o Estado e não apenas de Goiânia. Todavia, esta é uma realidade vivenciada em todo o País.

Ao analisarmos as outras respostas, que incluem achar difícil, não ter informação adequada, não saber responder, não ter projeto, ou desconversar usando a palavra “como” podem representar também a falta de documentação que camufla a informalidade.

Gráfico 6. Motivo pelo qual não participa de financiamentos (pergunta n.º13 do questionário)



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Neste contexto, é significativo perceber que a pesquisa identificou apenas cinco empresas com financiamentos, sendo que os valores sofreram variações de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), o que pode ser explicado com a fala de Frederico Martins, Presidente da AGICON:

Eu acredito que as confecções, facções principalmente os informais devem evitar se endividar até que se estruture. Pois devido ao pouco estudo e a sazonalidade do negócio é muito arriscado pegar empréstimos e se endividar com financiamentos.[...]. Os financiamentos que existem, até mesmo o simples é muito burocrático e afasta o informal. Pode ajudar, mas tem muitas taxas e o pequeno não dá conta, se ele atrasa um mês o que era R\$ 30,00 já vai ter acréscimo e esse mercado é muito sazonal, até o dia 20 agora as vendas terão um bom volume, mas depois até fevereiro tem um período de baixa, não vende nada e a prestação do financiamento vai vencer do mesmo jeito e ainda com os acréscimos de juro, multa e ele não vai ter o dinheiro, por isso que o pequeno não dá conta (Pesquisa de Campo, 2007).

Visão diferente do Secretário Executivo de Atração de Investimentos da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, Dr. Sérgio Duarte de Castro que defende as políticas públicas do Governo do Estado por oferecem desde programas de financiamento para montar a empresa, bem como financiamentos para o capital de giro. A falta de recursos para girar o investimento, segundo Castro, representa um dos maiores problemas enfrentados pelos empresários, que necessitam de comprar matéria prima e outros produtos, e, sem ter como, acabam, entrando nos “chamados desconto de duplicata e desconto de cheque especial com agiota, endividando a si e à empresa:

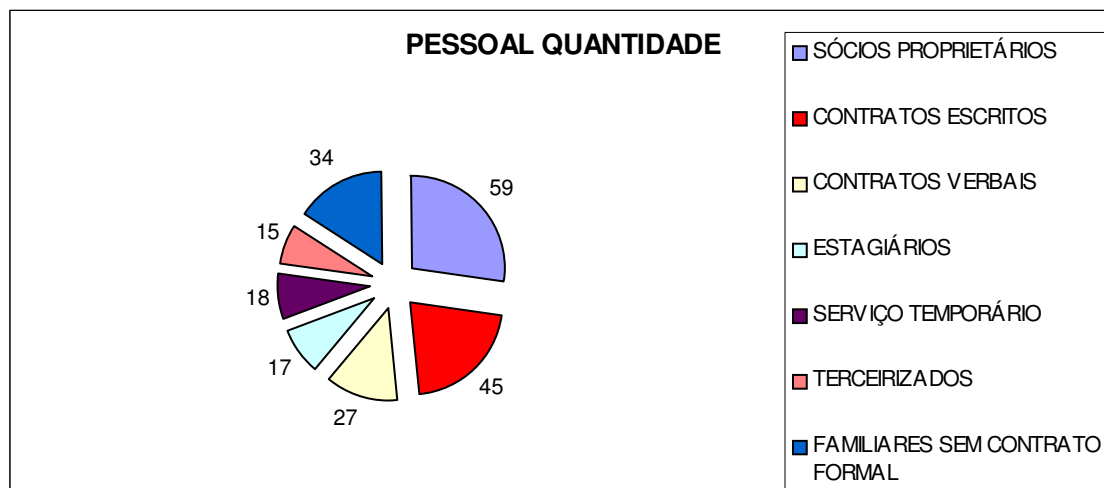
90% dos empresários trabalham com capital próprio porque eles não acessam ao financiamento por uma questão cultural, porque MPES acha que tomar dinheiro em banco é se endividar, será que ele não entende que usar capital próprio é que é fria? Que ele quebra e depois não tem pra fazer giro? (Pesquisa de Campo, 2007).

Vale ressaltar que a empresa não tem como funcionar sem capital para investimentos ou giro, mas esse endividamento deve ser levado com cautela pelos empresários de confecções uma vez que de acordo com a pesquisa

realizada são estabelecimentos pequenos com pouca organização administrativa.

Com relação à composição social das empresas, observemos o gráfico 7 :

Gráfico 7. Quantidade de pessoal (pergunta n.º.14 do questionário)



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Pelo gráfico 7, pode-se dizer que a informalidade é uma peculiaridade das indústrias de confecções pesquisadas de Goiânia, uma vez que muitos de seus colaboradores trabalham sem qualquer vínculo empregatício como é o caso dos trabalhadores de contratos verbais, serviço temporário, estagiários e de familiares sem contrato formal. Portanto, uma parcela expressiva não tem direitos trabalhistas assegurados. Assim Santos (1994, p. 98) argumenta que:

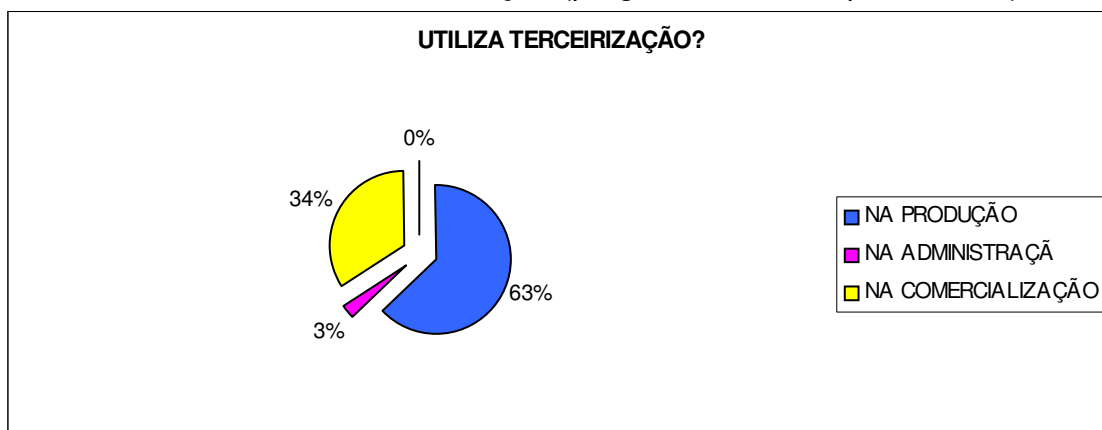
Suprema emissão: no Brasil todas as constituições proclamam que todo indivíduo tem direito ao trabalho e que o trabalhador deve ser pago em salário correto. A prática oposta não comove a ninguém, salvo aos que carecem de força para fazer mudar essa situação.

A partir das informações contidas no gráfico 7, podemos observar que das 60 empresas pesquisadas, 59 delas possuem sócios proprietários, 45 possuem contratos escritos; 15 possuem contratos terceirizados. Percebe-se que tais empresas ainda se caracterizam pela predominância familiar (34

empresas). No entanto, observa-se que a terceirização¹⁶ também da mão-de-obra (15 empresas), está sendo um instrumento utilizado como recurso para diminuir o custo, ampliar a produtividade e a qualidade. Tal tendência já tinha sido diagnosticada em uma pesquisa realizada por Gonzaga (2002, p. 119). Segundo esse pesquisador houve: “[...] redução de custos, aumento da produtividade e lucratividade, melhor aproveitamento dos recursos, enxugamento da estrutura organizacional entre outras vantagens”.

A terceirização também é utilizada na produção (63%), seguida pela utilização na comercialização (34%) e uma pequena parcela na administração do negócio (3%) como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8. Onde utiliza a terceirização (pergunta n.º.18 do questionário)



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

A partir dos dados do gráfico 7 e 8, pode-se afirmar que a necessidade de terceirização na produção decorre em virtude da necessidade de diminuir os custos. Contudo, Gonzaga (2002) afirma em seu estudo que as empresas continuarão a fazer uso da terceirização e uma minoria ainda ampliará os serviços terceirizados. Contudo, isso é uma tendência mundial. Segundo Castro:

¹⁶ [...] Prática empresarial de contratos externamente, isto é, com outras empresas, produtos e serviços necessários ao seu produto. O objetivo é reduzir custos de produção, não apenas pelo barateamento das despesas com mão-de-obra, pois muitas vezes o acordo coletivo estabelece numa empresa estipulada no mercado para certas categorias de trabalhadores como também pela racionalização de custos com a redução (SANDRONI, 2004, p. 601).

Outra coisa no setor de confecções existe uma tendência de reestruturação do setor que é caracterizado pelo movimento de terceirização, existe um processo de terceirização moderna que é internacional que cada vez mais os centros geradores de moda vão se concentrando na parte de criação e designe e daí ele vão facionando a produção inclusive internacionalmente. hoje não se produz nenhuma calça em solo americano, mas as principais marcas de jeans elas continuam pertencendo ao território norte americano a Lee, a Leves, toda a criação é lá o designe, tal mais eles subcontratam a produção pelo México, a Coréia porque é uma etapa de mão-de-obra intensiva e se busca mão de obra mais barata. (Pesquisa de Campo, 2007).

Vale lembrar que a terceirização da mão-de-obra externalizou partes do processo produtivo e simplificou as tarefas e ocupações, que antes eram realizadas no interior das empresas (JAKOBSEN, 2000, p. 20). Essas mudanças no comportamento do mercado podem trazer grandes problemas como no caso de Goiânia, conforme relata o Presidente da AGICON Frederico Martins:

A China é uma ameaça, pois produzem roupas 25% mais barato, mesmo com a questão da informalidade e tudo mais, não que a China está abrindo loja aqui, em Goiás temos umas cinco empresas fazendo isso, eles mandam o tecido e o desenho do que deve ser produzido e a China confecciona a roupa e manda pra cá com uma redução de 25%. Se você olhar as etiquetas das roupas da C&A a maioria é produzida na China e não só ela, a Riachuelo, a Tecelagem Avenida já estão utilizando esse mesmo processo (Pesquisa de Campo, 2007).

Observando o gráfico 9, fica explicito que as empresas pesquisadas apenas conquistaram o mercado nacional, deixando o mercado exterior de lado. Talvez o motivo desse comportamento seja a grande exigência em relação a qualidade dos produtos e aos preços, uma vez que os preços praticados por esse segmento não somente em Goiânia como em todo o Brasil, não são competitivos sobretudo em relação a China¹⁷.

Todos os estabelecimentos do setor de confecções de Goiânia, pesquisados vendem sua produção para o mercado interno, sendo que nove empresas responderam que atuam na Feira Hippy e em outras feiras da

¹⁷ O trabalho de campo identificou etiquetas nas lojas citadas pelo Presidente da AGICON (C&A, Riachuelo e Tecelagem Avenida) e constatou a existência da inscrição "MADE IN CHINA" em algumas delas e suas referidas peças realmente tinham um valor menor.

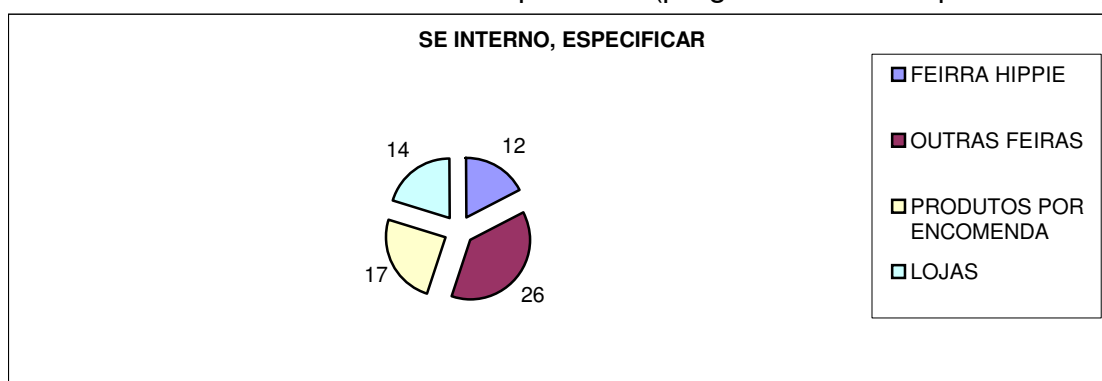
capital. Através da pesquisa pode-se perceber que as feiras constituem-se num mercado favorável, pois tem grande aceitabilidade dos produtos das confecções, como enfatiza o gráfico 9.

Segundo Chaveiro (2001, p. 232):

[...] As outras duas feiras principais, feiras principais, Feira do Sol e da Lua, localizadas num dos setores mais nobres da cidade – o Setor Oeste, são mais requintadas na oferta de produtos, de diferentes ordens, destinados às classes sociais, portadoras de maiores rendas. Por isso, tornou-se *point* das classes médias da cidade e da sustentação ao símbolo de uma cidade que está atualizada aos padrões culturais de primeira grandeza.

Esse dado remete-nos aos objetivos dessa pesquisa que se propôs a analisar as confecções e mensurar seus impactos no mercado de trabalho da cidade de Goiânia. Diante das respostas obtidas, consideramos que as feiras representam um grande mercado que deve ser explorado e incentivado. Este é o ponto final da cadeia produtiva do trabalho nas confecções; está justamente, na venda dos produtos, pois sem ela há uma desaceleração da produção e conseqüentemente uma redução do número de vagas de trabalho no setor. De posse desta constatação, sugere-se que as feiras sejam alvo de maior interesse por parte de políticas públicas, bem como dos segmentos organizados das confecções, pois representam uma forma alternativa, mais barata, para as confecções que não têm como arcar com toda despesa de uma loja para a venda de seus produtos.

Gráfico 9. Mercado onde vende os produtos (pergunta n.º.15 do questionário)

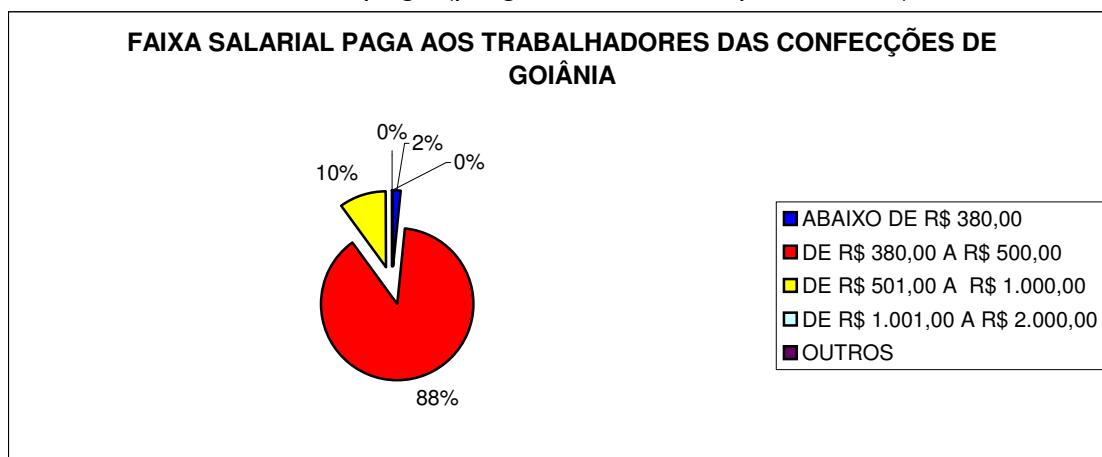


Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

No entanto, a realidade constatada, segundo o Presidente da AGICON é que o governo estadual atual não tem mantido as políticas públicas de incentivo para essas empresas participarem de exposições a nível nacional e internacional. A partir de 2006, em Goiás, o apoio dado cessou, e ainda nas palavras do referido Presidente, as confecções precisam de promoção, novos mercados, pois a concorrência é muito grande. Desse modo, é necessário que o governo do Estado volte a oferecer as políticas públicas do governo anterior, que muito ajudou a promover as confecções goianas.

O salário médio pago pelas indústrias de confecções de Goiânia, giram em torno de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais). Destaque-se que uma minoria paga abaixo de um salário mínimo como demonstra o gráfico 10.

Gráfico 10. Faixa salarial paga (pergunta n.º 20 do questionário)



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Constatou-se que os trabalhadores desse segmento pesquisado ganham pouco. Todavia, essa é uma realidade de todo esse segmento. No entanto, de maneira geral, o trabalhador brasileiro não é bem remunerado, conforme Mattoso (1999, p. 39) "A oferta ilimitada de trabalho representa até hoje um elemento favorável à preservação de salários baixos" e, o Brasil é um país que apresenta uma das maiores diferenças entre os mais elevados salários e os de base. O referido autor pondera que os trabalhadores que recebem menores salários sofrem com a concorrência ilimitada de mão-de-

obra, e que o descaso com as condições de vida é maior com a classe que realiza trabalhos mais simples, como o das confecções.

Apesar desses salários observa-se uma baixa rotatividade de trabalhadores nas empresas pesquisadas, apenas vinte por centos (20%) delas afirmaram ter rotatividade e uma grande parcela, cerca de oitenta por cento (80%) afirmam que não há rotatividade de trabalhadores. Assim, supõe-se que, dentre as empresas que compõem a grande parcela, devido ao equilíbrio maior com relação ao rodízio dos trabalhadores, haja um conseqüente desempenho superior na produtividade.

Do universo pesquisado, uma pequena parcela, vinte e três por centos (23%) dos entrevistados não está satisfeita com os seus trabalhadores. Todavia, a maior parte, setenta e sete por cento (77%) está satisfeita.

Contudo, é surpreendente essa constatação, diante da insatisfação (23%) por que ainda mantém esses funcionários? Supõe-se que isto ocorra em razão de não se encontrar mão-de-obra especializada, ou ainda em virtude de estarem os proprietários implantando soluções para modificar esta realidade constatada pela pesquisa de campo.

Um grave problema constatado pela pesquisa foi o fato de noventa e oito por cento dos entrevistados (98%) não destinam atualmente qualquer tipo de investimento para a qualificação dos seus funcionários, sendo apenas uma empresa a investir, representando, no universo pesquisado, um número pequeno de dois por cento (2%). Portanto, a maior proporção ainda não se conscientizou da relevância de promover investimentos na qualificação dos seus trabalhadores, tal fato comprova que o gerenciamento dessas empresas é realizado como em uma administração familiar. Assim, conforme Pelissari (2002, p. 65)

A falta de conscientização dos empresários de que investir no treinamento e formação de seus empregados é uma alternativa mais barata do que recuperar os prejuízos causados pela falta de interesse e motivação é um fator relevante no desempenho das empresas. Ao treinar e envolver os funcionários nos objetivos da empresa está com certeza ganhando a frente de outras que descuidam deste, importante fator. Em tempos em que qualidade é a palavra de ordem, deve-se ter em mente que este é um processo educacional.

Essas informações vêm novamente ratificar que a maioria das confecções, objeto de estudo, não é administrada de forma profissional e conseqüentemente essas atitudes prejudicam o desempenho da organização. Neste contexto, o Presidente da AGICON Frederico Martins ressalta que: “O que falta pras confecções é a organização, eles não têm estudo (maioria tem só segundo grau) e suas confecções não têm administrador ou contador, ou seja, não têm uma organização de empresa” (Pesquisa de Campo, 2007).

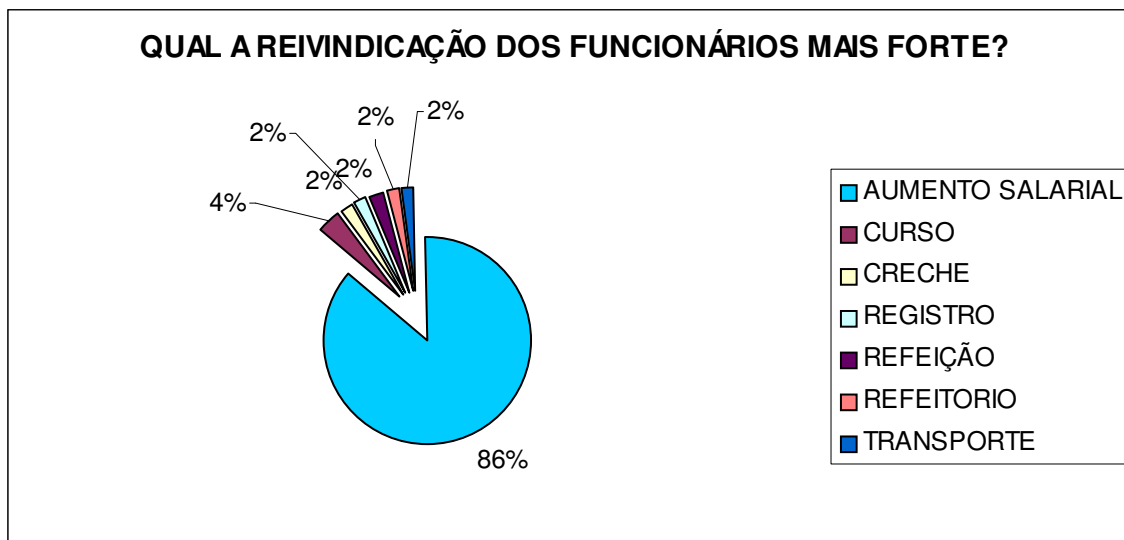
O relacionamento entre patrões e empregados se mostrou de forma amistosa. Cerca de sessenta e oito por cento (68%) dos entrevistados afirmaram conhecer seus funcionários pelo nome, e apenas trinta e dois por cento (32%) responderam o contrário. Acredita-se que um relacionamento mais próximo permite aos proprietários das confecções identificar os pontos fracos encontrados na produção e desenvolver um trabalho juntamente com seus funcionários de forma a eliminar os gargalos que impedem o franco desenvolvimento da empresa. É claro que essa aproximação se torna mais fácil quando se tratam de pequenas e micro empresas, como as analisadas neste trabalho; mas não podemos negar que esse tipo de relacionamento mais próximo somente trás benefícios à empresa.

Ainda levando-se em consideração o relacionamento entre patrões e empregados, uma pequena parcela, dezoito por cento (18%), respondeu que a empresa não conhece o grau de satisfação dos seus funcionários. Entretanto, a maioria salienta que conhece o nível de satisfação dos seus trabalhadores, com a obtenção de quarenta e oito (48) respostas positivas.

É primordial identificar que as empresas que não conheçam o grau de satisfação de seus empregos busquem reverter essa realidade, e passem a conhecer as necessidades de seus trabalhadores, de forma a harmonizar o ambiente de trabalho, pois funcionários satisfeitos produzem mais e por conseguinte a empresa também aumentará sua produtividade.

A principal reivindicação dos funcionários das confecções de Goiânia pesquisadas diz respeito ao aumento salarial, como demonstra o gráfico 11.

Gráfico 11. Principal reivindicação dos funcionários (pergunta n°. 31 do questionário) .



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Correlacionando o gráfico 10 com o gráfico 11, esta solicitação não surpreende, uma vez que como já foi salientado anteriormente neste trabalho, os funcionários das confecções pesquisadas ganham em sua maioria entre um a um e meio salários mínimos, realidade diagnosticada em todo o País. Pois segundo DIEESE (2001, p. 16):

A remuneração do trabalho no Brasil caracteriza-se por baixos salários e grande dispersão entre os rendimentos. Assim, a desigualdade da renda tem-se perpetuado no Brasil, tanto entre as regiões como dentro delas e também entre os salários recebidos pelos trabalhadores.

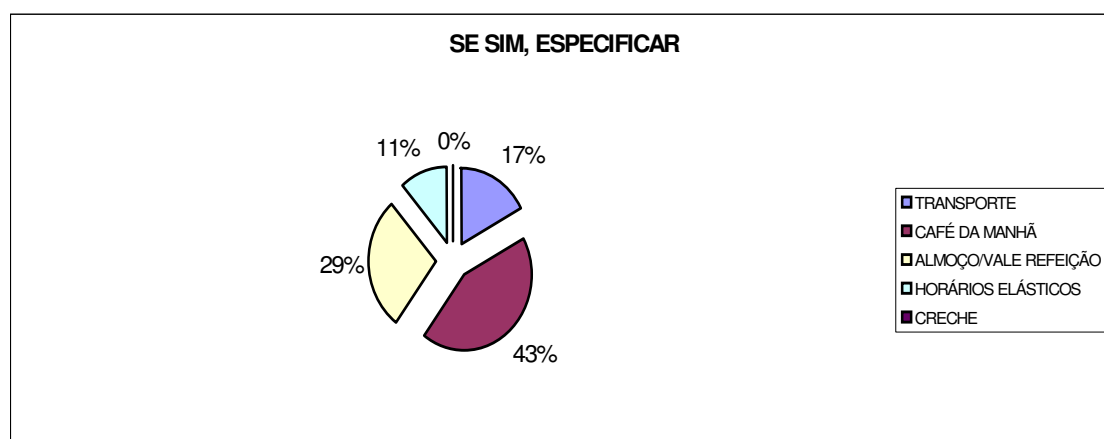
Com relação a benefícios concedidos aos trabalhadores, observou-se através do gráfico 12, que uma parcela expressiva, sessenta por cento (60%) das indústrias pesquisadas, oferecem algum tipo de benefício aos seus

trabalhadores, em especial café da manhã, com quarenta e três por cento (43%) seguido do almoço ou vale refeição com vinte e nove por cento (29%) de respostas. Transporte recebeu dezessete por cento (17%) de respostas e horários elásticos apenas onze por cento (11%).

Pôde-se notar também que nenhum dos estabelecimentos pesquisados oferece o serviço de creches para os funcionários, problema apontado pelo Presidente da AGICON, Martins (2007): “Eu acredito que a facção não é uma fuga de impostos para as confecções, é sim uma alternativa pras mães. Na falta de estrutura das confecções e na falta de creches para os filhos, pra elas é melhor trabalhar em casa”.

Situação confirmada por Sennett (1999), identificando que o tempo flexível surgiu pela necessidade particular das mulheres que, mesmo entrando num mercado de trabalho não deixam de ser mães e donas de casa. Ainda segundo o autor essa flexibilidade é na verdade uma falsa liberdade, onde o relógio de ponto apenas muda de face. No nosso estudo passa a ser o relógio, a quantidade de peças produzidas.

Gráfico 12. Benefícios concedidos aos funcionários (pergunta n°. 33 do questionário)



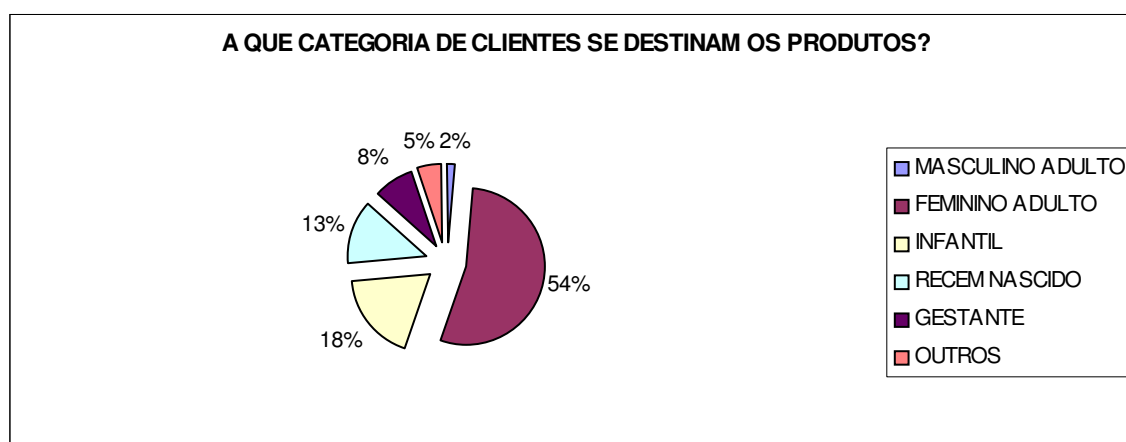
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Vale lembrar que apenas trinta e seis (36) empresas das sessenta (60) pesquisadas oferecem algum tipo de benefício, sendo que cerca de quarenta por cento (40%) das empresas não oferecem nenhum tipo de benefício. Se relacionarmos esse dado ao gráfico 10 – faixa salarial paga, percebemos que além dos pequenos salários, esses trabalhadores ainda têm que lidar com o fato de não receberem nenhum tipo de incentivo por parte das empresas, o que pode estar gerando um alto grau de insatisfação.

Do universo pesquisado, cerca de oitenta e sete por cento (87%) das empresas faz uso de hora extra. Não foi especificado pela pesquisa, entretanto se essas horas trabalhadas a mais são remuneradas ou não, pois é um universo muito amplo que deverá ser objeto de outro estudo. Faz-se aqui necessário novamente retornar aos dados do gráfico 10 – faixa salarial paga. Levando-se em consideração os salários pagos, percebe-se a necessidade de terem os trabalhadores seus rendimentos aumentados de alguma forma.

Com relação aos tipos de produtos oferecidos pelas confecções de Goiânia, esta pesquisa constatou que o seu público final, em especial, é o feminino adulto; ficando com cerca de cinquenta e quatro por cento (54%) das respostas obtidas; seguido pelo infantil com dezoito por cento (18%) e os artigos para recém nascidos que receberam treze por cento das respostas (13%), como retrata o gráfico n. 13.

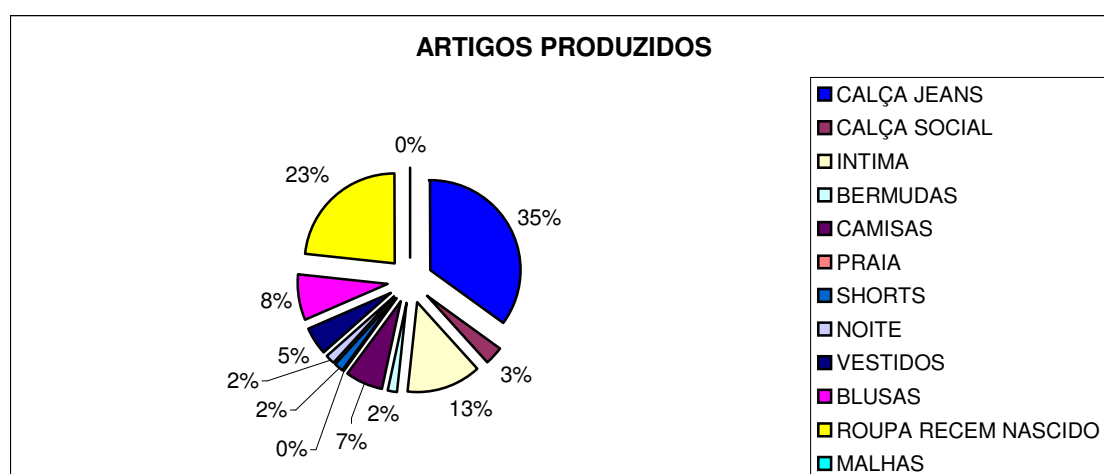
Gráfico 13. Categoria de clientes que se destinam os produtos (pergunta n.º 35 do questionário)



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Corroborando com os dados do gráfico n.13, podemos observar no gráfico n. 14 que o principal produto ofertado por essas empresas, é a Calça Jeans, com trinta e cinco por cento (35%) das respostas, seguido pelas peças para recém nascidos que, apesar de não constarem do questionário, receberam vinte e três por cento das respostas (23%), não estando incluídas entre as empresas pesquisadas qualquer produção de malhas ou moda praia.

Gráfico 14. Artigos produzidos (pergunta n°. 37 do questionário)



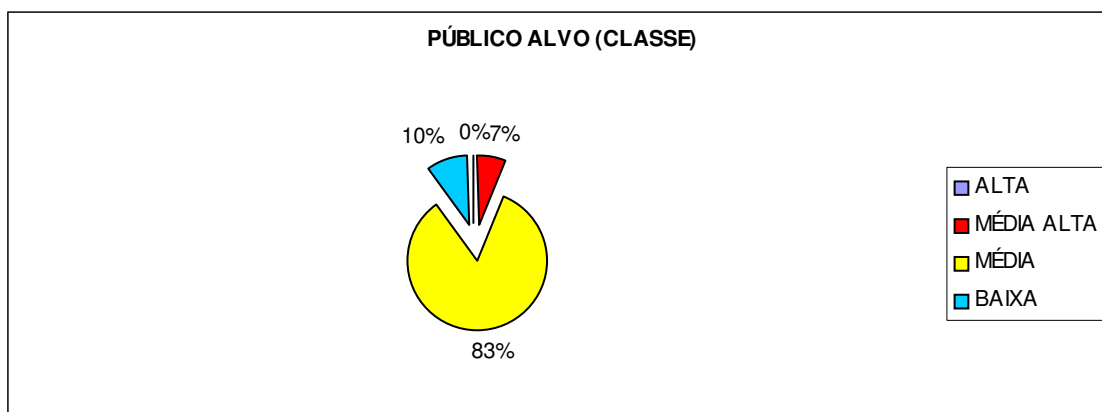
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

De acordo com as respostas obtidas pelos empregadores das confecções, os artigos produzidos pelas confecções de Goiânia destinam-se principalmente à classe média, com oitenta e três por cento (83%) das respostas ficando à classe alta sem participação, como demonstra o gráfico 15. Vale ressaltar que esses dados refletem afirmações dos entrevistados sobre como vêem a destinação de sua produção, o que não pôde ser comprovado por essa pesquisa, já que para tanto, seria necessário um trabalho de campo direcionado para as classes sociais, o que foge ao objeto do nosso trabalho.

Relacionando esse gráfico com o de n. 09 - local onde vende sua produção, percebe-se que para os empresários do setor as feiras representam

um mercado amplo onde se encontram os consumidores considerados por eles das classes baixa e media, excluindo-se a classe alta.

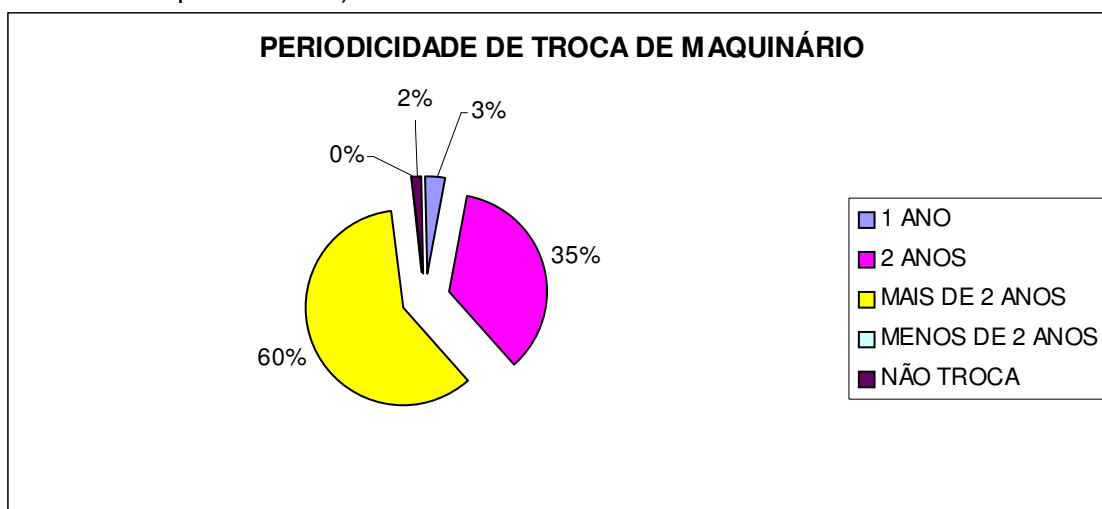
Gráfico 15. Público alvo (pergunta n°. 36 do questionário).



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Com relação ao maquinário que compõe a esteira de produção das confecções analisadas de Goiânia, vale frisar que a sua troca dá-se, após mais de dois anos de seu uso em sessenta por cento (60%) das respostas; trinta e cinco por cento (35%) faz a troca do maquinário com dois (2) anos; três por cento (3%) troca todo o equipamento em um ano e dois por cento (2%) não faz troca do maquinário como ilustra o gráfico 16.

Gráfico 16. Periodicidade de troca de maquinário (pergunta n°. 38 do questionário)



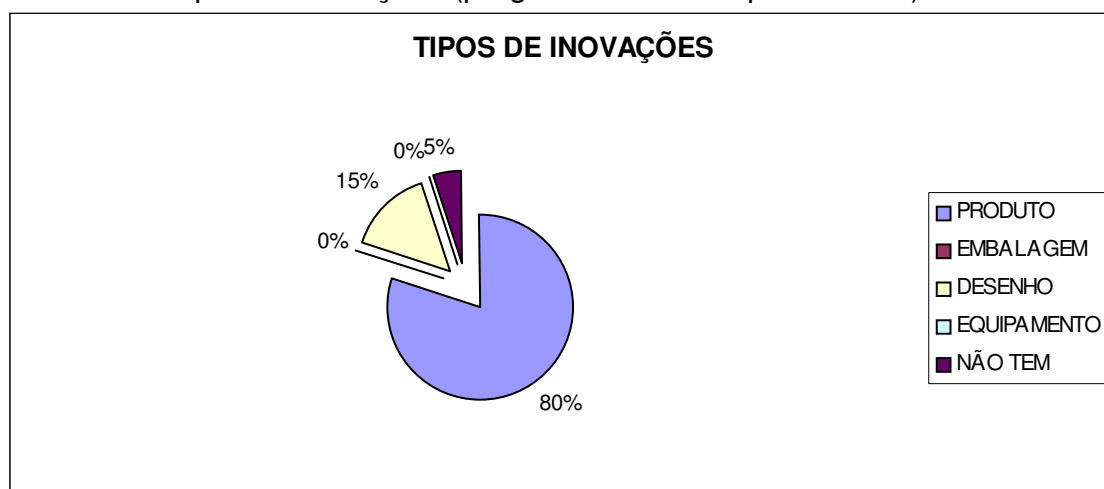
Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Esse comportamento na visão do Presidente da AGICON, Frederico Martins, se deve ao fato de as empresas do setor serem geralmente micro ou pequenas e não terem condições de fazer grandes investimentos:

Como roupa é um produto barato, não há grandes investimentos no setor. É só a máquina de costura que geralmente não muda muito. Tem avanços tecnológicos, mas são muito caros, por exemplo, existe uma máquina que você coloca o fio e ela produz uma camiseta inteira que já sai embalada, mas é muito cara, no Brasil nós só temos uma na “COTEMINAS”, mas como é muito caro e as roupas são muito baratas e geralmente as empresas são pequenas e micro ou informais elas não conseguem adquirir e por isso ficam com as máquinas de costura. É um ramo social, pois os trabalhadores não foram substituídos por máquinas como nas montadoras (Pesquisa de Campo, 2007).

Entretanto, não podemos deixar de citar outras questões já analisadas neste estudo e que estão envolvidas diretamente como o problema da baixa escolaridade dos sócios (gráfico n. 3), origem profissional da classe trabalhadora (gráfico n. 2) e o relativo distanciamento das políticas públicas de financiamentos (gráfico ns. 6). Todos esses fatores contribuem para agravar as dificuldades encontradas por esse setor de produção. Muitas vezes essa baixa troca de maquinário se deve a falta de recursos, mas o que pode ser mais grave para a saúde da empresa, é a falta de visão do empresário, que pensa em investir apenas no produto final, como pode ser observado no gráfico n. 17.

Gráfico 17. Tipos de inovações (pergunta n.º 39 do questionário)



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Cerca de oitenta por cento (80%) das empresas responderam que as inovações são direcionadas apenas aos produtos, e quinze por cento (15%) ao desenho; e cinco por cento (5%) responderam que não fazem inovação alguma, situação preocupante, pois isso faz com que elas se tornem menos competitivas no mercado.

Com relação a atividades corporativas, a pesquisa constatou que a maioria, cerca de oitenta e oito por cento (88%) dos pesquisados não participaram de nenhuma das atividades em 2006 e apenas uma pequena parcela de doze por cento (12%) afirmou que sim. Realidade que já estava presente no Plano de Ação Regional para a Indústria do Vestuário uma publicação do SEBRAE (1995, p. 43) que mostrava que havia “[...] um elevado grau de desarticulação, desunião entre as empresas do setor, evidenciando o total desinteresse da classe empresarial pelo associativismo”.

Visando conhecer mais minuciosamente o universo das confecções de Goiânia, outrossim, foi também realizada uma pesquisa de campo, com os funcionários das mesmas, onde o resultado será discutido a seguir.

Com relação ao número de empregados, a maioria dos funcionários que trabalham nas confecções de Goiânia, conforme o resultado da pesquisa de campo, são do sexo feminino, isso corresponde a oitenta e um vírgula seis por cento (81,6%) das respostas obtidas e uma pequena parcela, cerca de dezoito por cento (18,3%) são homens, o que vem corroborar com a tabela 7 onde os dados da Rais confirmam que a grande maioria dos trabalhadores no setor são do sexo feminino. Informação esta que corrobora com Nunes (2006), em sua pesquisa também sobre o setor de confecções, onde ele afirma que o setor na cidade de Goiânia “emprega um verdadeiro exército feminino”, e com o Presidente da AGICON, Frederico Martins, quando ele afirma que a facção nasceu da necessidade das mulheres de trabalhar e sustentar suas famílias.

Com relação à residência dos trabalhadores, cabe destacar que a maioria deles reside em bairros periféricos de Goiânia, onde as confecções estão localizadas ou em outros setores adjacentes.

Quanto ao nível de escolaridade constata-se que a maioria tem apenas o primeiro grau como destaca a tabela 11.

Tabela 11. Grau de instrução dos trabalhadores(pergunta n°. 4 do questionário).

Nível de Escolaridade	Nº Entrevistados	%
Primário	7	11,6
1º Grau	33	55
2º Grau	17	28,3
Superior	3	5
Acima do Superior	–	–
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Analisando-a tabela 11, percebe-se que o nível de escolaridade dos trabalhadores das indústrias de confecções pesquisados é baixo, o que pode ser um dos fatores que mantém a média salarial desse setor muito baixa. Se compararmos o resultado obtido na pesquisa de campo com a tabela n. 8 da RAIS, teremos um resultado próximo sendo que cerca de 95% (noventa e cinco por cento) dos entrevistados possuem até o segundo grau completo.

Agravando esta realidade, viu-se que os empreendedores não investem na qualificação de seus funcionários. Assim entende-se porque Wilmersdarf (1998 apud PELISSARI, 2002, p. 66) concebe que:

Só se melhora uma empresa, melhorando os funcionários e só se alcança este objetivo melhorando as pessoas. Não há outra forma de alcançar esta meta, senão através de um procedimento voltado para a educação contínua e ininterrupta, em todos os níveis.

Neste sentido, é relevante salientar o baixo nível de instrução ou de qualificação dos funcionários das confecções pesquisadas de Goiânia, o que interfere na produtividade, uma vez que para produzir produtos de qualidade é necessário que a mão de obra seja qualificada; outrossim, isto está relacionado à informalidade de um número significativo de tais confecções, uma vez que não dispendo de financiamento, essas empresas não possuem capital para investir na qualificação dos seus funcionários.

Cabe destacar que a maioria dos trabalhadores das confecções de Goiânia, vão para o trabalho a pé, e uma parcela significativa de bicicleta como demonstra a tabela 12.

Tabela 12. Meio de locomoção utilizado para ir ao trabalho pelos trabalhadores das confecções de Goiânia (pergunta n°. 5 do questionário)

Transporte	Nº Entrevistados	%
A pé	39	65
Bicicleta	13	21,6
Transporte Coletivo	4	6,6
Carro	4	6,6
Outros	–	–
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Observando a tabela 12, pode-se afirmar que a maioria vai para o emprego a pé devido residir no próprio setor que trabalha e ainda em virtude de ser poucos os patrões que contemplam seus funcionários com vale transporte.

Um dado importante foi que apenas trinta e oito por cento (38,3%) dos funcionários das confecções tem filhos e que a maioria, cerca de sessenta e dois por cento (61,6%) não possui filhos. Esta constatação é um fato normal, uma vez que os empreendedores preferem contratar pessoa que não tenham filhos, sobretudo as mulheres para não beneficiá-las com a licença maternidade. Esta conclusão foi obtida em conversas informais com os colaboradores das confecções.

No entanto, nenhuma das confecções pesquisadas de Goiânia, assegura essa tranquilidade às mães, uma vez que nenhuma delas possuem creches, esta constatação certamente interfere na produtividade das funcionárias que possuem filhos que ainda necessitam de uma atenção maior. Segundo o presidente da AGICON já mencionado, isso ocorre porque Goiânia não tem creches em número suficiente para as mães que precisam trabalhar. A

confeccão também não tem estrutura de apoio para oferecer para a mulher trabalhar. Assim, ele sugere que a Prefeitura deveria investir em creches ou escolas de período integral para apoiar essas mulheres trabalhadoras que precisam deixar os filhos em algum lugar para trabalhar, pois é um trabalho contínuo.

Cabe destacar que a minoria dos funcionários das confecções de Goiânia pesquisadas tem filhos, a maior parte de 0 a 5 anos e uma minoria entre 16 a 13 anos, como mostra a tabela 19.

Tabela 13. Faixa etária dos filhos dos trabalhadores das confecções de Goiânia (pergunta n.º 5 do questionário)

Idade	Nº Entrevistados	%
0 a 5 anos	16	69,5
6 a 10 anos	4	17,3
10 a 15 anos	2	8,6
16 a 21 anos	1	4,3
Acima	–	–
Total	23	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Pela tabela 13, verifica-se que as trabalhadoras que possuem filhos, e que precisam de maior atenção e cuidado, representam cerca de sessenta e nove por cento (69,5%) uma parcela significativa de trabalhadoras que, para trabalhar com tranquilidade, necessitam de um local seguro para deixar seus filhos, de forma que essa condição colabore no bom desempenho das mesmas.

Outro dado relevante constatado pela pesquisa de campo, é que grande parcela dos trabalhadores, cerca de sessenta e dois por cento (61,6%) afirmaram não ser chefes de família, restando cerca de trinta e oito por cento (38,3%) afirmando o contrario. Entretanto, esta realidade diagnosticada se deve ao fato do grande contingente populacional que trabalha nas mesmas

serem mulheres, que são casadas ou vivem com seus parceiros, sendo eles os chefes da família.

Cinquenta e três por cento (53%) dos funcionários das confecções de Goiânia pesquisadas começaram a trabalhar com a idade entre 16 a 20 anos, um número relevante de aproximadamente dezesseis por centos (16,6%) entre 21 a 25 anos. Portanto, iniciaram suas atividades profissionais ainda muito jovens, ao final de sua adolescência, período que deveriam dedicar somente aos estudos. No entanto, não somente em Goiânia como em todo território nacional, este segmento populacional não tem outra alternativa a não ser ingressar no mercado de trabalho para se manter e ajudar a manter sua família. Essa triste realidade compromete o futuro deles, que muitas vezes deixam de estudar para trabalhar.

Pode-se dizer que, a maioria dos trabalhadores pesquisados (51,6%) já atua no setor de confecções de Goiânia a pelo menos 2 anos. No entanto, um número expressivo, com trinta e cinco por cento (35%) das respostas estão na mesma empresa a menos de 5 meses e uma pequena parcela (13,3%) entre 5 meses a 1 ano. Este dado pode ser um indicador de que a rotatividade é significativa nas empresas pesquisadas. Associa-se esse pouco tempo de permanência dos colaboradores aos baixos salários recebidos e à falta de benefícios que é inexistente para a maioria dos mesmos.

Nesse contexto é oportuno ressaltar que oitenta e cinco por cento (85%) ganha entre 380,00 a R\$ 500,00 e que vinte e cinco por cento (25%) de 501,00 a R\$ 1.000,00. Portanto, eles são mal remunerados. De acordo com o DIEESE (2001, p. 18):

Ela resulta da formação de trabalho urbano, da regulação dos salários, especialmente com a política salarial, implanta em 1965, impedindo as negociações entre os sindicatos dos trabalhadores e patronais. É fruto também a forte migração de trabalhadores para os centros industriais que, por falta de qualificação, são contratados por baixos salários. A inoperância do estado na definição de uma política mais ativa de financiamento que possibilite o aumento do emprego contribui para a permanência desse grande quadro e distribuição de renda.

Todavia, essa realidade diagnosticada é um retrato verificado em todo o País e não somente neste universo pesquisado de Goiânia.

Pelo trabalho de campo, diagnosticou-se que noventa por cento (90%) dos funcionários gostam do que faz e que apenas dez por cento (10%) não gostam das suas atividades.

Neste contexto, entende-se porque a maior parte, aproximadamente setenta e sete por cento (76,6%) não pensam em mudar de atividade e só um pequeno número, aproximadamente vinte e quatro por cento (23,3%) deseja mudar de profissão, como ilustra a Tabela 14.

Tabela 14. Motivos alegados pelos trabalhadores que desejam mudar de profissão (pergunta n.º 17 do questionário)

Fatores	Nº Entrevistados	%
Salarial	8	57,1
Trabalhar menos	2	14,2
Abrir seu próprio negócio	3	21,4
Não gosta de que fazem	1	7,1
Total	14	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

A maioria (95%) dos funcionários dos estabelecimentos pesquisados afirma que o que ganham não é suficiente e somente um pequeno número (5%) diz que sim. Contudo, tal situação é o espelho do que ocorre em todo o país, levando muitos trabalhadores a fazer “bico”, visando ampliar a renda individual e familiar para satisfazer necessidades básicas como alimentação, saúde etc. O gasto com alimentos, roupas, transporte, estudo e medico consomem uma boa parte que eles ganham como ilustram as tabelas 15,16,17,18 e 19 .

Tabela 15. Gasto mensal dos trabalhadores das confecções de Goiânia com alimentos (pergunta n.º 27 do questionário)

Despesas mensais com alimentos R\$	Nº Entrevistados	%
800,00-100,00	14	23,3
120,00-180,00	15	25
200,00-280,00	30	50
300,00-350,00	1	1,6
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Tabela 16. Gasto mensal com roupas dos funcionários das confecções de Goiânia (pergunta n.º 27 do questionário)

Despesas mensais com roupas R\$	Nº Entrevistados	%
40-80	25	41,6
90-130	15	25%
140-170	13	21,6
200-230	10	11,6
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Tabela 17. Gasto mensal dos funcionários das confecções de Goiânia com transporte (pergunta n.º 27 do questionário)

Despesas mensais com transporte R\$	Nº Entrevistados	%
40-60	17	28,3
50-100	30	50
120-140	10	16,6
160-180	3	5
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Tabela 18. Gasto mensal dos funcionários das confecções de Goiânia com os estudos (pergunta n.º. 27 do questionário)

Despesas mensais com estudos R\$	Nº Respondentes	%
30-60	19	31,6
70-100	27	45
110-140	6	10
150-180	5	8,3
190-220	3	5
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Tabela 19. Gasto mensal dos funcionários das confecções de Goiânia com médico(pergunta n.º. 27 do questionário)

Despesas mensais com médicos R\$	Nº Entrevistados	%
50 a 100	9	15
150 a 200	25	41,6
250 a 300	16	26,6
300 a 350	6	10
acima de 400	4	6,6
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Pelas tabelas 15,16,17,18 e 19 pode-se afirmar que o montante do salário dos trabalhadores do setor de confecção é comprometido com as necessidades básicas de todo ser humano, assim, se compreende porque uma parcela expressiva, aproximadamente noventa e dois por cento (91,6%) dos mesmos afirmam que a TV é a principal fonte de lazer, isto esclarece porque não é elevado o gasto com diversão. Em sua grande maioria, 87% (oitenta e sete por cento) dos pesquisados afirmaram que gastam entre R\$ 15,00 a R\$ 30,00, em média mensal com filme. Entre R\$ 45 a R\$ 50 o gasto por apenas cerca de quatorze por cento (14,2%).

O gasto mensal dos entrevistados das confecções de Goiânia com parques, para a maioria oitenta por cento (80%) das respostas situa-se entre a 10,00 a 20,00, e para uma minoria R\$ 30,00 a R\$ 40,00, com vinte por cento (20%). Já o gasto com comida para a maior parte, setenta e um por cento (71,4%), ficou entre R\$ 100,00 a 200,00; e para uma parcela reduzida, vinte e oito por cento (28,5%), de R\$ 25,00 a R\$ 35,00. Portanto, os gastos com lazer não são expressivos, o que está relacionado à baixa remuneração dos mesmos. Todavia, a realidade desses empregados repete-se a realidade dos demais trabalhadores em todo o País, como entende Werneck (2000).

Já o gasto mensal com Shopping Center situou entre R\$ 15,00 a R\$ 35,00 para maior parte (82,8%) e para a minoria (17,1%) entre R\$ 43,00 a R\$ 50,00. Por fim o gasto mensal com bar, boate e choperia para a maioria (67,7%) entre R\$ 35,00 a R\$ 55,00 e para um pequeno número (34,2%), R\$ 60,00 a R\$ 100,00.

Cabe destacar que a maioria dos funcionários das confecções pesquisadas de Goiânia preocupa-se com sua qualificação profissional e uma pequena parcela não se atualiza, como destaca a tabela 20.

Tabela 20. Forma de atualização dos funcionários das confecções de Goiânia (pergunta n.º. 29 do questionário)

Modos de atualização	Nº Entrevistados	%
Cursos oferecidos pela empresa	20	41,6
Cursos oferecidos pelo governo	23	47,9
Cursos pagos por você	5	10,4
Não atualiza	12	20
Total	60	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

Pela tabela 20, observamos que alguns empreendedores das confecções de Goiânia já ofereceram cursos para a qualificação da mão-de-

obra, ou seja, aproximadamente quarenta e dois por cento (41,6%). Fato que pode ser por razão de que suas empresas serem administradas sem um profissional da área. Assim Barreto (1998, apud PELISSARI, 2002, p. 65) argumenta que:

A baixa qualidade na administração da pequena empresa, decorre do fato, de o próprio proprietário, geralmente ser alguém com alguma especialidade profissional o operacional que resolveu abrir seu próprio negócio e sem nenhuma formação adequada para tocar um. Esta fraqueza no pequeno empresário, que não pode ser suprida por empregados, acaba criando infindáveis problemas para a empresa tanto no seu dia-a-dia quanto no seu desenvolvimento. Ausência de objetivos não realísticos, estrutura organizacional informal e inadequada, ausência total de sistemas administrativos e de controles, o tipo de liderança exercida é o autocrático e as decisões são todas centralizadas no empresário, etc.

A principal reivindicação dos trabalhadores das confecções de Goiânia (90%) é aumento salarial. Um número pequeno clama por melhores condições de trabalho (5%) e redução da jornada de trabalho (5%). Isto explica porque a maioria (71,6%) dos trabalhadores das confecções de Goiânia faz hora extra e uma minoria (28,3%) não faz.

Pelo trabalho de campo, se diagnosticou que cinqüenta e cinco por cento (55%) dos funcionários das confecções de Goiânia estão satisfeitos com as empresas e uma pequena parcela, quinze por cento (15%) não está nem um pouco satisfeita com as organizações. Assim é necessário as confecções pesquisadas realizar entrevistas com seus funcionários, buscando conhecer o que eles pensam da empresa e suas sugestões de melhorias.

Com relação a benefícios recebidos no ambiente de trabalho, é relevante frisar que a maior parte dos trabalhadores, isto é, aproximadamente cinqüenta e dois por cento (51,6%) diz que os patrões não concedem a eles benefício algum; um número significativo, aproximadamente quarenta e dois por cento (41,3%) afirma o contrário. O principal benefício proporcionado aos funcionários é o café da manhã, como destaca a tabela 20, informação que abona a pesquisa realizada com os proprietários das empresas, conforme exhibe o gráfico n. 12. Embora não haja coincidência na quantidade de

respostas relativas a outros benefícios. Isso representa uma falta de diálogo entre as duas partes envolvidas na relação de trabalho.

Tabela 21. Benefícios contemplados pelos empreendedores das confecções de Goiânia aos seus colaboradores (pergunta n.º 32 do questionário)

Benefícios	Nº Entrevistados	%
Transporte	6	20,6
Café da Manhã	12	41,3
Almoço/Vale Refeição	3	1,3
Horários Elásticos	8	27,5
Creche	–	–
Total	29	100

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2007. Elaboração: Soraya Pedroso.

De posse desses dados podemos afirmar que a presente pesquisa verificou que o alcance da inclusão social dos trabalhadores nas confecções de Goiânia ainda não alcançou um patamar desejado, ou seja, que possibilite a eles, condições dignas de trabalho. Através das respostas obtidas podemos observar que os trabalhadores são submetidos a duras rotinas de trabalho inclusive, horas extra, recebem baixos salários que giram entre um a um e meio salário mínimo, que não permite satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores e de seus familiares, impedindo assim o acesso ao processo de inclusão social, conforme relata Bronzo (2005, p. 20):

A partir dos anos oitenta, o fenômeno da exclusão passa a se referir aos processos de instabilidade dos vínculos entre indivíduos e sociedade. O termo passa a ser usado para marcar uma nova diferenciação social, não mais entre os que estão acima ou abaixo (como a diferenciação de classe supõe), mas entre os que estão fora e os que estão dentro dos circuitos de produção e consumo. No final dos anos 80 e 90, o termo é utilizado, principalmente na Europa, para referir-se a problemas decorrentes ao desemprego de longo prazo e a processos ligados à não inserção ou à inserção pouco qualificada de indivíduos no mundo do trabalho.

Constatamos também que as empresas não oferecem atualmente aos seus trabalhadores cursos de qualificação, ou qualquer outra forma de

desenvolvimento humano, social ou trabalhista, não estabelecendo portanto, nenhum compromisso de melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores.

Para se alterar positivamente este quadro, é preciso desenvolver políticas públicas que assegurem aos trabalhadores do setor de confecções de Goiânia a inclusão social através do trabalho decente, ou seja, que assegure aos mesmos, condições dignas de vida. Para (SACHS, 2004, p. 6), isto ocorre porque:

- introdução agressiva do progresso técnico poupador de trabalho nas indústrias;
- renúncia a uma política de salários altos (*o fordismo*) sacrificados no altar de uma busca desenfreada de lucros financeiros e a conseqüente redução do ritmo de crescimento da demanda efetiva, uma das causas principais do crescimento pífio;
- deslocalização das produções intensivas em mão de obra para plataformas de exportação situadas em países periféricos que se satisfazem com a competitividade espúria, lograda por meio de salários excessivamente baixos, longas jornadas de trabalho e ausência de proteção social.

Durante a pesquisa se percebeu que muitos locais de trabalho são pequenos, com pouca ventilação e luminosidade, principalmente nas micro empresas familiares ou facções, onde a vida social se confunde com a trabalhista. Observou-se que os trabalhadores desempenham suas atividades num ritmo constante e repetitivo, passando horas sentados em frente a uma máquina de costura ou fazendo arremates (cortando sobras de linhas), o que pode lhes trazer futuros problemas de saúde em especial ergonômicos. Daí a relevância de promoverem os proprietários das confecções, objeto da pesquisa, a educação preventiva no âmbito do trabalho, o que vem a ser uma alternativa para prevenção de danos ocupacionais. A prática educativa preventiva dos trabalhadores é um processo auto-desencadeador que ocorre no interior do indivíduo provocando mudanças tanto no comportamento quanto nas atitudes não apropriadas ao trabalhador no desenvolvimento de suas atividades. (PIMENTEL et al., 1995).

Enquanto persistirem as grandes diferenças sociais e os altos níveis de exclusão, serão necessárias ações por parte do governo com as chamadas

políticas sociais assistenciais compensatórias, como as de acesso à educação, saúde, saneamento, moradia, políticas que precisam de constante financiamento do setor público (SACHS, 2004). No caso de Goiânia, conforme afirmou o Presidente da AGICON, Frederico Martins, o governo estadual deveria voltar a investir na promoção das confecções da nossa cidade, e o governo municipal nas áreas de educação com oferecimento de maior número de vagas nas creches ou escolas de período integral, bem como no setor de saúde:

O governo do Estado deveria voltar com as políticas públicas do tempo do governo Marconi que muito ajudou a promover as confecções goianas e a prefeitura deveria investir em creches ou escolas de período integral para apoiar essas mulheres trabalhadoras que precisam deixar os filhos em algum lugar para trabalhar, pois é um trabalho pesado, e investir também na saúde, a saúde da mulher é diferente da do homem, tem problemas de útero, gravidez e esses problemas atrapalham a mulher trabalhar. (Pesquisa de Campo, 2007).

Para o trabalhador, o exercício do direito ao trabalho promove a auto-estima, oferece oportunidades para a auto-realização e o avanço na escala social, ao contrário do desânimo e da falta de perspectivas vivenciadas pelos excluídos, a informalidade aloca ao trabalhador esse estigma. Como o ramo das confecções ainda utiliza bastante mão-de-obra, sendo um dos poucos que não teve o trabalhador substituído em massa pela robótica, ele precisa de atenção especial. Precisam de ações que lhes dêem condições de enfrentar o mercado de forma competitiva suficiente para proporcionar postos de trabalho descentes.

Como resultado desta pesquisa constatou-se uma maioria de micros e pequenos estabelecimentos com características comuns: baixos salários, ausência de proteção social, longas jornadas de trabalho, sonegação de impostos, condições de trabalho insalubres e informalidade, condições em que todos perdem. Perde o trabalhador a sua dignidade; perde o empregador, que não consegue permanecer no mercado; perde o Estado que vê seus recursos

se esvaindo em políticas assistencialistas e também com a falta de arrecadação; e perde a sociedade com o aumento da exclusão social e conseqüente violência.

As confecções auxiliaram na criação de trabalho, mas não consolidaram relações sociais sustentáveis, uma vez que as políticas públicas para o setor ainda não contemplam em plenitude os interesses dos empreendedores. Este fato explica porque ainda é elevado o índice da informalidade no setor de confecção, como demonstra a pesquisa. Para sair da informalidade, Sachs (2004) considera importantes as seguintes políticas públicas para a indústria de confecção:

- Eliminar a burocracia em relação ao processo para criar outras organizações, ou seja, cooperativas, associação de produtores, micro e pequenas empresas entre outras;
- Criar e implantar um regime fiscal com carga tributária mais baixa, ou seja, um simples muito mais abrangente englobando os tributos em todos os níveis, isto é, federais, estaduais e municipais:
 - um *Simples* previdenciário;
 - acesso amplo a créditos preferenciais;
 - acesso aos mercados, através de um regime preferencial nas compras públicas e licitações de obras públicas (SACHS, 2004, p. 31).
- Promover e assegurar o acesso às tecnologias adequadas, que certamente implicará na criação de um serviço de extensão comparado aos serviços existentes de extensão rural;
- Promover qualquer forma de empreendimento coletivo, uma vez que o mais relevante sem dúvida nenhuma é possibilitar o fortalecimento de pequenos empreendedores. Para enfrentar o mercado em toda a sua plenitude, sendo esta uma atribuição em especial do SEABRE, OCB, OTI, os Sindicatos e ainda as incubadoras da economia solidária que estão sendo implantadas em diversas instituições de ensino superior.

Assim, pode-se afirmar caso estas propostas de políticas públicas para a indústria de confecção se realizarem, certamente as confecções não apenas contribuirão para a criação de postos de trabalho, mas também, consolidarão as relações sociais de forma sustentável.

Portanto, as políticas públicas para o setor de confecção precisam estar direcionadas para os reais que interferem no bom desempenho do setor, portanto, é necessário por fim a burocracia que dificulta o acesso ao financiamento de empreendedores de tal indústria, diminuir os juros e conseqüentemente a carga tributária. É preciso também desenvolver pesquisas junto aos empresários do setor de confecção para conhecer suas reais necessidades. Desta forma, será possível ampliar a oferta de trabalho, a modernização do setor e elevar a competitividade no mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de levantamento bibliográfico com revisão de literatura e aplicação de questionário empírico buscou como principal objetivo identificar a formalidade e informalidade no setor de confecções do Município de Goiânia, analisando os impactos da geração de emprego e renda dessa atividade na promoção da inclusão social.

Como nossa intenção foi trabalhar o lado informal das confecções, enfrentamos várias dificuldades, uma vez que não existe um cadastro de informais ou algum dado que espelhe essa realidade, pois nosso intuito primeiro era confrontar os dados do IBGE que representariam o total de trabalhadores no setor com os da RAIS que representariam o montante formal. De posse dessa diferença partiríamos para confrontar com os dados adquiridos na pesquisa de campo. Esse procedimento não foi possível, uma vez que os dados que o IBGE fornece a respeito da informalidade datam de 2003 e se referem ao Estado de Goiás.

Mas essa constatação não foi suficiente para desconsideramos o problema da informalidade, pois este tem proporções significativas, assim esse trabalho buscou demonstrar através do gráfico n. 7 que a informalidade se faz presente mediante artifício de natureza diversas como a utilização de contratos verbais, estagiários, serviço temporário terceirizados, bem como a presença de familiares trabalhando sem contrato formal. A utilização das facções nas diversas etapas da produção (gráfico 8) e também a alegação de não obter financiamento devido a burocracia que obteve 44% de respostas, conforme gráfico n. 6, podem alertar que a confecção não possui documentação necessária a formalidade.

A pesquisa bibliográfica buscou ressaltar que o trabalho tem uma nova significação ou dimensões confirmadas com a constatação da informalidade, constituindo os trabalhadores o elo mais frágil da relação de trabalho. Políticas públicas (como as vistas no segundo capítulo), foram criadas tendo como intuito proteger o trabalhador. Contudo, nem mesmo os mecanismos de proteção foram suficientes para assegurar condições de trabalho ideais, que

conforme fala do presidente da AGICON a facção foi criada devido a necessidade das mães trabalhadoras que não encontram creches para deixar seus filhos, mascarando outra vez a informalidade.

Salientou-se que a divisão do trabalho produtivo conforme MARX (1982) torna-se mais real o quadro apresentado na forma de divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Destacou-se que a forma de organização do trabalho a partir dos anos de 1980 passou por mudanças expressivas, conseqüência do uso das novas tecnologias, propiciando estruturas produtivas mais flexíveis. Além disso, provocando também transformações significativas nas relações de trabalho, em especial no que refere aos direitos trabalhistas que estão sendo flexibilizadas, bem como das condições de trabalho, tornando os mesmos mais vulneráveis no novo paradigma de trabalho conforme gráfico 7. Situação que, para Antunes (1999), demonstra uma crise do trabalho e que para supera-la será necessária a união e a participação da classe trabalhadora.

Enfatizou-se que a estagnação constatada no mercado de trabalho é um fator responsável para a transição do trabalho organizado para o trabalho não organizado (MATTOSO,1999). No Brasil, a crise econômica dos anos de 1980, agravou ainda mais está situação. No entanto, algumas cooperativas de trabalho e o próprio governo lançou algumas políticas públicas compensatórias, tentando combater e encontrar alternativas para diminuir o desemprego, o subemprego. Todavia, essas ações não têm dado um retorno satisfatório já que a informalidade continua a expandir, fato constatado na pesquisa no setor de confecções, bem como no crescimento das feiras livres, onde os produtos confeccionados são vendidos, conforme gráfico n.9, mas que não representa objeto do nosso estudo atual.

A atividade confeccionista em Goiânia teve início no final dos anos 1970, com a implantação de pequenas empresas. O sucesso do negócio trouxe novos empreendimentos e empresas maiores para o ramo, em pouco tempo. A localização estratégica do Município, ponto de maior aglomeração e desenvolvimento do Estado, favoreceu a penetração de seus produtos no mercado regional de baixa renda. As vantagens do negócio, associadas ao baixo custo de entrada, continuaram a estimular o surgimento de novas

empresas, conforme gráfico n. 2 demonstra a variada origem profissional dos sócios.

Esta dissertação de mestrado enfatiza que o governo tem buscado a diminuir o número de trabalhadores informais, utilizando como estratégia políticas públicas de geração de emprego e renda, entre essas sobressaem as de qualificação profissional e para financiamentos. Assim foram instituídos programas como PROGER Urbano e Rural, FCO, a nível federal e a nível estadual – PRODUZIR, FAROL etc. Esses programas estão contribuindo para a recolocação do trabalhador no mercado formal e/ou financiar seu próprio negócio. No entanto, muito ainda tem de ser realizado em prol da classe trabalhadora no Brasil. O que demonstra a relevância de promover mudanças nas políticas públicas na geração de renda e trabalho apropriadas à realidade brasileira, bem como a melhorar a divulgação desses programas, uma vez que conforme gráfico n. 6, 13% (treze por cento) das empresas entrevistadas afirmaram não ter informação suficiente a respeito.

Assim, entendemos que todos os aspectos levantados e o resultado da pesquisa de campo nos faz voltar à parte mais fraca da relação de trabalho, o trabalhador, que mesmo diante do desenvolvimento do setor de confecções no Município de Goiânia, não tem verificado na sua vida os mesmos resultados.

Os trabalhadores continuam exercendo suas atividades em locais insalubres, com pouca ventilação e iluminação, cumprindo jornadas de trabalho abusivas (horas extras), e sendo mal remunerados com média de um a um salário mínimo e meio. A pesquisa de campo demonstrou que a remuneração recebida cobre de forma mínima os gastos com as necessidades básicas de cada trabalhador não assegurando a sua inclusão social (tabelas 15 a 19).

Essa pesquisa não teve a pretensão de esgotar o assunto, uma vez que ele tem proporções gigantescas, ela concebe um olhar dentre tantos outros, representando apenas subsídios para novos estudos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, AR de Paiva. *O Averso da moda: Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção*. São Paulo, Hucitec, 1986.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo, Bom Tempo Editorial, 2003.

_____, *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a Metamorfose e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária Ltda. 1989.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, Dedeca, Cláudio Salvadori e Henrique Wilnês. *Mercado de Trabalho e exclusão social no Brasil*. Campinas, CESIT/ UNICAMP, 1988.

Bancas da Rua do Quintal atraem gente até do exterior. O Popular. domingo. 7 de janeiro de 2007. p. 12

BRONZO, Carla L. *Programas de Proteção Social e Superação da Pobreza: Conseqüências e Estratégias de Intervenção*. Tese de Doutorado em Sociologia e Política. 2005, UFMG.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume 1, São Paulo, Editora Paz e Terra, 2. ed, 1999.*

CASTRO, Sergio Duarte; Brito Leila, *Dinâmica Produtiva da Indústria de Confecções de Vestuário em Goiás*. Goiânia, 2006.

CHAVEIRO, Egmar Felício. *Goiânia, uma metrópole em travessia*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2001.

CRUZ NETO, Otávio. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: *Pesquisa Social: teoria; método e criatividade*. (Org.). Maria Cecília de Souza Minayo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

CRESPO, Antônio Arnot. *Estatística Fácil*, São Paulo, Editora Saraiva, 1999.

DAVID, Harvey, *A Produção Capitalista do Espaço*. Annablume São Paulo.2005.

DEMETER. Participação Popular e Sustentabilidade em Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda: o caso do PROGER. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – Bahia. 2001.

DIESSE, A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo, 2004.

DUPAS, Gilberto. *Hegemonia, Estado e Governabilidade – Perplexidades e Alternativas no Centro e na Periferia*. SENAC, São Paulo,2001.

ESTEVAM, L. *O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. Do Autor, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

FERRAZ, João Carlos et al. *Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FREIRE,V.T. *Como o Brasil reproduz a injustiça. As falácias da análise da queda da desigualdade*, Jornal Folha de São Paulo, 15-04-2007.

GONÇALVES, C.A.S et al. *Programa de Geração de Emprego e Renda(PROGER): um Balanço do Comportamento Recente(2002-2005)*. In AS 500 resoluções do CODEFAT- Brasília: TEM, CODEFAT, SPPE, 2006.

GORINI, Ana Paula F, BERINGUY, Adriana Araújo. *Tecelagem e Malharia*, BNDES, 1998.

GUIMARÃES, A.S.A. *Classe, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

ITALO, J. R. B. *Como iniciar uma indústria de confecções*. 3 ed. Rio de Janeiro: CNI, 1987.

KATZ, Frederico Jayme. *Globalização, Trabalho e Pobreza. Notas Preliminares*. Observatório Social do Nordeste – OBSERVANORDESTE.2000.

LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J.C. “Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, H. M.M.; ALBAGLI, S. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. pp. 27-57

Madrugada embala negócios. O POPULAR, 2003,p.1 .

MARTINS, E.Carlos. Da globalização da economia e falência da democracia. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, n.6 Jun.1996.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulus,1997.

MARQUES, Rogério dos Santos Bueno. *O associativismo no setor de confecção em Goiás*, In I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero- ST 6 - Desenvolvimento sustentado, arranjos produtivos locais e questões de gênero.Goiânia, 2006.

MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política*. São Paulo, Difel, 1982.

MATTOSO, Jorge Eduardo. *A desordem do Trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.

_____, *O Brasil Desempregado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOYSES, Aristides.(coord.). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia, UCG, 2005.

MOURA, Edna Maria de. *Indústria Alimentícia Goiana: hibridismo tecnológico*. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2001.

NASCIMENTO, Aurélio Eduardo do & BARBOSA, José Pallo. *Trabalho, História e Tendência*. São Paulo: Ática, 1996.

NOGUEIRA, Maria Lima. *Um Modelo de Avaliação da Qualidade para Empresas de Confeções com Base no Uso de Indicadores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2000

OLIVEIRA, M. H., RIBEIRO, A. P. *Análise conjuntural da indústria confeccionista brasileira*. Informe Setorial, Rio de Janeiro, n. 9: Sistema BNDES, 1996.

PARK, R. E. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In (Org) Velho O. G. Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro. Zahar, 1997

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. *O Papel do Fomentar no Processo de Estruturação Industrial em Goiás (1984-1999)*. Uberlândia: UFU, 2001. Tese de Mestrado.

Plano Diretor de Goiânia. Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAM.

Goiânia, 2007.

PAULA, Milton Rego de. *O Papel da Auditoria do Computador para a Segurança das Empresas*. Revista Anhanguera – Centro Universitário de Goiás. Ano II, n. 1, jan./dez./2002, p. 125.

PELISSARI, Anderson Soncini. *O perfil de qualificação profissional dos empresários das pequenas empresas do ramo de confecção da Glória, Vila Velha – ES*. Florianópolis: UFSC, 2002. Tese de Mestrado.

PIMENTEL, Cleide Perón Boell; SIQUEIRA, Lúcia e CAETANO, João Carlos. A Prática Educativa e a Saúde dos Trabalhadores. In: *Medicina Básica do Trabalho*. VII (Org.). Sebastião Ivone Vieira. Curitiba, Gênese, 2000.

POCHMANN, Márcio (org). *Reestruturação Produtiva: Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclusão Social*. Petrópolis, Vozes, 2004.

_____. *Processo de exclusão e construção do sistema único de inclusão social no Brasil*. Campinas-SP: UNICAP, 2001.

_____. *O Trabalho sob Fogo Cruzado : exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, Contexto. 1999.

REHDER, M. Chiara Márcia De. *Brasil precisa crescer 5,4% só para conter desemprego*, Jornal O Estado de S. Paulo, 15-04-2007.

Resolução – CODEFAT n. 59, de 25 de março de 1994.

Revista Economia & Desenvolvimento. Desenvolvimento Sustentável: Programa Produzir: Incentivo ao desenvolvimento. Ano I, nº 01, out./dez de 1999.

_____. *Desenvolvimento Sustentável: Banco do Povo de Goiás já é a maior rede de microcrédito do País*. Ano II, nº 08, jul./set. de 2001.

———. Apoio Integral as Micros e Pequenas Empresas de Goiás. Ano II, nº 06, janeiro/março de 2003.

———. Município em Foco: Região Metropolitana: Trindade: Capital da Fé e Pólo de Desenvolvimento Econômico. Ano IV, nº 11, abril./junho de 2003.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas*. Rio de Janeiro-RJ, URFJ, 2004.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo, Best Seler, 2004.

SANTANA, Mariza. Roupa própria. In: *Jornal O Popular*. Goiânia, Organização Jaime Câmara, 19 jan. 2003.

SANTANA, Mariza. Comércio otimista com alta de vendas. In: *Jornal O Popular*. Goiânia, Organização Jaime Câmara, 16 jan. 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1977.

———. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, HUCITEC, 1994.

SEBRAE. *Centro Oeste Poliempresarial: Diagnóstico Regional da Indústria do Vestuário*. Goiânia, 1995.

SEBRAE, *Centro Oeste Poliempresarial: Plano de Ação Regional para a Indústria do Vestuário do Estado de Goiás*. Goiânia, 1995.

SENNETT, Richard, *A Corrosão do Caráter*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

SERRA, N. *O Desempenho das MPEs no Setor Têxtil de Confecção – Relatório de Pesquisa*. SEBRAE-SP /IPT. São Paulo-SP, 2001

SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, J.B.(Org.) *A Cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza. EUFC. 1997.

TRIVINOS, A N. S, *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo. Atlas. 1997.

URBAN, Maria Lucia de Paula et al. *Desenvolvimento da Produção de Têxteis de Algodão no Brasil*, 1995, In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v.25, n. 12.

WERNECK, Cristiane. *Lazer, Trabalho, Educação, Relações Históricas e Questões Contemporâneas*. Belo Horizonte: UFCM, 2000.

Endereços Eletrônicos:

ALMEIDA, Mansueto Facundo, SILVA, Alexandre Manoel Angelo da, RESENDE, Guilherme Mendes. Texto para Discussão n. 1206, *Uma Análise dos Fundos Constitucionais de Financiamentos do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO)*. Brasília, IPEA, 2006, Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1206.pdf, acesso em 20/06/2007.

Castro, Delúbio Soares, Macedo, Bernardo Gouthier *O FAT E O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO: A VISÃO DOS TRABALHADORES*. SÃO PAULO, 1997. DIEESE, disponível em: <http://www.dieese.org.br/bol/mtr/mtr.xml>, acesso em 11/09/2006.

CONFECÇÕES buscam subsídios para desenvolvimento de coleção de moda In: *Jornal o Popular*. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/>> Acesso em: 29 Ago. 2002.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

Acesso dia 27/03/2007.

Elias, Sérgio José Barbosa, *Os Sistemas de Planejamento e Controle da Produção das Indústrias de Confecções do Estado do Ceará - Estudo de Múltiplos Casos*, Florianópolis, 1999. Disponível em:
<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/elias/cap5.htm>, acesso em 04/06/07.

Incentivos Fiscais e Financeiros do Estado de Goiás. Disponível em:<
<http://www.seplan.go.gov.br/> > acesso em: 27 de Mar.2006.

MACHADO, Deolinda Carvalho, *BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA DO CONCEITO «TRABALHO»*, Lisboa, junho de 2006.
<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/sisifo0204.pdf>, acesso em 13/02/2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, disponível em:
,<http://www.mtb.gov.br/proger/default.asp>, dia 26/12/2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, disponível em:
http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=FCO, dia 20/07/07.

NUNES, Jordão Horta; CAMPOS, Andréia Ferreira. *O Setor de Confecção em Goiânia: análise da Relação entre Trabalho Doméstico e Trabalho Domiciliar*. I Seminário Nacional de trabalho e Gênero, Goiânia, fevereiro de 2006
Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/475>.
Acesso em : 31/12/06.

O que é Banco do Povo. Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br/>> acesso em: 30 de maio 2006.

OLIVEIRA, Maria Helena de e MEDEIROS, Luiz Alberto R. de. *Investimentos Necessários para a Modernização do Setor Têxtil*, BNDES Setorial nº 3, 1996. disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/bs3inves.pdf>. Acesso em 08/06/07.

POCHMANN, Márcio. Texto: *Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites*, 2004. disponível em www.ipea.gov.br , acesso em 10/01/2007. 10 páginas.

PROGRAMA de Desenvolvimento Industrial de Goiás – *PRODUZIR. Lei Nº 13.591 de 18 de Janeiro de 2000*. Disponível em: <http://www.produzir.go.gov.br/lei> acesso em: 30 maio 2006.

Pesquisa e Método - Os Caminhos do Saber- Simão de Miranda, disponível em : <http://www.persocom.com.br/simao/Pesquisa%20e%20M%C3%A9todo.pdf>, acesso em 17/01/2007.

RECH, Sandra Regina. *Cadeia Produtiva da Moda: dinâmica e modelos globais de competitividade*. www.coloquiomoda.com.br/.../cadeia_produtiva_de_moda_dinamica_e_modelos_globais_de_competitividade_2002. Acessado em 28/03/2008.

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás-SEPLAN, disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/>.

Sistema fieg, disponível em <http://www.sistemafieg.org.br/site/conteudo.php?pagina=financiamento>, acesso em 18/12/2006.

SENAI Goiás, disponível em <http://www.senaigo.com.br/site/modulos/aplConfeccoes.php>, acesso em 14/10/2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO - DIRIGENTES

Questionário a ser aplicado às empresas do ramo de confecções no Município de Goiânia.

Este questionário é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com o objetivo de identificar, observar, estudar e analisar a Geração de Emprego e Renda como Fator de Inclusão social. Portanto leia atentamente cada questão, responda preferencialmente a caneta para melhor assegurar a veracidade do conteúdo respondido, já que este é parte integrante de uma pesquisa do programa de Pós-graduação Strictu Senso da Universidade Católica de Goiás - UCG – Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento.

Para tanto, cabe ressaltar que todas as informações serão asseguradas, resguardando-as então somente com finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

1- ORIGEM PROFISSIONAL DOS SÓCIOS

2- ESCOLARIDADE DOS SÓCIOS

3- INÍCIO DAS ATIVIDADES COM RECURSOS PROPRIOS

1- SIM

2- NÃO

4- FAZ PARTE DE ALGUM ARRANJO?

1- SIM

2- NÃO

5- PORTE DA EMPRESA

1-GRANDE

2- MÉDIA

3- PEQUENA

6- NÚMERO DE FUNCIONARIOS

7- BAIRRO

8- SEGMENTO

15- MERCADO ONDE VENDE SUA PRODUÇÃO

- 1- INTERNO
- 2- EXTERNO

16- SE INTERNO, ESPECIFICAR:

- 1- FEIRRA HIPPIE
- 2- OUTRAS FEIRAS
- 3- PRODUTOS POR ENCOMENDA
- 4- LOJAS

17- SE EXTERNO ESPECIFICAR:

- 1- AMERICA LATINA
- 2- EUROPA
- 3- EUA
- 4- OUTROS

18- UTILIZA TERCEIRIZAÇÃO ?

- 1- NA PRODUÇÃO
- 2- NA ADMINISTRAÇÃO
- 3- NA COMERCIALIZAÇÃO
- 4- OUTROS
- 5- NÃO UTILIZA

19- SE OUTROS ESPECIFICAR

20- FAIXA SALARIAL PAGA

- 1- ABAIXO DE R\$ 380,00
- 2- DE R\$ 380,00 A R\$ 500,00
- 3- DE R\$ 501,00 A R\$ 1.000,00
- 4- DE R\$ 1.001,00 A R\$ 2.000,00
- 5- ACIMA DE R\$ 2.000,00
- 6- OUTROS

21- VOCE TEM PROBLEMAS COM A ROTATIVIDADE DE FUNCIONÁRIOS?

- 1- SIM
- 2-NÃO

22- SE SIM, QUAL TEM SIDO A MÉDIA EM CADA MÊS?

- 1- ENTRADA
- 2- SAÍDA

23- ESTÁ SATISFEITO COM SEUS FUNCIONÁRIOS?

- 1- SIM
- 2-NÃO

24- OFERECE ATUALMENTE ALGUM CURSO DE QUALIFICAÇÃO?

- 1-SIM
- 2- NÃO

25- QUAL?

26- COM QUAL FREQUÊNCIA?

27- CONHECE OS FUNCIONARIOS PELO NOME?

- 1-SIM
- 2-NÃO

28- A EMPRESA PROMOVE COMEMORAÇÕES?

- 1- SIM
- 2-NÃO

29- SE SIM, ESPECIFICAR:

- 1-JUNINAS
- 2-CRIANÇAS
- 3-NATALINAS
- 5-OUTRAS

30- A EMPRESA CONHECE O GRAU DE SATISFAÇÃO DOS FUNCIONARIOS?

- 1- SIM
- 2- NÃO

31- QUAL A REIVINDICAÇÃO DOS FUNCIONAIROS, MAIS FORTE ?

32- A EMPRESA OFERECE ALGUM BENEFÍCIO AOS FUNCIONARIOS?

- 1- SIM
- 2- NÃO

33- SE SIM, ESPECIFICAR:

- 1-TRANSPORTE
- 2-CAFÉ DA MANHA
- 3-ALMOÇO/ VALE REFEIÇÃO
- 4-HORÁRIOS ELASTICOS
- 5-CRECHE
- 6- PLANO DE SAÚDE

34- FAZ USO DE HORAS EXTRAS?

- 1- SIM
- 2- NÃO

35- A QUE CATEGORIA DE CLIENTES SE DESTINAM OS PRODUTOS?

- 1- MASCULINO ADULTO
- 2- FEMININO ADULTO
- 3- INFANTIL
- 4- RECEM NASCIDO
- 5- GESTANTE
- 6- OUTROS

36- PÚBLICO ALVO (CLASSE)

- 1-ALTA
- 2- MEDIA ALTA
- 3-MEDIA
- 4-BAIXA

37- ARTIGOS PRODUZIDOS

- 1- CALÇA JEANS
- 2-CALÇA SOCIAL
- 3- INTIMA
- 4- BERMUDAS
- 5- CAMISAS
- 6- PRAIA
- 7- SHORTS
- 8- NOITE
- 9- VESTIDOS
- 10- BLUSAS
- 11- MALHAS
- 12- OUTROS

38- PERIODICIDADE DE TROCA DE MAQUINÁRIO?

- 1- 1 ANO
- 2- 2 ANOS
- 3- MAIS
- 4- MENOS

39- TIPOS DE INOVAÇÕES

- 1- PRODUTO
- 2- EMBALAGEM
- 3- DESENHO
- 4- EQUIPAMENTO

40- PARTICIPOU DE ATIVIDADES COORPORATIVAS EM 2006?

- 1- SIM
- 2- NÃO

41- PENSA EM AMPLIAR A EMPRESA?

- 1-SIM
- 2-NÃO

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO - TRABALHADORES

Questionário a ser aplicado aos trabalhadores das empresas do ramo de confecções no Município de Goiânia.

Este questionário é uma das etapas de um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa para coleta de dados com o objetivo de identificar, observar, estudar e analisar a Geração de Emprego e Renda como Fator de Inclusão social. Portanto leia atentamente cada questão, responda preferencialmente a caneta para melhor assegurar a veracidade do conteúdo respondido, já que este é parte integrante de uma pesquisa do programa de Pós-graduação Strictu Senso da Universidade Católica de Goiás - UCG – Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento/2007.

Para tanto, cabe ressaltar que todas as informações serão asseguradas, resguardando-as então somente com finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

1- SEXO

1- MASCULINO

2-FEMININO

2- BAIRRO ONDE MORA

3- BAIRRO QUE TRABALHA

4- ESCOLARIDADE

1- PRIMARIO

2- GINASIO

3- 1° GRAU

4- 2° GRAU

5- SUPERIOR

6- OUTROS

5- MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO

1- A PÉ

2- BICICLETA

3- TRANSPORTE COLETIVO

4- MOTO

5- CARRO

6- OUTROS

6- SE OUTROS ESPECIFICAR

7- TEM FILHOS?

- 1- SIM
- 2- NÃO

8- SE SIM, QUANTOS, ENTRE

- 1- 0 A 5 ANOS
- 2- 6 A 10 ANOS
- 3- 10 A 15 ANOS
- 4- 16 A 21 ANOS
- 5- ACIMA

9- É O CHEFE DA FAMILIA?

- 1- SIM
- 2- NÃO

10- IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR

- 1- 10 A 15
- 2- 16 A 20
- 3- 21 A 25
- 4- OUTROS

11- SE OUTROS ESPECIFICAR

12- TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA ATUAL

- 1- MENOS DE 5 MESES
- 2- DE 5 MESES A 1 ANO
- 3- 2 ANOS
- 4- MAIS

13- FAIXA SALARIAL

- 1- ABAIXO DE R\$ 380,00
- 2- DE R\$ 380,00 A R\$ 500,00
- 3- DE R\$ 501,00 A R\$ 1.000,00
- 4- DE R\$ 1.001,00 A R\$ 2.000,00
- 5- ACIMA DE R\$ 2.000,00
- 6- OUTROS

14- SE OUTRO, INFORMAR VALOR

15- GOSTA DO QUE FAZ?

- 1- SIM
- 2- NÃO

16- PENSA EM MUDAR DE PROFISSÃO?

- 1- SIM
- 2- NÃO

17- SE, SIM, PARA QUAL?

18- POR QUAL MOTIVO?

19- VOCE CONSIDERA O SEU SALARIO SUFICIENTE?

- 1- SIM
- 2- NÃO

20- VOCE CONSOME OS PRODUTOS QUE PRODUZ?

- 1- SIM
- 2- NÃO

21- AUMENTOU A ESCOLARIDADE, DEPOIS DA ENTRADA NO ULTIMO EMPREGO?

- 1- SIM
- 2- NÃO

22- PARA QUAL NÍVEL?

23- MELHOROU SEU PADRAO DE CONSUMO?

- 1- SIM
- 2- NÃO

24- O QUE COMPRA MAIS?

- 1- CARNE
- 2- OVOS
- 3- FRUTAS
- 4- VERDURAS
- 5- REFRIGERANTES
- 6- OUTROS

25- AUMENTOU O CONSUMO DE BENS MÓVEIS?

- 1- SIM
- 2- NÃO

26- SE SIM, ESPECIFICAR

- 1- CELULAR
- 2- TV
- 3- REDIO
- 4- OUTROS

27- QUANTO GASTA MENSAL, COM (PESSOAL E FILHOS) :

- ALIMENTOS
- ROUPAS
- TRANSPORTE
- ESTUDO
- MEDICO

28- QUANTO GASTA (MENSAL) COM DIVERÇÃO :

FILME
PARQUE
COMIDA
SHOPING
BAR/ BOATE/CHOPERIA

29- COMO SE ATUALIZA ?

1- CURSOS OFERECIDOS PELA EMPRESA
2 - CURSO OFERECIDOS PELO GOVERNO
3- CURSOS PAGOS POR VOCE

30- QUAL A SUA REIVINDICAÇÃO, MAIS FORTE ?

31- A EMPRESA OFERECE ALGUM BENEFÍCIO A VOCÊ?

1- SIM
2- NÃO

32- SE SIM, ESPECIFICAR:

1-TRANSPORTE
2-CAFÉ DA MANHA
3-ALMOÇO/ VALE REFEIÇÃO
4-HORÁRIOS ELASTICOS
5-CRECHE

33- FAZ USO DE HORAS EXTRAS?

1- SIM
2- NÃO

34- ESTÁ SATISFEITO COM A EMPRESA?

1- SIM
2- NÃO

APÊNDICE C – ENTREVISTAS

Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Ciências Econômicas
Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

Entrevista a ser utilizada na dissertação de Mestrado da aluna Soraya Pedroso, tema : **GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL – CONFECÇÕES NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA (2000 A 2006).**

A ser realizada na sede da Associação Goiana das Indústrias de Confecções e Correlatas - AGICON / Sindicato da Indústria de Confecção de Roupas em Geral de Goiânia – SINROUPAS, situada à Rua 1.137, nº. 87, Setor Marista, às 15 hs do dia 11/12/2007, com o Presidente Sr. Frederico Martins Evangelista – economista que está a frente da AGICON a 10 anos, e que também representa a Associação Brasileira das Indústrias Têxtil como Diretor Regional.

Temas a serem abordados :

Papel da entidade diante da :

- Informalidade;
- Facção
- Cursos de qualificação
- Refinamento tecnológico
- Financiamentos
- Políticas públicas
- Apoio às confecções
- Maiores dificuldades
- Perspectivas futuras

Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Ciências Econômicas
Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

Entrevista a ser utilizada na dissertação de Mestrado da aluna Soraya Pedroso, tema : **GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL – CONFECÇÕES NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA (2000 A 2006).**

Realizada na Universidade Católica de Goiás, com o Dr. Sérgio Duarte de Castro – economista, Secretário Executivo de Atração de Investimentos da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, no dia 31 de agosto de 2007, às 15 hs.

Temas a serem abordados :

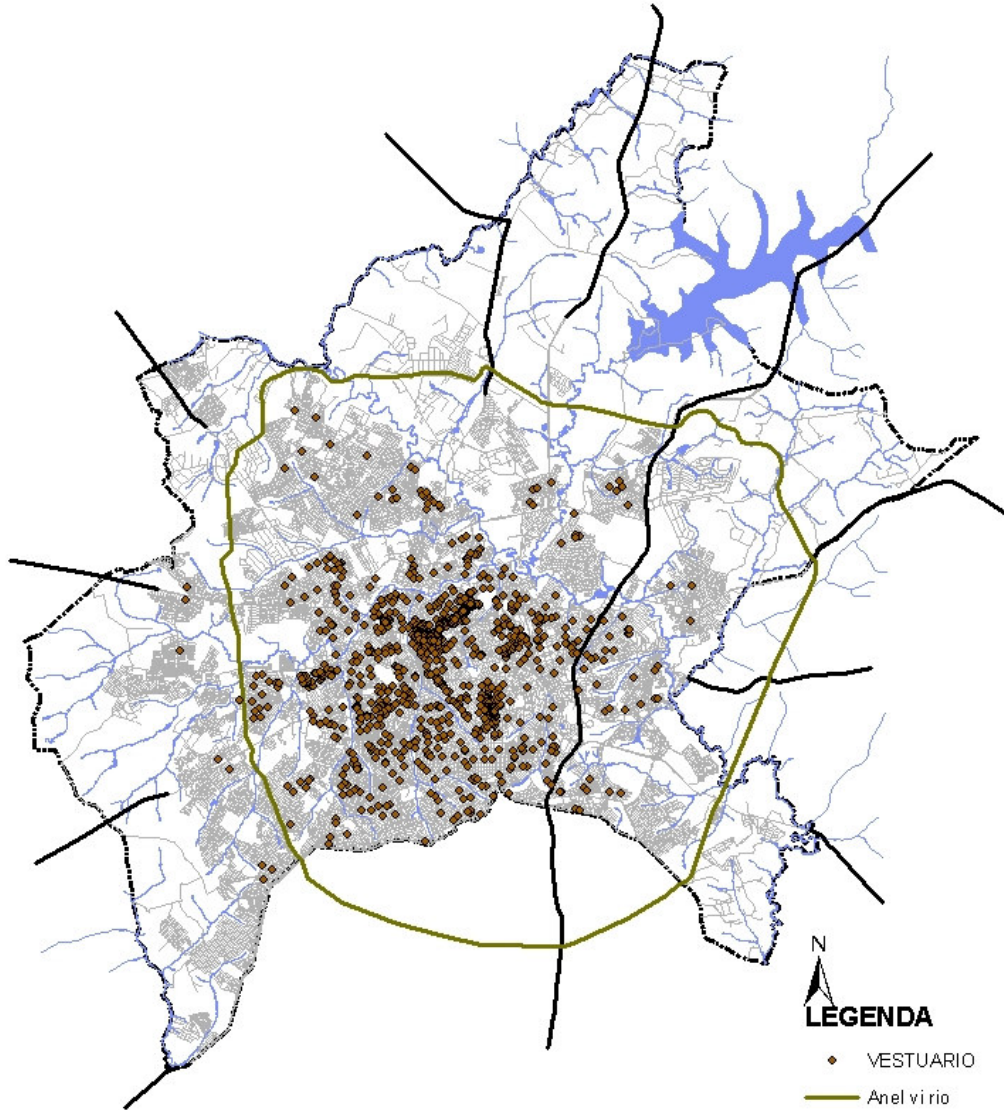
Papel da entidade diante da :

- Informalidade;
- Facção
- Cursos de qualificação
- Refinamento tecnológico
- Financiamentos
- Políticas públicas
- Apoio às confecções
- Maiores dificuldades
- Perspectivas futuras

Mapa das Confeções no Município de Goiânia.

Fonte: Elaboração da autora

MAPA DAS CONFECÇÕES



LEGENDA

- ◆ VESTUÁRIO
- Anel viário
- BR 153
- rodovias
- SEGUIMENTO
- HIDROGRAFIA
- ⋯ MUNICÍPIO

ANEXOS

Figura 7. Fluxo Genérico da Produção Têxtil Brasileira, 1995, Urban et al, p 15

